



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 16\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS			
As três séries . . .	Ano 850\$	Semestre	450\$
A 1.ª série	340\$	»	180\$
A 2.ª série	340\$	»	180\$
A 3.ª série	320\$	»	170\$
Apêndices (art. 2.º, n.º 2, do Dec. n.º 365/70) — anual, 300\$			
«Diário das Sessões» e «Actas da Câmara Corporativa» — por cada período legislativo, 300\$			
Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio			

O preço dos anúncios é de 12\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional, quando se trate de entidade particular.

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso:

Torna públicos os textos em português, francês e flamengo do Acordo Administrativo Relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção Geral sobre Segurança Social entre a República de Portugal e o Reino da Bélgica.

TÍTULO I

Aplicação dos artigos 6.º e 7.º da Convenção

Situação dos trabalhadores deslocados temporariamente de um para outro país

ARTIGO 1.º

1) Quando os trabalhadores estejam ocupados num país que não seja o da sua residência habitual, por conta de uma entidade patronal que no país desta residência tenha um estabelecimento de que os interessados dependam normalmente e continuem sujeitos à legislação em vigor no país do seu lugar de trabalho habitual, em conformidade com o disposto no artigo 7.º, § 1.º, alínea a), da Convenção, são aplicáveis as seguintes disposições:

1.º A entidade patronal e os interessados regularizam todos os assuntos relativos às suas contribuições de segurança social directamente com a instituição portuguesa em que o segurado esteja inscrito, por motivo dos serviços prestados à empresa que o desloca, quando o país do lugar de trabalho seja Portugal, e com o Office National de Sécurité Sociale, quando esse país seja a Bélgica;

2.º As instituições competentes do país do lugar de trabalho habitual enviam a cada interessado um certificado de modelo estabelecido de comum acordo, comprovando que continua sujeito ao regime de segurança social do mesmo país. O certificado deve ser apresentado pelo representante da entidade patronal no outro país, se existir tal representante, ou, em caso contrário, pelo próprio trabalhador.

Quando determinado número de trabalhadores saia simultaneamente do país do lugar de trabalho habitual para trabalhar em conjunto no outro país e regressar conjuntamente ao primeiro país, pode um único certificado abranger todos esses trabalhadores;

3.º Por ocupação de trabalhadores considerados no artigo 7.º, § 1.º, alínea a), da Convenção deve entender-se a duração previsível da ocupação do conjunto dos mesmos trabalhadores;

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Aviso

Por ordem superior se faz público que no dia 14 de Setembro de 1970 foi assinado em Lisboa o Acordo Administrativo Relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção Geral sobre Segurança Social entre a República de Portugal e o Reino da Bélgica, cujos textos em português, francês e flamengo vão a seguir transcritos.

A Convenção a que se refere o presente Acordo foi aprovada para ratificação pelo Decreto-Lei n.º 316/71, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 169, de 20 de Julho de 1971.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 5 de Novembro de 1971. — O Director-Geral-Adjunto, *Manuel de Almeida Coutinho*.

Acordo Administrativo Relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção Geral sobre Segurança Social entre o Reino da Bélgica e a República de Portugal, assinado em Lisboa, a 14 de Setembro de 1970.

Para aplicação da Convenção Geral sobre Segurança Social entre o Reino da Bélgica e a República de Portugal, as autoridades administrativas competentes belga e portuguesa estabeleceram, de comum acordo, as seguintes disposições relativamente às modalidades de aplicação da referida Convenção.

4.º Não pode ser invocada a circunstância de a ocupação dos trabalhadores ser de natureza sazonal para impedir a aplicação das regras fixadas nos precedentes n.ºs 1.º, 2.º e 3.º

2) Por instituições competentes no sentido do n.º 2.º do § 1.º, entende-se, na Bélgica, o Office National de Sécurité Sociale e, em Portugal, a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes.

Situação dos trabalhadores salarizados, nacionais de um dos países, ocupados nos postos diplomáticos ou consulares do mesmo no outro país.

ARTIGO 2.º

1) O direito da opção previsto no artigo 7.º, § 1.º, alínea d), da Convenção pode ser exercido dentro de seis meses a contar da data em que o trabalhador entrou ao serviço no posto diplomático ou consular ou ao serviço pessoal de agentes desse posto. Para os trabalhadores ocupados num posto diplomático ou consular ou por um agente do mesmo posto à data da entrada em vigor do presente Acordo, o prazo de seis meses corre a contar desta última data.

2) A opção produz efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte àquele em que a escolha do interessado tenha sido notificada à instituição competente designada no parágrafo 3). Enquanto a opção não tiver efeitos, bem como na falta de opção, são aplicáveis as disposições do artigo 3.º da Convenção.

3) O trabalhador exerce o seu direito de opção notificando da sua escolha, por carta registada, o Office National de Sécurité Sociale ou a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, conforme opte pela aplicação da legislação belga ou pela aplicação da legislação portuguesa. O trabalhador deve informar imediatamente a entidade patronal.

4) Quando o trabalhador optar pela legislação do seu país de origem, a instituição designada no parágrafo 3) envia-lhe um certificado comprovativo de que está sujeito à sua legislação enquanto estiver ocupado no posto diplomático ou consular em causa, ou por um agente desse posto.

TÍTULO II

Disposições comuns a diversos riscos

ARTIGO 3.º

Para abertura do direito às prestações, a totalização dos períodos de seguro cumpridos em cada regime e dos períodos reconhecidos como equivalentes a períodos de seguro ao abrigo desses regimes efectua-se em conformidade com as seguintes regras:

1.º Aos períodos de seguro e aos períodos reconhecidos como equivalentes ao abrigo da legislação de um dos países adicionam-se os períodos cumpridos ou reconhecidos como equivalentes ao abrigo da legislação do outro país, na medida em que seja necessário invocá-los para completar, sem sobreposição, os períodos de seguro ou reconhecidos como equivalentes do primeiro país;

2.º Quando um trabalhador beneficie de prestações a cargo das instituições dos dois países, a regra enunciada no precedente n.º 1.º aplica-se em separado em cada país.

Os períodos de seguro e os períodos equivalentes são tidos em consideração tal como resultam da legislação ao abrigo da qual foram cumpridos.

Se, nos termos da legislação de um país, a tomada em consideração de certos períodos de seguro ou períodos equivalentes estiver subordinada à condição de terem sido

cumpridos no decurso de um prazo determinado, esta condição é igualmente aplicável aos períodos cumpridos ao abrigo da legislação do outro país.

ARTIGO 4.º

Todo o período reconhecido como equivalente a um período de seguro, nos termos, simultaneamente, da legislação portuguesa e da legislação belga, é tomado em consideração para a liquidação das prestações pelas instituições do país em que um interessado esteve segurado em último lugar antes do mesmo período.

Se o interessado não tiver estado segurado antes do referido período, este é tomado em consideração pelas instituições do país onde trabalhou pela primeira vez.

Quando um período de seguro, nos termos da legislação de um país, coincidir com um período reconhecido como equivalente a um período de seguro, nos termos da legislação do outro país, só o período de seguro é tomado em consideração.

ARTIGO 5.º

Quando os períodos de seguro ou os períodos equivalentes cumpridos ao abrigo da legislação de um país sejam expressos quer na mesma unidade, quer em unidades diferentes das utilizadas pela legislação do outro país, a conversão necessária para a totalização será efectuada de acordo com as seguintes regras:

- a) Um dia equivale a oito horas e inversamente;
- b) Seis dias equivalem a uma semana e inversamente;
- c) Vinte seis dias equivalem a um mês e inversamente;
- d) Três meses, treze semanas ou setenta e oito dias equivalem a um trimestre e inversamente;
- e) Para a conversão de semanas em meses e inversamente as semanas e os meses são convertidos em dias;
- f) A aplicação das regras previstas nas alíneas a), b), c), d) e e) não pôde conduzir a que, para o conjunto dos períodos cumpridos no decurso de um ano civil, seja contado um total superior a trezentos e doze dias, cinquenta e duas semanas, doze meses e quatro trimestres.

ARTIGO 6.º

Quando, nos termos da legislação de um dos dois países, a prestação pecuniária se calcule em função do salário ou das contribuições pagas, tal prestação é determinada com base nos salários recebidos ou nas contribuições pagas exclusivamente neste país.

Se, de acordo com a legislação de um dos países, o montante das prestações pecuniárias variar por motivo da existência ou do número de familiares, a instituição competente toma, igualmente, em consideração, para o cálculo das prestações, os familiares residentes no território do país que não seja aquele onde a referida instituição se encontra.

O termo «familiar» designa as pessoas definidas ou admitidas como tais, ou designadas como membros do agregado familiar pela legislação do país da sua residência; todavia, se a mesma legislação só considerar como familiares ou como membros do agregado familiar as pessoas que vivem em comunhão de habitação com o trabalhador, esta condição, nos casos a que possa aplicar-se o presente artigo, considera-se como satisfeita quando tais pessoas estejam a cargo do trabalhador.

TÍTULO III

Disposições particulares

CAPÍTULO I

Seguros de doença e maternidade

SECÇÃO 1.ª

Totalização dos períodos de seguro para a abertura do direito às prestações

ARTIGO 7.º

1) Quando um trabalhador se desloque de um para o outro país e invocar a aplicação da Convenção para a obtenção de prestações, é obrigado a enviar à instituição competente do país do novo lugar de trabalho, à qual são solicitadas as prestações, um certificado de que constem os períodos de seguro cumpridos no outro país; este certificado, de modelo estabelecido de comum acordo, é emitido pelo organismo segurador em que o trabalhador esteja ou tenha estado inscrito no primeiro país.

2) Se o trabalhador não apresentar o atestado, a instituição do país do novo lugar de trabalho deve, ela própria, enviar o formulário à instituição do outro país, a fim de recolher as informações requeridas. O envio dos formulários ao organismo competente português é feito por intermédio da Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes.

SECÇÃO 2.ª

Aplicação dos artigos 12.º a 15.º da Convenção

Familiares

ARTIGO 8.º

1) Por «familiares», no sentido do artigo 12.º da Convenção, entendem-se os membros da família, tal como definidos no último parágrafo do artigo 6.º

2) Para beneficiarem das prestações em espécie no país de residência devem os familiares referidos no artigo 12.º da Convenção proceder à sua inscrição na instituição do lugar de residência, apresentando para o efeito os seguintes documentos justificativos:

- a) Um certificado de modelo estabelecido de comum acordo, entregue pela instituição competente do país de inscrição do trabalhador, comprovativo da existência do direito deste às prestações em espécie;
- b) Os documentos justificativos, além dos destinados à abertura do direito normalmente, exigidos pela legislação do país de residência para a concessão das prestações em espécie.

3) Para os familiares residentes em Portugal, o certificado inicial previsto na alínea a) do precedente parágrafo 2) é passado em cinco exemplares pelo organismo segurador belga em que o trabalhador esteja filiado ou inscrito.

Um exemplar é entregue ao trabalhador; três exemplares são enviados por intermédio do Institut National d'Assurance Maladie-Invalidité (I. N. A. M. I.) à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, que, depois de os ter completado, devolve dois exemplares ao I. N. A. M. I.; o último exemplar fica na posse do organismo segurador belga.

O certificado é válido a partir da data nele indicada.

O organismo segurador belga pode, em qualquer momento, cancelar a validade do certificado; o direito às prestações só termina a partir do trigésimo dia a contar do envio da notificação à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, fazendo fé o carimbo dos correios.

4) Para os familiares residentes na Bélgica, o certificado previsto na alínea a) do precedente parágrafo 2) é passado em cinco exemplares pela Caixa de Previdência em que o trabalhador esteja inscrito.

Um exemplar é entregue ao trabalhador; três exemplares são remetidos, por intermédio da Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, ao I. N. A. M. I., que, depois de os ter completado, devolve um exemplar à Caixa Central.

O certificado é válido a partir da data nele indicada.

O organismo segurador português pode, em qualquer momento, cancelar a validade do certificado; o direito às prestações só termina a partir do trigésimo dia a contar do envio da notificação ao I. N. A. M. I., fazendo fé o carimbo dos correios.

5) O trabalhador ou os familiares são obrigados a comunicar à instituição do lugar de residência destes últimos qualquer mudança na sua situação susceptível de modificar o direito dos familiares às prestações em espécie.

No caso de a modificação ocorrida ser de natureza a constituir ou a extinguir o direito dos familiares, a instituição do país de residência é obrigada a comunicar imediatamente esse facto à instituição competente do outro país.

6) A instituição de um dos países pode em qualquer momento pedir à instituição competente do outro país que lhe dê informações relativas à inscrição ou ao direito do trabalhador às prestações, ou sobre a situação de um familiar.

7) Por «instituição competente» deve entender-se, para a aplicação dos parágrafos 5) e 6) anteriores:

- a) Na Bélgica: o I. N. A. M. I., conjuntamente com os organismos seguradores;
- b) Em Portugal: a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, conjuntamente com as instituições em que os trabalhadores estejam inscritos.

Aplicação do artigo 13.º da Convenção

Prestações em espécie para trabalhadores e familiares no caso de estada temporária no país que não seja o da inscrição

A) Estada temporária em Portugal

ARTIGO 9.º

Para beneficiarem, ao abrigo do artigo 13.º da Convenção, das prestações em espécie dos seguros de doença e maternidade do regime português durante uma estada em Portugal que não ultrapasse quarenta e cinco dias, os trabalhadores belgas ou portugueses sujeitos ao regime belga de segurança social apresentam na caixa de previdência portuguesa competente para o lugar de estada um certificado, de modelo estabelecido de comum acordo pelas autoridades administrativas competentes dos dois países.

O certificado é passado pelo organismo segurador belga em que os segurados estejam inscritos antes da partida dos interessados para Portugal.

Este documento indica a duração do período durante o qual podem ser concedidas as prestações.

A concessão de próteses e de outras prestações em espécie de grande importância fica subordinada, salvo caso de urgência absoluta, à autorização prévia do organismo segurador belga; a lista destas prestações é estabelecida de comum acordo entre a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes e o I. N. A. M. I.

Os casos de urgência absoluta, para efeitos do parágrafo anterior, são aqueles em que a concessão de uma prestação indicada na lista anteriormente referida não pode ser adiada sem pôr em perigo a vida ou prejudicar a saúde do interessado. No caso de accidental fractura ou deterioração de uma prótese ou aparelhagem, é bastante para determinar a urgência absoluta justificar a necessidade da reparação ou da renovação do artigo em causa.

O pedido de autorização prévia e a notificação da concessão das referidas prestações em caso de urgência absoluta devem ser acompanhados de uma informação circunstanciada das razões clínicas que as motivem, bem como de uma estimativa do custo provável.

As disposições do presente artigo aplicam-se aos familiares dos trabalhadores considerados no primeiro parágrafo do presente artigo, no caso de estada em Portugal que não ultrapasse quarenta e cinco dias.

Com excepção das disposições relativas à duração da estada, as disposições do presente artigo aplicam-se igualmente aos trabalhadores referidos no artigo 6.º, § 1.º, e no artigo 7.º da Convenção, assim como aos seus familiares, quando esses trabalhadores estiverem ocupados no território português e sujeitos à legislação belga.

ARTIGO 10.º

Mediante a apresentação do documento previsto no artigo 9.º, a caixa de previdência portuguesa concede aos segurados do regime belga as prestações em espécie do regime português.

B) Estada temporária na Bélgica

ARTIGO 11.º

Para beneficiarem, ao abrigo do artigo 13.º da Convenção, das prestações em espécie do seguro de doença-maternidade do regime belga, durante uma estada na Bélgica que não ultrapasse quarenta e cinco dias, os trabalhadores portugueses e belgas, sujeitos ao regime português de segurança social, apresentam no organismo segurador belga um certificado, do modelo estabelecido de comum acordo pelas autoridades administrativas competentes dos dois países.

O certificado é passado pela caixa de previdência portuguesa em que os segurados estejam inscritos antes da sua partida para a Bélgica.

Este documento indica a duração do período durante o qual podem ser concedidas as prestações.

A concessão de próteses e de outras prestações em espécie de grande importância fica subordinada, salvo caso de urgência absoluta, à autorização prévia da caixa de previdência portuguesa; a lista dessas prestações é estabelecida de comum acordo entre a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes e o I. N. A. M. I.

Os casos de urgência absoluta, para efeitos do parágrafo anterior, são aqueles em que a concessão de uma prestação indicada na lista anteriormente referida não pode ser adiada sem pôr em perigo a vida ou prejudicar a saúde do interessado. No caso de accidental fractura ou

deterioração de uma prótese ou aparelhagem, é bastante para determinar a urgência absoluta justificar a necessidade da reparação ou da renovação do artigo em causa.

O pedido de autorização prévia e a notificação da concessão das referidas prestações em caso de urgência absoluta devem ser acompanhados de uma informação circunstanciada das razões clínicas que as motivem, bem como de uma estimativa do custo provável.

As disposições do presente artigo aplicam-se aos familiares dos trabalhadores, considerados no primeiro parágrafo do presente artigo, no caso de estada na Bélgica que não ultrapasse quarenta e cinco dias.

Com excepção das disposições relativas à duração da estada, as disposições do presente artigo aplicam-se igualmente aos trabalhadores referidos no artigo 6.º, § 2.º, e no artigo 7.º da Convenção, assim como aos seus familiares, quando esses trabalhadores estiverem ocupados no território belga e sujeitos à legislação portuguesa.

ARTIGO 12.º

Mediante a apresentação do documento previsto no artigo 11.º, o organismo segurador belga concede aos segurados do regime português as prestações em espécie.

Aplicação do artigo 14.º da Convenção

Trabalhadores e familiares com direito às prestações do seguro de doença autorizados a transferirem a sua residência ou a tratar-se no território do outro país.

A) Trabalhadores e familiares autorizados a transferirem a sua residência para Portugal ou a tratar-se neste país

ARTIGO 13.º

1) Para conservar o benefício das prestações em Portugal, o trabalhador, ou os familiares referidos no artigo 14.º da Convenção, são obrigados a apresentar na caixa de previdência competente para o lugar de residência um certificado pelo qual o organismo segurador belga os autoriza a conservar o benefício das prestações depois da transferência da sua residência. O certificado indica a duração provável do período em que podem ser concedidas as prestações em espécie.

O organismo segurador belga envia duas cópias do certificado à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes.

O organismo segurador belga pode, a pedido do trabalhador ou dos familiares, enviar o certificado depois da sua transferência de residência, quando não tenha podido ser passado anteriormente, por motivo de força maior.

2) A Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, a pedido do organismo segurador belga, envia a este, dentro de trinta dias, um relatório médico em sobrescrito confidencial. A manutenção da assistência médica a cargo do organismo segurador belga está subordinada ao cumprimento desta formalidade.

3) Quando a caixa de previdência portuguesa decidir que o trabalhador está apto para reiniciar o trabalho, notifica-o da data em que o reinício se deve efectuar e envia imediatamente cópia da notificação, em duplicado ao organismo segurador belga. As prestações pecuniárias deixam de ser pagas a partir da data fixada pela caixa de previdência para o reinício do trabalho.

4) Quando o organismo segurador belga, com base nas informações recebidas, decidir que o trabalhador está apto para retomar o trabalho, notifica da sua decisão a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, a qual informa, sem demora, o trabalhador sobre a mesma

decisão. As prestações pecuniárias deixam de ser devidas a partir do décimo segundo dia posterior ao da notificação à Caixa Central; este prazo corre desde o dia imediato à data postal do envio.

5) Quando num mesmo caso forem fixadas duas datas diferentes para o reinício do trabalho, respectivamente pela caixa de previdência portuguesa e pelo organismo segurador belga, prevalece a data fixada por este último organismo.

6) O organismo segurador belga paga as prestações pecuniárias ao trabalhador por vale postal internacional.

7) As disposições do presente artigo são aplicáveis por analogia:

- a) Ao trabalhador ou aos familiares autorizados a tratar-se em Portugal;
- b) Ao trabalhador ou aos familiares que adoeçam em Portugal durante a estada prevista no artigo 13.º da Convenção, quando, em consequência do seu estado de saúde, não possam regressar à Bélgica no termo do prazo fixado no referido artigo.

A impossibilidade de efectuar a viagem de regresso à Bélgica é verificada pelos serviços médicos da caixa de previdência portuguesa, que, para este efeito, elabora um relatório médico circunstanciado; a mesma instituição envia imediatamente o relatório ao organismo segurador belga.

Por outro lado, desde o início da incapacidade para o trabalho, o trabalhador referido no artigo 13.º da Convenção é obrigado a dirigir-se imediatamente à caixa de previdência portuguesa, apresentando-lhe o certificado de incapacidade para o trabalho passado pelo médico assistente. O trabalhador indica o seu endereço em Portugal, assim como o nome e o endereço do organismo segurador belga. Logo que possível, e em qualquer caso no decurso dos três dias que se seguem à data em que o trabalhador se dirigiu à referida caixa, esta manda proceder ao exame médico do trabalhador por um dos seus médicos inspectores. O relatório deste médico, em que se menciona a duração provável da incapacidade para o trabalho, é remetido ao organismo segurador belga pela Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, dentro dos seis dias seguintes à data do exame. O organismo segurador belga, dentro de oito dias após a recepção do relatório, comunica a sua decisão à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, que dela informa o trabalhador.

As disposições do parágrafo anterior são, de igual modo, aplicáveis aos trabalhadores referidos no último parágrafo do artigo 9.º

B) Trabalhadores e familiares autorizados a transferirem a sua residência para a Bélgica ou a tratar-se neste país

ARTIGO 14.º

1) Para conservar o benefício das prestações na Bélgica, o trabalhador ou os familiares referidos no artigo 14.º da Convenção são obrigados a apresentar no organismo segurador belga um certificado pelo qual a caixa de previdência portuguesa os autoriza a conservar o benefício das prestações depois da transferência da sua residência. O certificado indica a duração provável do período em que podem ser concedidas as prestações em espécie.

A caixa de previdência portuguesa envia duas cópias do certificado ao I. N. A. M. I.

A caixa de previdência portuguesa pode, a pedido do trabalhador ou dos familiares, enviar o certificado depois

da sua transferência de residência, quando não tenha podido ser passado anteriormente por motivo de força maior.

2) O organismo segurador belga, a pedido da caixa de previdência portuguesa, envia a esta, dentro de trinta dias, um relatório médico em sobrescrito confidencial. A manutenção da assistência médica a cargo da instituição portuguesa está subordinada ao cumprimento desta formalidade.

3) Quando o organismo segurador belga decidir que o trabalhador está apto para reiniciar o trabalho, notifica-o da data em que o reinício se deve efectuar e envia imediatamente cópia da notificação, em duplicado, à caixa de previdência portuguesa. As prestações pecuniárias deixam de ser pagas a partir da data fixada pelo organismo segurador belga para reinício do trabalho.

4) Quando a caixa de previdência portuguesa, com base nas informações recebidas, decidir que o trabalhador está apto para retomar o trabalho, notifica da sua decisão o organismo segurador belga, o qual informa, sem demora, o trabalhador sobre a mesma decisão. As prestações pecuniárias deixam de ser devidas a partir do décimo segundo dia posterior ao da notificação ao organismo segurador belga; este prazo corre desde o dia imediato à data postal do envio.

5) Quando num mesmo caso tiverem sido fixadas duas datas diferentes para o reinício do trabalho, respectivamente pelo organismo segurador belga e pela caixa de previdência portuguesa, prevalece a data fixada por esta última instituição.

6) A caixa de previdência portuguesa paga as prestações pecuniárias ao trabalhador por vale postal internacional.

7) As disposições do presente artigo são aplicáveis por analogia:

- a) Ao trabalhador ou aos familiares autorizados a tratar-se na Bélgica;
- b) Ao trabalhador ou aos familiares que adoeçam na Bélgica durante a estada prevista no artigo 13.º da Convenção, quando, em consequência do seu estado de saúde, não possam regressar a Portugal no termo do prazo fixado no referido artigo.

A impossibilidade de efectuar a viagem de regresso a Portugal é verificada pelo médico consultor do organismo segurador belga, que, para este efeito, elabora um relatório médico circunstanciado; o mesmo organismo envia imediatamente o relatório à instituição portuguesa.

Por outro lado, desde o início da incapacidade para o trabalho, o trabalhador referido no artigo 13.º da Convenção é obrigado a dirigir-se imediatamente a um organismo segurador belga, apresentando-lhe o certificado de incapacidade para o trabalho passado pelo médico assistente. O trabalhador indica o seu endereço na Bélgica, assim como o nome e o endereço da caixa de previdência portuguesa. Logo que possível, e em qualquer caso no decurso dos três dias que se seguem à data em que o trabalhador se dirigiu ao organismo segurador belga, este manda proceder ao exame médico do trabalhador por um dos seus médicos consultores. O relatório deste médico, em que se menciona a duração provável da incapacidade para o trabalho, é remetido à caixa de previdência portuguesa pelo organismo segurador belga, dentro dos seis dias seguintes à data do exame. A caixa de previdência portuguesa, dentro de oito dias após a recepção do relatório, comunica a sua decisão ao organismo segurador belga, que dela informa o trabalhador.

As disposições do parágrafo anterior são, de igual modo, aplicáveis aos trabalhadores referidos no último parágrafo do artigo 11.º

Aplicação do artigo 15.º da Convenção

A) Titulares de uma pensão de velhice, de invalidez ou de sobrevivência, ou de uma renda de acidente de trabalho ou de doença profissional, belga, residentes em Portugal.

ARTIGO 15.º

1) Para beneficiar das prestações em espécie do seguro de doença-maternidade, ao abrigo do disposto no artigo 15.º, § 2.º, n.º 1, da Convenção, os titulares de uma pensão ou de indemnização belga de invalidez, de velhice ou de sobrevivência, assim como os titulares de uma renda belga de acidente de trabalho ou de doença profissional, reconhecidos como inválidos no sentido do seguro de doença-invalidez, que residam em Portugal, procedem à sua inscrição na caixa de previdência portuguesa competente para o lugar de residência, apresentando um certificado passado em duplicado pelo I. N. A. M. I.

2) No caso de supressão ou de suspensão do direito às prestações em espécie, o I. N. A. M. I. notifica desse facto a caixa de previdência competente, mediante formulário passado em duplicado. As prestações deixam de ser concedidas a partir do trigésimo dia após o envio da notificação, fazendo fé o carimbo dos correios, ou a partir da data do falecimento.

B) Titulares de uma pensão portuguesa de velhice, de invalidez ou de sobrevivência, ou de uma renda de acidente de trabalho ou de doença profissional, residentes na Bélgica.

ARTIGO 16.º

1) Para beneficiar das prestações em espécie do seguro de doença, ao abrigo do disposto no artigo 15.º, § 2.º, n.º 1, da Convenção, os titulares de uma pensão ou de subsídio português de invalidez, de velhice ou de sobrevivência, assim como os titulares de uma renda portuguesa de acidente de trabalho ou de doença profissional, reconhecidos como inválidos no sentido do seguro de doença-invalidez, residentes na Bélgica, procedem à sua inscrição num organismo segurador belga apresentando um certificado passado, em duplicado, pela Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes.

2) No caso de supressão ou de suspensão do direito às prestações em espécie, a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes notifica desse facto o I. N. A. M. I., mediante formulário passado em duplicado. As prestações deixam de ser concedidas a partir do trigésimo dia após o envio da notificação, fazendo fé o carimbo dos correios, ou a partir da data do falecimento.

SECÇÃO 3.ª

Disposições financeiras

ARTIGO 17.º

1) Para os efeitos da aplicação do artigo 12.º, n.º 3, da Convenção, as despesas relativas às prestações em espécie concedidas aos familiares são calculadas convencionalmente por cada ano civil.

2) O montante convencional é obtido multiplicando o custo médio anual por família pelo número de famílias a tomar em consideração; os elementos de cálculo são determinados nos termos seguintes:

a) O custo médio anual por família é estabelecido, em relação a cada país, dividindo as despesas

anuais relativas ao total das prestações em espécie concedidas, por parte das caixas de previdência portuguesas e pelos organismos seguradores belgas, ao conjunto dos familiares dos segurados, sujeitos à legislação do respectivo país, pelo número médio anual dos segurados sujeitos à mesma legislação e que tenham familiares que possam ter direito a beneficiar das prestações;

b) O número de famílias e de meses pelos quais é devido o montante convencional é anotado em relação anual recapitulativa. A relação é enviada, dentro dos seis meses posteriores ao exercício a que respeita, por um lado, ao I. N. A. M. I. e, pelo outro, à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes.

ARTIGO 18.º

As prestações em espécie concedidas às pessoas referidas nos artigos 1.º, 2.º, 9.º e 11.º são reembolsadas anualmente pela instituição competente à instituição que as concedeu, mediante a apresentação de uma factura individual das despesas, de modelo a estabelecer de comum acordo.

Os documentos justificativos relativos às despesas são conservados na sede das instituições que concederam as prestações; todavia, estes documentos são enviados, a título devolutivo, em casos individuais, à instituição do outro país, a pedido desta.

ARTIGO 19.º

1) Para efeitos de aplicação do artigo 14.º, § 5.º, da Convenção, as despesas relativas às prestações em espécie concedidas aos trabalhadores e aos familiares são calculadas convencionalmente por cada ano civil, em conformidade com as seguintes regras:

a) Em relação aos trabalhadores, o montante convencional é obtido multiplicando o custo médio anual por trabalhador pelo número de trabalhadores a tomar em consideração; o custo médio anual por trabalhador é determinado, para cada país, dividindo as despesas anuais relativas ao total das prestações em espécie concedidas por parte da caixa de previdência portuguesa, e, pela dos organismos seguradores belgas, ao conjunto dos trabalhadores segurados nas mesmas instituições, pelo número médio anual dos referidos trabalhadores; o custo médio assim obtido é modificado pelo coeficiente de correcção de 1,33;

b) Em relação aos familiares, o montante convencional é o estabelecido nos termos do disposto no artigo 17.º;

c) A soma dos montantes convencionais determinados nos termos das alíneas a) e b) em relação aos trabalhadores e aos familiares representa um montante convencional previsto no artigo 14.º, § 5.º, da Convenção.

2) O número dos trabalhadores, das famílias e dos meses pelos quais é devido o montante convencional é anotado em relação anual recapitulativa. Esta relação é enviada, dentro dos seis meses posteriores ao exercício a que respeita, por um lado, ao I. N. A. M. I. e, pelo outro, à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, acompanhada de uma das duas cópias dos certi-

ficados passados em conformidade com os artigos 13.º, parágrafo 1), e 14.º, parágrafo 1), relativos a cada exercício considerado.

3) Estas disposições aplicam-se igualmente às despesas relativas às prestações concedidas a pessoas referidas no artigo 13.º, parágrafo 7), alínea a), e no artigo 14.º, parágrafo 7), alínea a).

ARTIGO 20.º

1) Para efeitos da aplicação do disposto no artigo 15.º, § 3.º, da Convenção, as despesas relativas às prestações em espécie concedidas aos titulares de pensão e aos familiares são calculadas convencionalmente por cada ano civil.

2) O montante convencional é obtido multiplicando o custo médio anual por titular de pensão pelo número de pensionistas a tomar em consideração; os elementos de cálculo são determinados nos termos seguintes:

- a) O custo médio anual por titular de pensão é determinado, em relação a cada país, dividindo as despesas anuais relativas ao total das prestações em espécie concedidas, por parte das caixas de previdência portuguesas e pela dos organismos seguradores belgas, ao conjunto dos titulares de pensão dependentes das mesmas instituições, assim como aos seus familiares, pelo número médio anual dos titulares referidos;
- b) O número de titulares de pensões e de meses pelos quais é devido o montante convencional é anotado em relação anual recapitulativa. Esta relação é enviada, dentro dos seis meses posteriores ao exercício a que respeita, por um lado, ao I. N. A. M. I. e, pelo outro, à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes.

ARTIGO 21.º

As disposições dos artigos 17.º, 19.º e 20.º aplicam-se em conformidade com a seguinte regra, para efeito do cálculo do número de meses a considerar:

- a) A data que serve de ponto de partida para o cálculo dos montantes convencionais é a data da abertura do direito às prestações;
- b) O número de meses é obtido contando como uma unidade o mês civil em que se inclui a data do ponto de partida para o cálculo dos montantes convencionais; não é contado o mês civil em cujo decurso cesse o direito, salvo se o mês for completo ou se o direito se iniciou durante o mesmo mês.

ARTIGO 22.º

As autoridades competentes dos dois países podem estabelecer, de comum acordo, outras modalidades para o cálculo dos montantes a reembolsar.

CAPÍTULO II

Prestações de invalidez, diversas das concedidas em caso de acidente de trabalho ou de doença profissional

ARTIGO 23.º

A apresentação do pedido num país é equivalente à apresentação no outro país. A instituição que recebeu em primeiro lugar o pedido comunica-o à instituição correspondente do outro país, indicando a data da apresentação e os demais elementos do mesmo pedido.

ARTIGO 24.º

Para avaliação do grau de invalidez, as instituições de cada país tomam em consideração as verificações médicas, assim como as informações de ordem administrativa, recolhidas pelas instituições do outro país.

As mesmas instituições conservam, todavia, o direito de mandar proceder ao exame do interessado por médico da sua escolha, quer no país de residência, quer no país de inscrição. As despesas de viagem e de alimentos estão a cargo da instituição devedora da prestação, até o limite de um montante convencional a estabelecer entre a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes e o I. N. A. M. I.

No caso de incapacidade para efectuar a deslocação, essa incapacidade é verificada pela instituição do lugar de residência, que para o efeito elabora um relatório médico circunstanciado, remetendo-o imediatamente à instituição competente do outro país.

ARTIGO 25.º

As pensões ou indemnizações de invalidez são pagas directamente pelas instituições devedoras aos beneficiários, quer estes residam em Portugal, quer na Bélgica.

O pagamento é efectuado por vale postal internacional, nas datas dos prazos previstos nas legislações aplicadas por aquelas instituições.

Todavia, a pedido da instituição devedora, o pagamento pode igualmente ser efectuado por intermédio da instituição do país de residência.

ARTIGO 26.º

A inspecção administrativa e médica dos beneficiários de pensões ou subsídios de invalidez do regime português que residam na Bélgica é efectuada pelo I. N. A. M. I. a pedido da instituição portuguesa competente.

A inspecção administrativa e médica dos titulares de pensões ou de subsídios de indemnizações do regime belga que residam em Portugal é efectuada, por intermédio da Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, a pedido da instituição belga competente.

ARTIGO 27.º

Para a aplicação do artigo 26.º aos titulares de uma pensão ou subsídio de invalidez, a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes e o I. N. A. M. I. mandam proceder, em conformidade com as disposições da legislação do país devedor da prestação, a primeira pela caixa do lugar de residência em Portugal, o segundo pelo Conseil Médical d'Invalidité, aos exames necessários para avaliar o grau de invalidez do interessado, com vista à manutenção, revisão, suspensão ou supressão da pensão ou subsídio de invalidez ou à reclassificação noutra categoria.

O parecer dado pela caixa do lugar da residência em Portugal ou pelo Conseil Médical d'Invalidité, conforme o caso, é comunicado sem demora pela instituição competente do país da residência à instituição devedora.

ARTIGO 28.º

As verificações de ordem administrativa e, designadamente, as relativas ao trabalho dos inválidos são efectuadas:

Em Portugal: pela Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes;
Na Bélgica: pelo I. N. A. M. I.

ARTIGO 29.º

Os resultados dos exames médicos e das verificações de ordem administrativa são comunicados, por um lado, à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes e, pelo outro, ao I. N. A. M. I.

Compete às instituições devedoras decidir em face daqueles resultados.

ARTIGO 30.º

No caso de um beneficiário de pensão de invalidez portuguesa retomar o trabalho na Bélgica, o I. N. A. M. I. envia um relatório à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes indicando a natureza do trabalho efectuado e o montante da remuneração do trabalhador interessado, e bem assim o relatório médico elaborado pelo Conseil Médical d'Invalidité.

ARTIGO 31.º

No caso de um beneficiário de pensão ou de indemnização de invalidez belga retomar o trabalho em Portugal, a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes envia um relatório ao I. N. A. M. I. indicando a natureza do trabalho efectuado e o montante da remuneração do trabalhador interessado, e bem assim o relatório médico elaborado pela caixa do lugar de residência em Portugal.

ARTIGO 32.º

Se o beneficiário de uma pensão ou indemnização de invalidez, a cargo de um dos países, for titular de uma pensão no outro país, este comunica-o ao país devedor da pensão ou indemnização de invalidez, especificando a natureza da pensão e o respectivo montante anual, assim como a denominação da instituição devedora.

Estas comunicações são feitas por intermédio da Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes e do I. N. A. M. I.

ARTIGO 33.º

Quando, após a suspensão ou supressão da pensão ou da indemnização de invalidez, um segurado recupere, em conformidade com o artigo 19.º da Convenção, o direito à pensão ou à indemnização de invalidez, embora resida no país que não seja o devedor das prestações, a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes e o I. N. A. M. I. comunicam-se mutuamente todas as informações úteis, com vista ao reinício dos pagamentos; estas informações são prestadas mediante um formulário, de modelo a estabelecer de comum acordo.

ARTIGO 34.º

As despesas resultantes dos exames médicos, períodos de observação, deslocações de médicos e dos beneficiários, inquéritos administrativos e clínicos, assim como as despesas de administração que tenham sido necessárias para o exercício da inspecção são suportadas, no que respeita aos inválidos residentes em Portugal, pela Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes e, no que respeita aos inválidos residentes na Bélgica, pelo I. N. A. M. I.

As referidas despesas são determinadas pela instituição credora, com base na sua própria tabela, e reembolsadas pela instituição devedora, mediante a apresentação de nota discriminativa das despesas efectuadas.

Todavia, por acordo ulterior, poderão ser previstas outras modalidades de pagamento e, designadamente, reembolsos convencionais.

ARTIGO 35.º

As instituições competentes no que respeita às pensões de invalidez dos regimes especiais dos operários mineiros são:

Na Bélgica: o Fonds National de Retraite des Ouvriers Mineurs; e

Em Portugal: a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, conjuntamente com as instituições onde os trabalhadores estão inscritos.

Estas instituições aplicam os princípios enunciados nos artigos 36.º a 55.º

A apresentação e instrução dos pedidos de pensões de invalidez dos operários mineiros e ao pagamento das referidas pensões, são aplicáveis as disposições do subsequente capítulo III, relativo ao seguro de velhice e de morte (pensão).

CAPÍTULO III

Seguro de velhice e morte (pensão)

SECÇÃO 1.ª

Instituições competentes

ARTIGO 36.º

As instituições competentes para receber e instruir os pedidos, para enviar e receber os formulários de ligação relativos à instrução dos pedidos e para notificar as decisões sobre estes tomadas são:

Na Bélgica: o Office National des Pensions pour Travailleurs Salariés (O. N. P. T. S.), em Bruxelas;

Em Portugal: a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, conjuntamente com as instituições onde os trabalhadores estejam inscritos.

SECÇÃO 2.ª

Apresentação dos pedidos

ARTIGO 37.º

O segurado residente em Portugal ou na Bélgica que solicite a concessão de uma pensão de velhice ao abrigo do artigo 22.º da Convenção dirige o seu pedido, nos termos da legislação do país de residência, à instituição ou autoridade competente, de acordo com a referida legislação.

O prazo para apresentação do pedido é o fixado pela legislação de um ou do outro país.

O segurado deve indicar, na medida do possível, no formulário do pedido, a instituição ou instituições de seguro de velhice dos países nas quais esteve inscrito.

A data de efeito do pedido de prestações é a prevista pela legislação aplicável.

ARTIGO 38.º

As disposições do artigo 37.º são aplicáveis ao segurado residente na Bélgica que solicite a concessão de uma pensão calculada exclusivamente em conformidade com a legislação portuguesa, assim como ao segurado residente em Portugal que solicite a concessão de uma pensão calculada apenas em conformidade com a legislação belga.

Nesse caso, a instituição competente deve enviar sem demora os pedidos à instituição competente do outro país, comunicando-lhe a data em que foram apresentados.

ARTIGO 39.º

Para a instrução dos pedidos de pensões por totalização dos períodos de seguro e assimilados, em instituições competentes, portuguesa e belga, utilizam um formulário estabelecido de comum acordo.

Este formulário contém, designadamente, as informações indispensáveis sobre o estado civil, o apuramento e a recapitulação dos períodos de seguro e assimilados.

O envio deste formulário às instituições do outro país substitui a remessa dos documentos justificativos.

SECÇÃO 3.ª

Instrução dos pedidos apresentados por pessoas residentes na Bélgica

ARTIGO 40.º

O O. N. P. T. S., que instrui o pedido apresentado na Bélgica, envia à instituição competente portuguesa, por intermédio da Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, o formulário previsto no artigo 39.º, em duplicado.

A instituição portuguesa em que o trabalhador esteja inscrito determina quais os períodos de seguro e assimilados válidos nos termos da legislação portuguesa.

Relativamente aos períodos que não são considerados como válidos nos termos da legislação portuguesa, a referida instituição competente portuguesa toma em consideração os períodos de seguro e assimilados válidos nos termos da legislação belga.

A mesma instituição totaliza os períodos determinados de acordo com as regras acima definidas e estabelece os direitos conferidos ao abrigo da legislação portuguesa.

ARTIGO 41.º

A instituição portuguesa em que o trabalhador esteja inscrito calcula, em primeiro lugar, o montante da prestação a que o interessado teria direito se a totalidade dos períodos referidos no último parágrafo do artigo 40.º tivesse sido cumprida exclusivamente ao abrigo da legislação portuguesa e, em seguida, estabelece o montante da prestação devida proporcionalmente à duração dos períodos de seguro e assimilados válidos nos termos da legislação portuguesa.

ARTIGO 42.º

A Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes devolve ao O. N. P. T. S. um exemplar do formulário previsto no artigo 39.º, completado com a indicação do apuramento dos períodos de seguro e assimilados válidos nos termos da legislação portuguesa e notifica-o da prestação devida, proporcionalmente determinada nos termos do artigo 41.º

ARTIGO 43.º

Relativamente aos períodos que não sejam considerados como válidos nos termos da legislação belga, o O. N. P. T. S. toma em consideração os períodos de seguro e assimilados válidos nos termos da legislação portuguesa.

O O. N. P. T. S. totaliza os períodos determinados de acordo com as regras acima definidas e estabelece os direitos conferidos ao abrigo da legislação belga.

ARTIGO 44.º

O O. N. P. T. S. calcula a prestação devida em conformidade com a legislação belga, aplicando, conforme o caso, as disposições do artigo 22.º da Convenção.

ARTIGO 45.º

O O. N. P. T. S. notifica o peticionário, por carta registada, do conjunto das decisões tomadas relativamente às prestações calculadas nos termos das disposições da Convenção.

A notificação deve informar o peticionário sobre as vias de recurso previstas por cada uma das legislações.

O O. N. P. T. S. comunica à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes a data em que foi enviada a notificação ao peticionário.

SECÇÃO 4.ª

Instrução dos requerimentos apresentados por pessoas residentes em Portugal

ARTIGO 46.º

A Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes envia ao O. N. P. T. S. o formulário previsto no artigo 39.º, em duplicado. O O. N. P. T. S. determina quais os períodos de seguro e assimilados válidos nos termos da legislação belga.

Relativamente aos períodos que não sejam considerados válidos nos termos da legislação belga, o O. N. P. T. S. toma em consideração os períodos de seguro e assimilados válidos nos termos da legislação portuguesa.

O O. N. P. T. S. totaliza os períodos determinados de acordo com as regras acima definidas e estabelece os direitos conferidos ao abrigo da legislação belga.

ARTIGO 47.º

O O. N. P. T. S. calcula a prestação devida em conformidade com a legislação belga, aplicando, conforme o caso, as disposições do artigo 22.º da Convenção.

ARTIGO 48.º

O O. N. P. T. S. devolve à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes um exemplar do formulário previsto no artigo 39.º, completado com a indicação do apuramento dos períodos de seguro e assimilados válidos nos termos da legislação belga e notifica-a da prestação estabelecida em conformidade com o artigo 47.º

ARTIGO 49.º

Relativamente aos períodos que não sejam considerados como válidos nos termos da legislação portuguesa, a instituição portuguesa em que o trabalhador esteja inscrito toma em consideração os períodos de seguro e assimilados válidos nos termos da legislação belga.

A mesma instituição totaliza os períodos determinados de acordo com as regras acima definidas e estabelece os direitos conferidos ao abrigo de legislação portuguesa.

ARTIGO 50.º

A instituição portuguesa em que o trabalhador está inscrito calcula, em primeiro lugar, o montante da prestação a que o interessado teria direito se a totalidade dos períodos referidos no último parágrafo do artigo 49.º tivesse sido cumprida exclusivamente ao abrigo da legislação portuguesa e, em seguida, estabelece o montante da prestação devida proporcionalmente à duração dos períodos de seguro e assimilados válidos nos termos da legislação portuguesa.

ARTIGO 51.º

A Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes notifica o peticionário, por carta registada,

do conjunto das decisões tomadas relativamente às prestações calculadas nos termos das disposições da Convenção.

A notificação deve informar o peticionário sobre as vias de recurso previstas por cada uma das legislações.

A referida Caixa Central comunica ao O. N. P. T. S. a data em que a notificação foi enviada ao peticionário.

SECÇÃO 5.ª

Aplicação das disposições do artigo 22.º, § 5.º, da Convenção

ARTIGO 52.º

1) Para a aplicação do disposto no artigo 22.º, § 5.º, alínea 1), da Convenção, os períodos de seguro cumpridos ao abrigo da legislação de um dos dois países serão, no que respeita à Bélgica, considerados exclusivamente dentro do ano civil para determinar se abrem direito às prestações previstas pelas disposições dessa legislação.

2) Se a aplicação do citado artigo 22.º, § 5.º, alínea 1), tiver o efeito de desonerar de qualquer obrigação as instituições dos dois países, o período de seguro de mais longa duração determina qual a instituição que tomará a seu cargo o montante mínimo que representa a valorização dos direitos do segurado no domínio da legislação nacional aplicada pela referida instituição. Em caso de igualdade de duração dos períodos de seguro em cada um dos países, esse encargo compete à instituição do país onde foi cumprido o último período de seguro.

SECÇÃO 6.ª

Pagamento das pensões

ARTIGO 53.º

As pensões de reforma são pagas directamente pelas instituições devedoras aos beneficiários, quer estes residam em Portugal, quer na Bélgica.

O pagamento é efectuado por vale postal internacional, nos prazos previstos nas legislações aplicadas por aquelas instituições.

É instituição competente para o pagamento das pensões:

Na Bélgica: a Caisse Nationale des Pensions de Retraite et de Survie (C. N. P. R. S.);

Em Portugal: a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes.

ARTIGO 54.º

O reembolso das despesas relativas ao pagamento das pensões pode ser cobrado aos beneficiários pelas instituições encarregadas do pagamento, nas condições fixadas pela autoridade administrativa de que dependem as mesmas instituições.

ARTIGO 55.º

1) A Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes está encarregada de velar por que os beneficiários, residentes em Portugal, que obtiveram, ao abrigo da legislação belga, total ou parcialmente, uma pensão de reforma cessem, nos limites da mesma legislação, qualquer actividade profissional.

A mesma Caixa Central vela igualmente por que essa condição seja satisfeita no que se refere à mulher do beneficiário de uma pensão de reforma denominada como de lar.

As instituições belgas, a cujo cargo são concedidas as prestações, informam a Caixa Central sobre os nomes e endereços desses beneficiários.

2) Os beneficiários referidos no parágrafo 1) são obrigados a comunicar antecipadamente à Caixa Central a sua intenção de reiniciar qualquer actividade profissional que não seja autorizada pela legislação belga.

Idêntica obrigação incumbe aos beneficiários de uma pensão de reforma denominada como de lar, no caso de a mulher iniciar ou retomar o exercício de uma actividade profissional não autorizada.

3) A Caixa Central, quando verificar que o titular de uma das prestações previstas no presente Acordo e, dado o caso, a sua mulher está ou esteve exercendo ocupação enquanto beneficiava dessas prestações, ou que ele possui recursos que excedam o limite estabelecido, envia um relatório à C. N. P. R. S. O relatório informa da natureza do trabalho efectuado, bem como o montante da remuneração ou dos recursos de que beneficiou o interessado, ou a sua mulher.

A Caixa Central participa, sem demora, à instituição belga competente o reinício do trabalho por um beneficiário de prestações, ou, no caso considerado na segunda parte do parágrafo 2) do presente artigo, por sua mulher.

SECÇÃO 7.ª

Pensões de sobrevivência

ARTIGO 56.º

As disposições do presente capítulo são aplicáveis às pensões de sobrevivência.

CAPÍTULO IV

Prestações familiares

Aplicação do artigo 28.º, § 2.º, da Convenção

SECÇÃO 1.ª

Trabalhadores portugueses ocupados na Bélgica

ARTIGO 57.º

Os trabalhadores portugueses ocupados na Bélgica, cujos descendentes são educados em Portugal, têm direito aos abonos de família propriamente ditos, com exclusão de qualquer abono especial ou melhoria resultante da legislação belga.

As categorias de descendentes beneficiários, as condições de concessão e os quantitativos dos abonos, assim como os períodos em relação aos quais os abonos são concedidos constam do artigo 58.º

ARTIGO 58.º

1) Os abonos são concedidos pelos filhos próprios do trabalhador, pelos filhos comuns do trabalhador e do seu cônjuge e pelos filhos próprios deste; todavia, o número de descendentes do beneficiário está limitado ao máximo de quatro, quando se trate de trabalhadores abrangidos pelo parágrafo 4), n.º 4. O número de descendentes pode ser modificado, de comum acordo, pelas autoridades competentes.

2) Os abonos são concedidos até à idade de 14 anos, ou até à idade de 25 anos quando se trate de descendentes que frequentem cursos nas condições estabelecidas pela legislação belga.

3) Os abonos são concedidos pelos períodos de ocupação efectiva de trabalho e pelos períodos assimilados em conformidade com o artigo 41.º das leis coordenadas relativas ao abono de família para trabalhadores salarizados; em caso de incapacidade de trabalho, os abonos de família são concedidos durante o máximo de seis meses de incapacidade; este período pode ser modificado, de comum acordo, pelas autoridades administrativas competentes. Os abonos deixam de ser concedidos, após a morte do trabalhador ou após a sua saída da Bélgica.

4) Os abonos de família são concedidos nos quantitativos seguintes:

1.º Mineiros do subsolo na indústria carbonífera belga; trabalhadores ocupados como trabalhadores do subsolo em minas que não sejam da indústria carbonífera e em pedreiras cuja exploração seja subterrânea e que estejam abrangidas pela legislação relativa à pensão de reforma e de sobrevivência dos operários mineiros e assimilados:

Quantitativos da tabela geral ordinária, com exclusão de qualquer abono especial ou melhorado resultante da legislação belga;

2.º Trabalhadores referidos no n.º 1.º que estejam ocupados temporária ou definitivamente em trabalho de superfície nas citadas minas ou pedreiras, sob condição de, por motivo de doença, lesão ou incapacidade, não poderem continuar a desempenhar o seu trabalho no subsolo:

Quantitativos da tabela geral ordinária, com exclusão de qualquer abono especial ou melhorado resultante da legislação belga;

3.º Mineiros de superfície ocupados na indústria carbonífera belga:

Quantitativos da tabela geral ordinária em vigor em 1 de Outubro de 1959, tal como são melhorados em consequência da sua ligação às flutuações do índice dos preços de retalho, com exclusão de qualquer abono especial ou melhorado resultante da legislação belga;

4.º Trabalhadores não referidos nos n.ºs 1.º, 2.º e 3.º e que sejam possuidores de autorização de trabalho válida, sendo os abonos, todavia, concedidos a partir da data de início do trabalho:

500 francos mensais por descendente (20 francos diários); estes montantes podem ser modificados, de comum acordo, pelas autoridades administrativas competentes;

5.º Trabalhadores referidos nos n.ºs 3.º e 4.º:

Quantitativos da tabela belga durante os seis meses anteriores à entrada dos descendentes beneficiários na Bélgica, se esta se verificar nos doze meses subsequentes ao início do trabalho na Bélgica.

ARTIGO 59.º

1) A escolaridade exigida para a manutenção, nos limites da legislação belga, do abono de família em favor de adolescentes que prossigam estudos depois da idade de 14 anos é verificada mediante a apresentação de um certificado escolar, em conformidade com o modelo estabelecido, de comum acordo, pelas autoridades administrativas competentes, e enviado à instituição encarregada de pagar os abonos de família, por intermédio da Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migran-

tes, assegurando que tais descendentes frequentam cursos de ensino geral ou profissional, em pleno exercício, ministrados durante o dia.

2) A existência de contrato de aprendizagem, para efeitos de manutenção do abono de família, nos limites da legislação belga, a favor de adolescentes que declarem estar vinculados a tal contrato é verificada por declaração emitida pela Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes.

A declaração é enviada pelo interessado à instituição belga encarregada de pagar os abonos de família.

A declaração deve indicar, dado o caso, o montante da remuneração mensal auferida, tendo em conta quaisquer proventos em espécie e em dinheiro.

3) Para a determinação do direito aos abonos de família devidos em consequência do estado físico ou mental dos descendentes beneficiários, a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes tem competência para verificar se aquele estado incapacita o descendente para o exercício de qualquer profissão ou o faz considerar como diminuído.

O certificado de incapacidade é passado em conformidade com as exigências da legislação belga.

A fim de permitir a instrução dos pedidos o Office National d'Allocations Familiales pour Travailleurs Saliariés comunica os formulários utilizados na Bélgica, a preencher pelos médicos portugueses em conformidade com as normas da legislação belga.

Todavia, a instituição devedora reserva-se o direito de mandar proceder ao exame do beneficiário por médico de sua escolha.

SECÇÃO 2.ª

Trabalhadores belgas ocupados em Portugal

ARTIGO 60.º

Os trabalhadores belgas ocupados em Portugal, cujos descendentes são educados na Bélgica, têm direito aos abonos de família previstos na legislação portuguesa.

As categorias de descendentes beneficiários, as condições de concessão e os quantitativos dos abonos, assim como os períodos em relação aos quais os abonos são concedidos, constam do artigo 61.º

ARTIGO 61.º

1) Os abonos são concedidos pelos filhos próprios do trabalhador, pelos filhos comuns do trabalhador e do seu cônjuge e pelos filhos próprios deste.

Os descendentes, no caso de morte do segurado, têm também direito à prestação complementar prevista na legislação portuguesa relativa ao abono de família.

2) Os abonos de família são concedidos até à idade de 14 anos ou até à idade de 24 anos quando se trate de descendentes que frequentam cursos nas condições estabelecidas pela legislação portuguesa.

3) Os abonos de família são concedidos pelos períodos da ocupação efectiva de trabalho e pelos períodos assimilados em conformidade com a legislação portuguesa relativa ao regime geral de abono de família; em caso de incapacidade de trabalho, os abonos são concedidos durante o máximo de seis meses de incapacidade; este período pode ser modificado, de comum acordo, pelas autoridades administrativas competentes. Os abonos deixam de ser concedidos após a morte do trabalhador ou após a sua saída de Portugal.

4) Os abonos de família são concedidos nos quantitativos da tabela geral estabelecida nos termos da legislação portuguesa.

ARTIGO 62.º

1) A escolaridade exigida para a manutenção, nos limites da legislação portuguesa, do abono de família em favor de adolescentes que prossigam estudos depois da idade de 14 anos é verificada mediante a apresentação de um certificado escolar, em conformidade com o modelo estabelecido, de comum acordo, pelas autoridades administrativas competentes, enviado à instituição encarregada de pagar os abonos, por intermédio do Office National d'Allocations Familiales pour Travailleurs Salariés, assegurando que tais descendentes frequentam cursos de ensino geral ou profissional, em pleno exercício.

2) Para a determinação do direito aos abonos de família devidos em consequência do estado físico ou mental dos descendentes beneficiários, o Office National d'Allocations Familiales pour Travailleurs Salariés tem competência para verificar se aquele estado incapacita o descendente para o exercício de qualquer profissão ou o faz considerar como diminuído.

O certificado de incapacidade é passado em conformidade com as exigências da legislação portuguesa pelo Office National d'Allocations Familiales pour Travailleurs Salariés.

A fim de permitir a instrução dos pedidos, a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes comunica os formulários utilizados em Portugal, a preencher pelos médicos belgas em conformidade com as normas da legislação portuguesa.

Todavia, a instituição devedora reserva-se o direito de mandar proceder ao exame do beneficiário por médico da sua escolha.

CAPÍTULO V

Acidentes de trabalho e doenças profissionais

ARTIGO 63.º

1) Os nacionais belgas e portugueses residentes na Bélgica que pretendam prestações devidas em caso de acidente de trabalho ou de doença profissional ao abrigo da legislação portuguesa, referida no artigo 2.º da Convenção, podem dirigir o seu pedido ao Ministério da Previdência Social, em Bruxelas, que o remete à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes.

A decisão é notificada directamente ao peticionário; quando se trate de decisão sobre matéria de doenças profissionais, serão enviadas duas cópias ao Ministério da Previdência Social.

2) Os nacionais portugueses e belgas residentes em Portugal que pretendam prestações ao abrigo da legislação belga sobre a reparação de danos resultantes de acidentes de trabalho ou de doenças profissionais, referida no artigo 2.º da Convenção, podem dirigir o seu pedido à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, que o remete ao Ministério da Previdência Social, em Bruxelas.

A decisão é notificada directamente ao peticionário; quando se trate de uma decisão sobre matéria de doenças profissionais, será enviada uma cópia à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes.

ARTIGO 64.º

1) Os nacionais belgas e portugueses residentes na Bélgica podem dirigir ao Ministério da Previdência Social, em Bruxelas, o recurso ou a reclamação relativos a prestações portuguesas de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

Se o recurso tiver sido interposto ou a reclamação apresentada por carta registada, o sobrescrito que serviu para a expedição é igualmente enviado; se tal não for o caso, a data da recepção deve ser indicada no memorial do recurso ou da reclamação.

No prazo de oito dias após a recepção do recurso ou da reclamação, o Ministério da Previdência Social remete-o à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, que o encaminha para as jurisdições competentes.

2) Os nacionais portugueses e belgas residentes em Portugal podem dirigir à Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes o recurso relativo a prestações belgas de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

Se a recurso tiver sido interposto por carta registada, o subscrito que serviu para a expedição é igualmente enviado; se tal não for o caso, a data da recepção deve ser indicada sobre a petição.

No prazo de oito dias após a recepção do recurso a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes remete-o ao Ministério da Previdência Social, que o encaminha para a instituição belga competente.

3) Dado que tanto em Portugal como na Bélgica os litígios relativos à reparação de danos resultantes são de acidentes de trabalho e de doenças profissionais são da competência dos tribunais, os recursos interpostos pelos trabalhadores ou pelos seus familiares com vista a beneficiarem da referida reparação devem ser apresentados em conformidade com as regras de processo aplicáveis pela jurisdição que for competente.

A Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes e o Ministério da Previdência Social comunicam-se mutuamente as informações necessárias para este efeito.

ARTIGO 65.º

1) O Ministério da Previdência Social, em Bruxelas, manda proceder, a pedido da Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, aos inquéritos no território belga com vista a determinar as prestações ao abrigo da legislação portuguesa relativa à reparação de danos resultantes de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

2) A Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes manda proceder, a pedido do Ministério da Previdência Social, em Bruxelas, aos inquéritos no território português com vista a determinar as prestações ao abrigo da legislação belga relativa à reparação de danos resultantes de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

3) A instituição que solicita o inquérito reembolsa, por conta da instituição competente, as despesas à instituição solicitada.

ARTIGO 66.º

As indemnizações, subsídios ou rendas relativos a acidentes de trabalho e a doenças profissionais são pagos nos prazos previstos pelas legislações respectivas aos nacionais belgas e portugueses residentes no país que não seja o devedor (eventualmente por intermédio da instituição competente do país de residência, de harmonia com as modalidades determinadas pelas autoridades administrativas competentes dos dois países).

ARTIGO 67.º

Para beneficiar das prestações em espécie, ao abrigo do artigo 34.º da Convenção, o trabalhador é obrigado a apre-

sentar à instituição do lugar de residência um certificado, do modelo estabelecido de comum acordo pelas autoridades administrativas competentes dos dois países, comprovando que tem direito às referidas prestações.

O certificado é passado pela instituição competente e é válido enquanto a instituição do lugar de residência não receber notificação do seu cancelamento.

Quando solicitar quaisquer prestações em espécie, o trabalhador apresenta os documentos justificativos normalmente exigidos nos termos da legislação do país de residência para a concessão de prestações em espécie.

No caso de hospitalização, a instituição do lugar de residência, no prazo de três dias, a contar da data em que tomou conhecimento do facto, notifica a instituição competente da data da hospitalização e da duração provável do internamento.

O trabalhador é obrigado a informar a instituição do lugar de residência sobre qualquer modificação na sua situação, designadamente a mudança de residência ou de estado. A instituição competente informa igualmente a instituição do lugar de residência sobre a extinção do direito do trabalhador às prestações.

A instituição do lugar de residência pode, a todo o tempo, pedir à instituição competente que lhe dê quaisquer informações relativas ao direito a prestações do trabalhador.

Para aplicação do presente artigo, as instituições do lugar de residência são:

Na Bélgica, no que respeita aos acidentes de trabalho: o I. N. A. M. I., por intermédio dos organismos segurados; no que respeita às doenças profissionais: o Fonds des Maladies Professionnelles. Em Portugal: a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, por intermédio das caixas de previdência distritais.

ARTIGO 68.º

As prestações em espécie concedidas ao abrigo do disposto no artigo 34.º da Convenção são reembolsadas pelas instituições competentes às instituições que concederam as referidas prestações.

Os reembolsos são efectuados semestralmente, mediante a apresentação, pela instituição que concedeu as prestações, de uma factura individual das despesas por esta suportadas efectivamente.

Não podem ser consideradas para efeitos de reembolso tabelas superiores às aplicáveis às prestações em espécie concedidas ao trabalhador sujeito à legislação aplicada pela instituição que tenha concedido as prestações em causa.

ARTIGO 69.º

A pedido da instituição competente, a instituição do lugar de residência do outro país manda proceder aos exames médicos respeitantes aos beneficiários de uma prestação de acidente de trabalho ou de doença profissional, nas condições previstas pela sua própria legislação, designadamente com vista à revisão da incapacidade de trabalho.

A instituição competente conserva o direito de mandar proceder ao exame dos interessados por médico de sua escolha e nas condições previstas pela sua própria legislação.

As despesas resultantes das inspecções médicas são suportadas pela instituição a pedido da qual foram efectuadas as mesmas inspecções.

CAPÍTULO VI

Indemnizações ou subsídios de funeral

ARTIGO 70.º

O direito às indemnizações ou subsídios de funeral devidos, por aplicação do artigo 37.º da Convenção, aos segurados portugueses domiciliados na Bélgica e aos segurados belgas domiciliados em Portugal pode ser estabelecido por intermédio do I. N. A. M. I., por um lado, e da Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, por outro, mediante a apresentação de um processo, cujos elementos são determinados de comum acordo pelas administrações competentes portuguesa e belga.

A data da recepção do processo é tomada em consideração para a aplicação do artigo 41.º da Convenção.

As instituições referidas no primeiro parágrafo do presente artigo comunicar-se-ão mutuamente os formulários necessários para a apresentação dos pedidos.

TÍTULO IV

Disposições finais

ARTIGO 71.º

O presente Acordo entra em vigor no dia da sua assinatura. O Acordo tem efeitos na mesma data que a Convenção sobre Segurança Social entre o Reino da Bélgica e a República de Portugal, de 14 de Setembro de 1970.

Feito, em duplicado, em língua francesa, flamenga e portuguesa, em Lisboa, aos 14 de Setembro de 1970.

Pela República Portuguesa:

Baltasar Leite Rebelo de Sousa

Pelo Reino da Bélgica:

Placide de Paeppe.

Arrangement administratif relatif aux modalités d'application de la Convention générale sur la sécurité sociale entre la République du Portugal et le Royaume de Belgique, signée à Lisbonne le 14 septembre 1970.

En application de la Convention générale sur la sécurité sociale entre la République du Portugal et le Royaume de Belgique, les autorités administratives compétentes portugaise et belge ont arrêté, de commun accord, les dispositions suivantes en ce qui concerne les modalités d'application de ladite Convention.

TITRE I^{er}

Application des articles 6 et 7 de la Convention

Situation des travailleurs détachés temporairement d'un pays dans l'autre

ARTICLE 1^{er}

1) Lorsque les travailleurs sont occupés dans un pays autre que celui de leur résidence habituelle par une entreprise ayant dans le pays de cette résidence un établissement dont les intéressés relèvent normalement et qu'ils demeurent soumis à la législation en vigueur dans le pays

de leur lieu de travail habituel en vertu de l'article 7, § 1, a), de la Convention, les dispositions suivantes sont applicables:

1° L'employeur et les intéressés règlent directement toute question concernant leurs cotisations de sécurité sociale avec l'institution portugaise à laquelle l'assuré est affilié en raison des services dans l'entreprise qui le détache lorsque le pays du lieu de travail habituel est le Portugal, et avec l'Office national de sécurité sociale lorsque ce pays est la Belgique;

2° Les institutions compétentes du pays du lieu de travail habituel remettent à chacun des intéressés un certificat, dont le modèle est fixé de commun accord, attestant qu'il reste soumis au régime de sécurité sociale de ce pays. Ce certificat doit être produit, par le préposé de l'employeur dans l'autre pays, si un tel préposé existe, sinon, par le travailleur lui-même.

Lorsqu'un certain nombre de travailleurs quittent simultanément le pays du lieu de travail habituel, afin de travailler ensemble dans l'autre pays et de retourner ensemble dans le premier pays, un seul certificat peut couvrir tous ces travailleurs;

3° Par occupation de travailleurs visés à l'article 7, § 1, a), de la Convention, il faut entendre la durée prévisible de l'occupation de l'ensemble de ces travailleurs;

4° La circonstance que l'occupation des travailleurs serait de nature saisonnière ne peut être retenue pour empêcher l'application des règles fixées aux 1°, 2° et 3° ci-dessus.

2) Par institutions compétentes au sens du paragraphe 1), 2°, on entend, en Belgique, l'Office national de sécurité sociale et, au Portugal, la Caisse central de sécurité sociale des travailleurs migrants.

Situation des travailleurs salariés, ressortissant d'un des pays, occupés dans les postes diplomatiques ou consulaires de ce pays auprès de l'autre pays.

ARTICLE 2

1) Le droit d'option prévu à l'article 7, alinéa 1^{er}, d), de la Convention peut être exercé dans les six mois à compter de la date à laquelle le travailleur est entré en service dans le poste diplomatique ou consulaire ou au service personnel d'agents de ce poste. Pour les travailleurs occupés dans un poste diplomatique ou consulaire ou par un agent de ce poste, à la date d'entrée en vigueur du présent Arrangement, le délai de six mois court à compter de cette dernière date.

2) L'option prend effet à partir du premier jour du mois qui suit celui au cours duquel le choix de l'intéressé a été notifié à l'institution compétente désignée au paragraphe 3). Aussi longtemps que l'option n'a pas pris effet ainsi qu'en l'absence d'option, les dispositions de l'article 3 de la Convention s'appliquent.

3) Le travailleur exerce son droit d'option en notifiant par lettre recommandée à la poste son choix à l'Office national de sécurité sociale ou à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants, suivant qu'il opte pour l'application de la législation belge ou pour l'application de la législation portugaise. Il en informe immédiatement son employeur.

4) Dans le cas où le travailleur opte pour la législation de son pays d'origine, l'institution désignée au paragraphe 3) lui remet un certificat attestant qu'il est soumis, pendant qu'il est occupé dans le poste diplomatique ou consulaire en question, ou par un agent de ce poste, à la législation qu'elle applique.

TITRE II

Dispositions communes à différents risques

ARTICLE 3

Pour l'ouverture du droit aux prestations, la totalisation des périodes d'assurance accomplies sous chaque régime et des périodes reconnues équivalentes à des périodes d'assurance en vertu desdits régimes, s'effectue conformément aux règles suivantes:

1° Aux périodes d'assurance et aux périodes reconnues équivalentes en vertu de la législation de l'un des pays s'ajoutent les périodes accomplies ou reconnues équivalentes sous la législation de l'autre pays, dans la mesure où il est nécessaire d'y faire appel pour compléter, sans superposition, les périodes d'assurance ou reconnues équivalentes du premier pays;

2° Lorsqu'un travailleur bénéficie de prestations à la charge des institutions des deux pays, la règle établie au 1° ci-avant est appliquée séparément dans chaque pays.

Les périodes d'assurance et les périodes équivalentes sont prises en considération telles qu'elles résultent de la législation sous laquelle elles ont été accomplies.

Si d'après la législation d'un pays, la prise en compte de certaines périodes d'assurance ou périodes équivalentes est subordonnée à la condition qu'elles aient été accomplies au cours d'un délai déterminé, cette condition est également applicable à de telles périodes accomplies en vertu de la législation de l'autre pays.

ARTICLE 4

Toute période reconnue équivalente à une période d'assurance en vertu à la fois de la législation portugaise et de la législation belge, est prise en compte pour la liquidation des prestations par les institutions du pays où l'intéressé a été assuré en dernier lieu avant la période en cause.

Lorsque l'intéressé n'a pas été assuré avant ladite période, celle-ci est prise en compte par les institutions du pays dans lequel il a travaillé pour la première fois.

Lorsqu'une période d'assurance, en application de la législation d'un pays, coïncide avec une période reconnue équivalente à une période d'assurance en application de la législation de l'autre pays, seule la période d'assurance est prise en considération.

ARTICLE 5

Lorsque les périodes d'assurance ou périodes équivalentes accomplies en vertu de la législation d'un pays sont exprimées, soit dans la même unité, soit dans des unités différentes de celles utilisées dans la législation de l'autre pays, la conversion nécessaire pour la totalisation s'effectue selon les règles suivantes:

- a) Un jour est équivalent à huit heures et inversement;
- b) Six jours sont équivalents à une semaine et inversement;
- c) Vingt-six jours sont équivalents à un mois et inversement;
- d) Trois mois ou treize semaines ou soixante-dix-huit jours sont équivalents à un trimestre et inversement;
- e) Pour la conversion des semaines en mois et inversement, les semaines et mois sont convertis en jours;
- f) L'application des règles visées aux a), b), c), d) et e) ne peut conduire à retenir, pour l'ensem-

ble des périodes accomplies au cours d'une année civile, un total supérieur à trois cent douze jours ou cinquante-deux semaines ou douze mois ou quatre trimestres.

ARTICLE 6

Lorsque d'après la législation de l'un des deux pays, la prestation en espèces est calculée en fonction du salaire ou des cotisations versées, cette prestation est déterminée à partir des salaires perçus ou des cotisations versées dans ce seul pays.

Si, d'après la législation de l'un des deux pays, le montant des prestations en espèces varie avec l'existence ou le nombre des membres de la famille, l'institution compétente prend également en compte, en vue du calcul des prestations, les membres de la famille résidant sur le territoire du pays autre que celui où se trouve ladite institution.

Le terme «membre de la famille» désigne les personnes définies ou admises comme telles, ou désignées comme membres du ménage par la législation du pays de leur résidence; toutefois, si cette législation ne considère comme membre de la famille ou membres du ménage que les personnes vivant sous le toit du travailleur, cette condition, dans les cas où l'on peut faire appel au présent article, est réputée remplie lorsque ces personnes sont à la charge de ce travailleur.

TITRE III

Dispositions particulières

CHAPITRE I

Assurance maladie-maternité

SECTION 1^{ère}

Totalisation des périodes d'assurance pour l'ouverture du droit aux prestations

ARTICLE 7

1) Lorsqu'un travailleur se rendant d'un pays dans l'autre doit, pour obtenir des prestations, invoquer le bénéfice de la Convention, il est tenu de remettre à l'institution compétente du pays du nouveau lieu de travail à laquelle des prestations sont demandées une attestation mentionnant les périodes d'assurance accomplies dans l'autre pays; cette attestation, dont le modèle est fixé d'un commun accord, est délivrée par l'organisme assureur auquel le travailleur est ou a été affilié dans le premier pays.

2) Si le travailleur ne présente pas l'attestation, l'institution du pays du nouveau lieu de travail est tenue d'adresser elle-même le formulaire à l'institution de l'autre pays, en vue de recueillir les renseignements demandés. L'envoi des formulaires à l'organisme compétent portugais est fait par l'intermédiaire de la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants.

SECTION 2

Application des articles 12 à 15 de la Convention

Ayants droit

ARTICLE 8

1) Par «ayant droit», au sens de l'article 12 de la Convention, on entend les membres de la famille tels qu'ils sont définis à l'alinéa 3 de l'article 6.

2) Pour bénéficier des prestations en nature dans le pays de résidence, les ayants droit visés à l'article 12 de la Convention sont tenus de se faire inscrire auprès de l'institution du lieu de résidence en présentant les pièces justificatives suivantes:

- 1) Une attestation dont le modèle est fixé d'un commun accord, délivrée par l'institution compétente du pays d'affiliation du travailleur, certifiant l'existence du droit aux prestations en nature de celui-ci;
- 2) Les pièces justificatives autres que celles visant l'ouverture du droit normalement exigées par la législation du pays de résidence pour l'octroi des prestations en nature.

3) Pour les ayants droit résidant au Portugal, l'attestation initiale visée au paragraphe 2), 1), ci-dessus, est établie en cinq exemplaires par l'organisme assureur belge auquel le travailleur est affilié ou inscrit.

Un exemplaire est remis au travailleur; trois exemplaires sont adressés par l'intermédiaire de l'Institut national d'assurance maladie-invalidité (I. N. A. M. I.) à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants, qui, après les avoir complétés, en renvoie deux à l'I. N. A. M. I.; le dernier exemplaire est conservé par l'organisme assureur belge.

L'attestation est valable à partir de la date y indiquée.

L'organisme assureur belge peut, à tout moment, mettre fin à la validité de l'attestation; le droit aux prestations ne cesse qu'à partir du trentième jour de l'envoi de la notification à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants, le cachet de la poste faisant foi.

4) Pour les ayants droit résidant en Belgique, l'attestation visée au paragraphe 2), 1), ci-dessus, est établie en cinq exemplaires par la Caisse de prévoyance à laquelle le travailleur est affilié.

Un exemplaire est remis au travailleur; trois exemplaires sont adressés par l'intermédiaire de la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants à l'I. N. A. M. I., qui, après les avoir complétés, en renvoie un à ladite Caisse centrale.

L'attestation est valable à partir de la date y indiquée. L'organisme assureur portugais peut, à tout moment, mettre fin à la validité de l'attestation; le droit aux prestations ne cesse qu'à partir du trentième jour de l'envoi de la notification à l'I. N. A. M. I., le cachet de la poste faisant foi.

5) Le travailleur ou les ayants droit sont tenus d'informer l'institution du lieu de résidence de ces derniers, de tout changement dans leur situation susceptible de modifier le droit des ayants droit aux prestations en nature.

Dans le cas où la modification survenue est de nature à faire naître ou éteindre le droit des ayants droit, l'institution du pays de résidence est tenue d'en informer immédiatement l'institution compétente de l'autre pays.

6) L'institution d'un pays peut demander, en tout temps, à l'institution compétente de l'autre pays, de lui fournir des renseignements relatifs à l'affiliation ou au droit à prestations du travailleur ou sur la situation d'un ayant droit.

7) Par «institution compétente», il y a lieu d'entendre pour l'application des paragraphes 5) et 6) ci-dessus:

- a) En Belgique: l'I. N. A. M. I., conjointement avec les organismes assureurs;
- b) Au Portugal: la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants, conjointement avec les institutions auxquelles les travailleurs sont affiliés.

Application de l'article 13 de la Convention**Prestations en nature aux travailleurs et aux ayants droit en cas de séjour temporaire dans le pays autre que celui d'affiliation****A) Séjour temporaire au Portugal****ARTICLE 9**

Pour bénéficier des prestations en nature de l'assurance maladie-maternité du régime portugais, en vertu de l'article 13 de la Convention, au cours d'un séjour au Portugal n'excédant pas quarante-cinq jours, les travailleurs belges ou portugais assujettis au régime belge de sécurité sociale remettent à la caisse de prévoyance portugaise compétente pour le lieu de séjour une attestation dont le modèle est arrêté de commun accord, par les autorités administratives compétentes des deux pays.

Cette attestation est délivrée par l'organisme assureur belge auquel les assurés sont affiliés, préalablement au départ des intéressés pour le Portugal.

Ce document indique la durée de la période pendant laquelle ces prestations peuvent être servies.

L'octroi des prothèses et d'autres prestations en nature d'une grande importance est subordonné, sauf en cas d'urgence absolue, à l'autorisation préalable de l'organisme assureur belge; la liste de ces prestations est arrêtée d'un commun accord entre la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants et l'Institut national d'assurance maladie-invalidité.

Les cas d'urgence absolue au sens de l'alinéa précédent sont ceux où le service de l'une des prestations reprises sur la liste dont il est question ci-avant ne peut être différé sans mettre en danger la vie ou compromettre la santé de l'intéressé. Dans le cas où une prothèse ou un appareillage est accidentellement cassé ou détérioré, il suffit pour établir l'urgence absolue de justifier la nécessité de la réparation ou du renouvellement de la fourniture en question.

La demande d'autorisation préalable et la notification de l'octroi desdites prestations en cas d'urgence absolue doivent être accompagnées d'un exposé détaillé des raisons médicales qui les motivent et comporter une estimation de leur coût probable.

Les dispositions du présent article sont applicables aux ayants droit des travailleurs visés à l'alinéa 1^{er} lors d'un séjour au Portugal n'excédant pas quarante-cinq jours.

A l'exception des dispositions relatives à la durée du séjour, les dispositions du présent article sont également applicables aux travailleurs visés aux articles 6, § 2, et 7 de la Convention, ainsi qu'à leurs ayants droit, lorsque ces travailleurs sont occupés sur le territoire portugais et soumis à la législation belge.

ARTICLE 10

Sur production du document visé à l'article 9, la caisse de prévoyance portugaise octroie aux assurés du régime belge les prestations en nature du régime portugais.

B) Séjour temporaire en Belgique**ARTICLE 11**

Pour bénéficier des prestations en nature de l'assurance maladie-maternité du régime belge, en vertu de l'article 13 de la Convention, au cours d'un séjour en Belgique n'excédant pas quarante-cinq jours, les travailleurs portugais ou belges, assujettis au régime portugais de sécurité sociale, remettent à un organisme assureur belge une

attestation dont le modèle est arrêté, d'un commun accord, par les autorités administratives compétentes des deux pays.

Cette attestation est délivrée par la caisse de prévoyance portugaise à laquelle les assurés sont affiliés préalablement à leur départ pour la Belgique.

Ce document indique la durée de la période pendant laquelle ces prestations peuvent être servies.

L'octroi des prothèses et d'autres prestations en nature d'une grande importance est subordonné, sauf en cas d'urgence absolue, à l'autorisation préalable de la caisse de prévoyance portugaise; la liste de ces prestations est arrêtée, d'un commun accord, entre la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants et l'I. N. A. M. I.

Les cas d'urgence absolue au sens de l'alinéa précédent sont ceux où le service de l'une des prestations reprises sur la liste dont il est question ci-avant ne peut être différé sans mettre en danger la vie ou compromettre la santé de l'intéressé. Dans le cas où une prothèse ou un appareillage est accidentellement cassé ou détérioré, il suffit pour établir l'urgence absolue de justifier la nécessité de la réparation ou du renouvellement de la fourniture en question.

La demande d'autorisation préalable et la notification de l'octroi desdites prestations en cas d'urgence absolue doivent être accompagnées d'un exposé détaillé des raisons médicales qui les motivent et comporter une estimation de leur coût préalable.

Les dispositions du présent article sont applicables aux ayants droit des travailleurs visés à l'alinéa 1^{er}, lors d'un séjour en Belgique n'excédant pas quarante-cinq jours.

A l'exception des dispositions relatives à la durée du séjour, les dispositions du présent article sont également applicables aux travailleurs visés aux articles 6 § 2 et 7 de la Convention, ainsi qu'à leurs ayants droit, lorsque ces travailleurs sont occupés sur le territoire belge et soumis à la législation portugaise.

ARTICLE 12

Sur production du document visé à l'article 11, l'organisme assureur belge octroie aux assurés du régime portugais les prestations en nature du régime belge.

Application de l'article 14 de la Convention**Travailleurs et ayants droit au bénéfice des prestations d'assurance maladie autorisés à transférer leur résidence ou à se faire soigner sur le territoire de l'autre pays.****A) Travailleurs et ayants droit autorisés à transférer leur résidence au Portugal ou à s'y faire soigner.****ARTICLE 13**

1) Pour conserver le bénéfice des prestations au Portugal, le travailleur ou les ayants droit visés à l'article 14 de la Convention sont tenus de remettre à la caisse de prévoyance compétente pour le lieu de résidence une attestation par laquelle l'organisme assureur belge les autorise à conserver le bénéfice des prestations après le transfert de leur résidence. Cette attestation indique la durée de la période pendant laquelle les prestations en nature peuvent être servies.

L'organisme assureur belge adresse deux copies de cette attestation à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants.

L'organisme assureur belge peut, après le transfert de la résidence du travailleur ou des ayants droit, et à la

requête de ceux-ci, délivrer l'attestation, lorsque celle-ci n'a pu être établie antérieurement pour des raisons de force majeure.

2) A la demande de l'organisme assureur belge, la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants lui fait parvenir, dans les trente jours, sous pli confidentiel, un rapport médical. La continuation de la prise en charge des soins médicaux par l'organisme assureur belge est subordonnée à l'accomplissement de cette formalité.

3) Lorsque la caisse de prévoyance portugaise décide que le travailleur est apte à reprendre le travail, elle lui notifie la date à laquelle cette reprise doit s'effectuer et adresse immédiatement copie de cette notification, en double exemplaire, à l'organisme assureur belge. Les prestations en espèces cessent d'être versées à partir de la date fixée pour la reprise du travail, par la caisse de prévoyance.

4) Lorsque l'organisme assureur belge, sur la base des renseignements qu'il a reçus, décide que le travailleur est apte à reprendre le travail, il notifie sa décision à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants, qui en informe, sans délai, le travailleur. Les prestations en espèces cessent d'être dues à partir du deuxième jour de la notification à ladite Caisse centrale; ce délai prend cours le lendemain de la date postale de l'envoi.

5) Lorsque, dans un même cas, deux dates différentes ont été fixées pour la reprise du travail, respectivement par la caisse de prévoyance portugaise et l'organisme assureur belge, la date fixée par ce dernier organisme prévaut.

6) L'organisme assureur belge verse les prestations en espèces au travailleur par mandat postal international.

7) Les dispositions du présent article sont applicables par analogie:

- 1) Au travailleur ou aux ayants droit autorisés à se faire soigner au Portugal;
- 2) Au travailleur ou aux ayants droit, tombés malades au Portugal lors du séjour visé à l'article 13 de la Convention, lorsqu'ils ne peuvent rentrer en Belgique, par suite de leur état de santé, à l'expiration du délai fixé audit article.

Cette inaptitude à effectuer le voyage de retour en Belgique est constatée par les services médicaux de la caisse de prévoyance portugaise qui établit à cet effet, un rapport médicale circonstancié; cette institution adresse immédiatement ce rapport à l'organisme assureur belge.

En outre, dès le début de l'incapacité de travail, le travailleur visé à l'article 13 de la Convention est tenu de s'adresser immédiatement à la caisse de prévoyance portugaise, en lui présentant un certificat d'incapacité de travail délivré par le médecin traitant. Il indique son adresse au Portugal, ainsi que le nom et l'adresse de l'organisme assureur belge. Aussitôt que possible, et en tout cas dans les trois jours qui suivent la date à laquelle le travailleur s'est adressé à ladite caisse, celle-ci fait procéder à un contrôle médical du travailleur par un de ses médecins contrôleurs. Le rapport de ce médecin, qui mentionne la durée probable de l'incapacité de travail, est adressé par la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants à l'organisme assureur belge dans les six jours suivant la date du contrôle. Dans les huit jours de la réception de ce rapport par l'organisme assureur belge, celui-ci fait connaître sa décision à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants, qui la communique au travailleur.

Les dispositions de l'alinéa précédent sont également applicables aux travailleurs visés à l'article 9, alinéa 8.

B) Travailleurs et ayants droit autorisés à transférer leur résidence en Belgique ou à s'y faire soigner

ARTICLE 14

1) Pour conserver le bénéfice des prestations en Belgique, le travailleur ou les ayants droit visés à l'article 14 de la Convention sont tenus de remettre à l'organisme assureur belge une attestation par laquelle la caisse de prévoyance portugaise les autorise à conserver le bénéfice des prestations après le transfert de leur résidence. Cette attestation indique la durée de la période pendant laquelle les prestations en nature peuvent être servies.

La caisse de prévoyance portugaise adresse deux copies de cette attestation à l'I. N. A. M. I.

La caisse de prévoyance portugaise peut, après le transfert de la résidence du travailleur ou des ayants droit, et à la requête de ceux-ci, délivrer l'attestation lorsque celle-ci n'a pu être établie antérieurement pour des raisons de force majeure.

2) A la demande de la caisse de prévoyance portugaise, l'organisme assureur belge lui fait parvenir, dans les trente jours, sous pli confidentiel, un rapport médical. La continuation de la prise en charge des soins médicaux par l'institution portugaise est subordonnée à l'accomplissement de cette formalité.

3) Lorsque l'organisme assureur belge décide que le travailleur est apte à reprendre le travail, il lui notifie la date à laquelle cette reprise doit s'effectuer et adresse immédiatement copie de cette notification en double exemplaire à la caisse de prévoyance portugaise. Les prestations en espèces cessent d'être versées à partir de la date fixée pour la reprise du travail, par l'organisme assureur belge.

4) Lorsque la caisse de prévoyance portugaise, sur la base des renseignements qu'elle a reçus, décide que le travailleur est apte à reprendre le travail, elle notifie sa décision à l'organisme assureur belge, qui en informe, sans délai, le travailleur. Les prestations en espèces cessent d'être dues à partir du douzième jour de la notification à l'organisme assureur belge; ce délai prend cours le lendemain de la date postale de l'envoi.

5) Lorsque dans un même cas deux dates différentes ont été fixées pour la reprise du travail, respectivement par l'organisme assureur belge et par la caisse de prévoyance portugaise, la date fixée par cette dernière institution prévaut.

6) La caisse de prévoyance portugaise verse les prestations en espèces au travailleur par mandat postal international.

7) Les dispositions du présent article sont applicables par analogie:

- 1) Au travailleur ou aux ayants droit autorisés à se faire soigner en Belgique;
- 2) Au travailleur ou aux ayants droit, tombés malades en Belgique, lors du séjour visé à l'article 13 de la Convention, lorsqu'ils ne peuvent rentrer au Portugal, par suite de leur état de santé, à l'expiration du délai fixé audit article.

Cette inaptitude à effectuer le voyage de retour au Portugal est constatée par le médecin-conseil de l'organisme assureur belge, qui établit à cet effet un rapport médical circonstancié; cet organisme adresse immédiatement ce rapport à l'institution portugaise.

En outre, dès le débout de l'incapacité de travail, le travailleur visé à l'article 13 de la Convention est tenu de s'adresser immédiatement à un organisme assureur belge en lui présentant un certificat d'incapacité de travail délivré par le médecin traitant. Il indique son adresse en Belgique ainsi que le nom et l'adresse de la caisse de prévoyance portugaise. Aussitôt que possible, et en tout cas dans les trois jours qui suivent la date à laquelle le travailleur s'est adressé à l'organisme assureur belge, celui-ci fait procéder à un contrôle médical du travailleur par un de ses médecins-conseil. Le rapport de ce médecin, qui mentionne la durée probable de l'incapacité de travail, est adressé par l'organisme assureur belge à la caisse de prévoyance portugaise, dans les six jours suivant la date du contrôle. Dans les huit jours de la réception de ce rapport par la caisse de prévoyance portugaise, celle-ci fait connaître sa décision à l'organisme assureur belge, qui la communique au travailleur.

Les dispositions de l'alinéa précédent sont également applicables aux travailleurs visés à l'article 11, alinéa 8.

Application de l'article 15 de la Convention

A) Titulaires d'une pension de vieillesse, d'invalidité ou de survie, ou d'une rente d'accident du travail ou de maladie professionnelle belge, résidant au Portugal.

ARTICLE 15

1) Pour bénéficier des prestations en nature de l'assurance maladie-maternité en vertu de l'article 15, § 2, alinéa 1), de la Convention, les titulaires d'une pension ou indemnité belge d'invalidité, de vieillesse ou de survie, ainsi que les titulaires d'une rente belge d'accident du travail ou de maladie professionnelle reconnus invalides au sens de l'assurance maladie-invalidité, qui résident au Portugal, se font inscrire à la caisse de prévoyance portugaise compétente pour le lieu de résidence en produisant une attestation établie en double exemplaire par l'I. N. A. M. I.

2) En cas de suppression ou de suspension du droit aux prestations en nature, l'I. N. A. M. I. le notifie à la Caisse de prévoyance compétente au moyen d'un formulaire établi en double exemplaire. Les prestations cessent d'être servies à partir du trentième jour de l'envoi de la notification, le cachet de la poste faisant foi, ou à partir de la date du décès.

B) Titulaires d'une pension portugaise de vieillesse, d'invalidité ou de survie ou d'une rente d'accident du travail ou de maladie professionnelle résidant en Belgique.

ARTICLE 16

1) Pour bénéficier des prestations en nature de l'assurance maladie en vertu de l'article 15, § 2, alinéa 1), de la Convention, les titulaires d'une pension ou indemnité portugaise d'invalidité, de vieillesse ou de survie, ainsi que les titulaires d'une rente portugaise d'accident du travail ou de maladie professionnelle, reconnus invalides au sens de l'assurance maladie-invalidité, qui résident en Belgique, se font inscrire à un organisme assureur belge en produisant une attestation établie en double exemplaire par la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants.

2) En cas de suppression ou de suspension du droit aux prestations en nature, la Caisse centrale de sécurité des travailleurs migrants le notifie à l'I. N. A. M. I. au moyen d'un formulaire établi en double exemplaire. Les

prestations cessent d'être servies à partir du trentième jour de l'envoi de la notification, le cachet de la poste faisant foi, ou à partir de la date du décès.

SECTION 3

Dispositions financières

ARTICLE 17

1) Aux fins de l'application de l'article 12, alinéa 3), de la Convention, les dépenses afférentes aux prestations en nature servies aux ayants droit sont évaluées forfaitairement pour chaque année civile.

2) Le montant forfaitaire est obtenu en multipliant le coût moyen annuel par famille par le nombre de familles entrant en ligne de compte; les éléments du calcul sont déterminés comme suit:

- a) Le coût moyen annuel par famille est établi, pour chaque pays, en divisant les dépenses annuelles afférentes au total des prestations en nature servies, d'une part par la caisse de prévoyance portugaise et, d'autre part, par les organismes assureurs belges, à l'ensemble des ayants droit de leurs assurés, soumis à la législation de ce pays, par le nombre moyen annuel de leurs assurés soumis à cette législation et ayant des ayants droit pouvant prétendre aux prestations;
- b) Le nombre de familles et de mois, pour lesquels le montant forfaitaire est dû, fait l'objet d'un relevé annuel récapitulatif. Ce relevé est adressé, dans les six mois qui suivent l'exercice auquel il se rapporte, d'une part à l'I. N. A. M. I. et d'autre part à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants.

ARTICLE 18

Les prestations en nature servies aux personnes visées aux articles 1, 2, 9 et 11 sont remboursées annuellement par l'institution compétente à l'institution qui les a servies sur présentation d'une fiche individuelle des dépenses, dont le modèle est fixé de commun accord.

Les pièces justificatives y afférentes sont conservées au siège des institutions qui ont servi les prestations; toutefois, ces documents sont transmis en communication dans des cas individuels, à sa demande, à l'institution de l'autre pays.

ARTICLE 19

1) Aux fins de l'application de l'article 14, § 5, de la Convention, les dépenses afférentes aux prestations en nature servies aux travailleurs et aux ayants droit sont évaluées forfaitairement pour chaque année civile, selon les règles suivantes:

- a) Pour les travailleurs, le montant forfaitaire est obtenu en multipliant le coût moyen annuel par travailleur par le nombre de travailleurs entrant en ligne de compte; ce coût moyen annuel par travailleur est établi, pour chaque pays, en divisant les dépenses annuelles afférentes au total des prestations en nature servies par, d'une part, la caisse de prévoyance portugaise et, d'autre part, les organismes assureurs belges, à l'ensemble des travailleurs assurés auprès de ces institutions, par le nombre moyen annuel desdits travailleurs; le coût moyen ainsi obtenu est affecté d'un coefficient correcteur de 1,33;

- b) Pour les ayants droit, le montant forfaitaire est établi suivant les bases de l'article 17;
- c) La somme des montants forfaitaires obtenus sous a) et sous b), pour les travailleurs et les ayants droit, donne le montant du forfait visé à l'article 14, § 5, de la Convention.

2) Le nombre des travailleurs, des familles et des mois pour lesquels le montant forfaitaire est dû fait l'objet d'un relevé annuel récapitulatif. Ce relevé est adressé dans les six mois qui suivent l'exercice auquel il se rapporte, d'une part à l'I. N. A. M. I. et d'autre part à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants, accompagné d'une des deux copies des attestations établies conformément aux articles 13, paragraphe 1), et 14, paragraphe 1), et afférentes à un exercice considéré.

3) Les dispositions s'appliquent également pour les dépenses afférentes aux prestations servies aux personnes visées aux articles 13, paragraphe 7), alinéa 1^{er}, et 14, paragraphe 7), alinéa 1^{er}.

ARTICLE 20

1) Aux fins de l'application de l'article 15, § 3, de la Convention, les dépenses pour prestations en nature servies aux titulaires de pension et aux ayants droit sont évaluées forfaitairement pour chaque année civile.

2) Le montant forfaitaire est obtenu en multipliant le coût moyen annuel par titulaire de pension par le nombre de titulaires de pension entrant en ligne de compte; les éléments de calcul sont déterminés comme suit:

- a) Le coût moyen annuel par titulaire de pension est établi pour chaque pays en divisant les dépenses annuelles afférentes au total des prestations en nature servies par, d'une part, les caisses de prévoyance portugaises et, d'autre part, les organismes assureurs belges, à l'ensemble des titulaires de pension relevant de ces institutions, ainsi qu'aux membres de leur famille, par le nombre moyen annuel desdits titulaires;
- b) Le nombre de titulaires de pension et de mois pour lesquels le montant forfaitaire est dû fait l'objet d'un relevé annuel récapitulatif. Ce relevé est adressé, dans les six mois qui suivent l'exercice auquel il se rapporte, d'une part, à l'I. N. A. M. I. et, d'autre part, à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants.

ARTICLE 21

Les dispositions des articles 17, 19 et 20 s'appliquent selon la règle suivante, pour le calcul du nombre de mois à prendre en considération:

- 1) La date servant de point de départ pour le décompte des forfaits est la date de l'ouverture des droits aux prestations;
- 2) Le nombre de mois est obtenu en comptant pour une unité le mois civil contenant la date du point de départ pour le décompte des forfaits; le mois civil au cours duquel le droit a pris fin, n'est pas compté, sauf si le mois est complet ou si le droit a pris cours pendant ce mois.

ARTICLE 22

Les autorités compétentes des deux pays peuvent prévoir, d'un commun accord, d'autres modalités d'évaluation des montants à rembourser.

CHAPITRE II

Prestations d'invalidité autres que celles servies en cas d'accidents du travail ou de maladies professionnelles

ARTICLE 23

La présentation de la demande dans un pays vaut présentation dans l'autre. L'institution qui a reçu en premier lieu la demande en donne communication à l'institution correspondante de l'autre pays, en mentionnant la date de la présentation et tous les éléments de ladite demande.

ARTICLE 24

Pour évaluer le degré d'invalidité, les institutions de chaque pays tiennent compte des constatations médicales, ainsi que des informations d'ordre administratif recueillies par les institutions de l'autre pays.

Lesdites institutions conservent toutefois le droit de faire procéder à l'examen de l'intéressé par un médecin de leur choix, soit dans le pays de la résidence, soit dans le pays d'affiliation. Les frais de voyage et de subsistance sont supportés par l'institution débitrice de la prestation jusqu'à concurrence d'un montant forfaitaire à convenir entre la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants et l'I. N. A. M. I.

En cas d'incapacité à effectuer le déplacement, cette incapacité est constatée par l'institution du lieu de résidence, qui établit à cet effet un rapport médical circonstancié et l'adresse immédiatement à l'institution compétente de l'autre pays.

ARTICLE 25

Les pensions ou indemnités d'invalidité sont payées directement par les institutions débitrices aux bénéficiaires que ceux-ci résident au Portugal ou en Belgique.

Le paiement s'effectue par mandat poste international aux échéances prévues par les législations que ces institutions appliquent.

Toutefois, le paiement peut également être effectué par l'entremise de l'institution du pays de résidence à la demande de l'institution débitrice.

ARTICLE 26

Le contrôle administratif et médical des bénéficiaires de pensions ou d'indemnités d'invalidité portugaises, résidant en Belgique, est effectué par l'I. N. A. M. I., à la demande de l'institution compétente portugaise.

Le contrôle administratif et médical des titulaires de pensions ou d'indemnités d'invalidité belges résidant au Portugal, est effectué par l'entremise de la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants, à la demande de l'institution compétente belge.

ARTICLE 27

Pour l'application de l'article 26 aux titulaires d'une pension ou d'une indemnité d'invalidité, la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants et l'I. N. A. M. I. font procéder, conformément aux dispositions de la législation du pays débiteur de la prestation, la première par la caisse du lieu de résidence au Portugal, le second par le Conseil médical de l'invalidité, aux examens permettant d'évaluer le taux d'invalidité de l'intéressé en vue du maintien, de la révision, de la suspension ou de la suppression de la pension ou de l'indemnité d'invalidité ou du reclassement dans une autre catégorie.

L'avis donnée par la caisse du lieu de résidence au Portugal ou par le Conseil médical de l'invalidité, selon le cas, est communiqué sans délai par l'institution compétente du pays de la résidence à l'institution débitrice.

ARTICLE 28

Les vérifications d'ordre administratif, et notamment celles concernant le travail des invalides, sont effectuées:

Au Portugal: par la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants;

En Belgique: par l'I. N. A. M. I.

ARTICLE 29

Les résultats des examens médicaux et des vérifications d'ordre administratif sont communiqués à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants d'une part et à l'I. N. A. M. I. d'autre part.

Il appartient aux institutions débitrices de prendre, en vue de ces résultats, toute décision.

ARTICLE 30

En cas de reprise du travail en Belgique par le bénéficiaire d'une pension d'invalidité portugaise, l'I. N. A. M. I. adresse un rapport à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants en lui indiquant la nature du travail effectué et le montant des gains du travailleur intéressé, ainsi que le rapport médical établi par le Conseil médical de l'invalidité.

ARTICLE 31

En cas de reprise du travail au Portugal par le bénéficiaire d'une pension ou d'une indemnité d'invalidité belge, la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants adresse un rapport à l'I. N. A. M. I. en lui indiquant la nature du travail effectué et le montant des gains du travailleur intéressé, ainsi que le rapport médical établi par la caisse du lieu de résidence au Portugal.

ARTICLE 32

Si le bénéficiaire d'une pension ou d'une indemnité d'invalidité, à la charge de l'un des pays, est titulaire d'une pension quelconque dans l'autre pays, celui-ci le signale au pays débiteur de la pension ou de l'indemnité d'invalidité, en précisant la nature de la pension, le taux annuel de celle-ci, ainsi que la dénomination de l'institution débitrice.

Ces communications sont faites par l'entremise de la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants et de l'I. N. A. M. I.

ARTICLE 33

Lorsqu'après suspension ou suppression de la pension ou de l'indemnité d'invalidité un assuré recouvre, conformément à l'article 19 de la Convention, son droit à la pension ou à l'indemnité d'invalidité, tout en résidant dans le pays autre que le pays débiteur des prestations, la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants et l'I. N. A. M. I. s'adressent mutuellement tous renseignements utiles en vue de la reprise des paiements; ces renseignements sont fournis au moyen d'un formulaire dont le modèle est arrêté d'un commun accord.

ARTICLE 34

Les frais résultant des examens médicaux, de mises en observation, de déplacements de médecins et des

bénéficiaires, des enquêtes administratives et médicales, de même que les frais d'administration rendus nécessaires pour l'exercice du contrôle sont supportés, pour les invalides résidant au Portugal, par la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants et, pour les invalides résidant en Belgique, par l'I. N. A. M. I.

Ces frais sont établis par l'institution créditrice par la base de son tarif et remboursés par l'institution débitrice, sur présentation d'une note détaillée des dépenses effectuées.

Toutefois, un arrangement ultérieur pourra prévoir d'autres modalités du règlement et notamment des remboursements forfaitaires.

ARTICLE 35

Les institutions compétentes, en ce qui concerne les pensions d'invalidité des régimes spéciaux des ouvriers mineurs, sont:

En Belgique: le Fonds national de retraite des ouvriers mineurs; et

Au Portugal: la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants conjointement avec les institutions auxquelles les travailleurs sont affiliés.

Ces institutions font application des principes énoncés dans les articles 36 à 55.

Pour l'introduction et l'instruction des demandes de pensions d'invalidité des ouvriers mineurs et pour le paiement desdites pensions, il est fait application des dispositions du chapitre III ci-après, relatif à l'assurance vieillesse et décès (pension).

CHAPITRE III

Assurance vieillesse et décès (pension)

SECTION 1^{ère}

Institutions compétentes

ARTICLE 36

L'institution compétente pour recevoir et instruire les demandes, pour transmettre et recevoir les formules de liaison relatives à l'instruction de ces demandes et pour notifier les décisions rendues sur ces demandes est:

En Belgique: l'Office national des pensions pour travailleurs salariés (O. N. P. T. S.), à Bruxelles.

Au Portugal: la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants, conjointement avec les institutions auxquelles les travailleurs sont affiliés.

SECTION 2

Introduction des demandes

ARTICLE 37

L'assuré résidant au Portugal ou en Belgique qui sollicite le bénéfice d'une pension de vieillesse, en vertu de l'article 22 de la Convention, adresse sa demande, dans les formes de la législation du pays de résidence, à l'institution ou à l'autorité compétente d'après ladite législation.

Le délai d'introduction de la demande est celui fixé par la législation de l'un ou de l'autre pays.

L'assuré doit préciser, autant que possible, dans sa formule de demande la ou les institutions d'assurance vieillesse des pays auprès desquelles il a été assuré.

La date d'effet de la demande de prestations est celle prévue par la législation applicable.

ARTICLE 38

Les dispositions de l'article 37 sont applicables à l'assuré résidant en Belgique qui sollicite le bénéfice d'une pension calculée au seul regard de la législation portugaise ou l'assuré résidant au Portugal qui sollicite le bénéfice d'une pension calculée au seul regard de la législation belge.

Dans ce cas, l'institution compétente doit transmettre, sans retard, les demandes à l'institution compétente de l'autre pays, en lui faisant connaître la date à laquelle elles ont été introduites.

ARTICLE 39

Pour l'instruction des demandes de pensions par totalisation des périodes d'assurance et assimilées, les institutions compétentes portugaise et belge utilisent une formule arrêtée d'un commun accord.

Cette formule comporte notamment les renseignements d'état civil indispensables, le relevé et la récapitulation des périodes d'assurance et assimilées.

La transmission de cette formule aux institutions de l'autre pays remplace la transmission des pièces justificatives.

SECTION 3

Instruction des demandes introduites par des personnes résidant en Belgique

ARTICLE 40

L'O. N. P. T. S., qui instruit la demande introduite en Belgique, transmet à l'institution compétente portugaise, par l'intermédiaire de la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants, la formule prévue à l'article 38 établie en double exemplaire.

L'institution portugaise à laquelle le travailleur est affilié détermine les périodes d'assurance et assimilées valables au regard de la législation portugaise.

En ce qui concerne les périodes qui ne sont pas considérées comme valables au regard de la législation portugaise, l'institution compétente portugaise susdite tient compte des périodes d'assurance et assimilées valables au regard de la législation belge.

La même institution totalise les périodes déterminées suivant les règles ci-dessus définies et établit les droits qui s'ouvrent en vertu de la législation portugaise.

ARTICLE 41

L'institution portugaise à laquelle le travailleur est affilié détermine, pour ordre, le montant de la prestation à laquelle l'intéressé aurait droit si la totalité des périodes visées à l'alinéa 4 de l'article 40 avait été accomplie exclusivement sous la législation portugaise et fixe le montant de la prestation due au prorata de la durée des périodes d'assurance et assimilées valables au regard de la législation portugaise.

ARTICLE 42

La Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants renvoie à l'O. N. P. T. S. un exemplaire de la formule visée à l'article 39 complétée par l'indication du relevé des périodes d'assurance et assimilées valables en vertu de la législation portugaise et lui notifie la prestation due au prorata, déterminée conformément à l'article 41.

ARTICLE 43

En ce qui concerne les périodes qui ne sont pas considérées comme valables au regard de la législation belge, l'O. N. P. T. S. tient compte des périodes d'assurance et assimilées valables au regard de la législation portugaise.

L'O. N. P. T. S. totalise les périodes déterminées suivant les règles ci-dessus définies et établit les droits qui s'ouvrent en vertu de la législation belge.

ARTICLE 44

L'O. N. P. T. S. détermine la prestation due au regard de la législation belge, en faisant application, selon le cas, des dispositions de l'article 22 de la Convention.

ARTICLE 45

L'O. N. P. T. S. notifie au demandeur, par lettre recommandée, l'ensemble des décisions prises en ce qui concerne les prestations calculées en exécution des dispositions de la Convention.

La notification doit porter à la connaissance du demandeur les voies de recours prévues par chacune des législations.

L'O. N. P. T. S. fait connaître à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants la date à laquelle la notification a été adressée au demandeur.

SECTION 4

Instruction des demandes introduites par des personnes résidant au Portugal

ARTICLE 46

La Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants transmet à l'O. N. P. T. S. la formule prévue à l'article 39, établie en double exemplaire. L'O. N. P. T. S. détermine les périodes d'assurance et assimilées valables au regard de la législation belge.

En ce qui concerne les périodes qui ne sont pas considérées comme valables au regard de la législation belge, l'O. N. P. T. S. tient compte des périodes d'assurance et assimilées valables au regard de la législation portugaise.

L'O. N. P. T. S. totalise les périodes déterminées suivant les règles ci-dessus définies et établit les droits qui s'ouvrent en vertu de la législation belge.

ARTICLE 47

L'O. N. P. T. S. détermine la prestation due au regard de la législation belge en faisant application, selon le cas, des dispositions de l'article 22 de la Convention.

ARTICLE 48

L'O. N. P. T. S. renvoie à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants un exemplaire de la formule visée à l'article 39 complétée par l'indication du relevé des périodes d'assurance et assimilées, valables au regard de la législation belge, et lui notifie la prestation déterminée conformément à l'article 47.

ARTICLE 49

En ce qui concerne les périodes qui ne sont pas considérées comme valables au regard de la législation portugaise, l'institution portugaise à laquelle le travailleur et affilié tient compte des périodes d'assurance et assimilées valables au regard de la législation belge.

La même institution totalise les périodes déterminées suivant les règles ci-dessus définies et établit les droits qui s'ouvrent en vertu de la législation portugaise.

ARTICLE 50

L'institution portugaise à laquelle le travailleur est affilié détermine, pour ordre, le montant de la prestation à laquelle l'intéressé aurait droit si la totalité des périodes visées au dernier alinéa de l'article 49 avaient été accomplies exclusivement sous la législation portugaise et fixe le montant de la prestation due au prorata de la durée des périodes d'assurance et assimilées, valables au regard de la législation portugaise.

ARTICLE 51

La Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants notifie au demandeur, par lettre recommandée, l'ensemble des décisions prises en ce qui concerne les prestations calculées en exécution des dispositions de la Convention.

La notification doit porter à la connaissance du demandeur les voies de recours prévues par chacune des législations.

Ladit Caisse centrale fait connaître à l'O. N. P. T. S. la date à laquelle la notification a été adressée au demandeur.

SECTION 5

Application des dispositions de l'article 22, § 5, de la Convention

ARTICLE 52

1) Pour l'application de l'article 22, § 5, 1), de la Convention, les périodes d'assurance accomplies sous la législation d'un des deux pays seront exclusivement considérées en ce qui concerne la Belgique dans le cadre de l'année civile pour déterminer si elles ouvrent un droit aux prestations prévues par les dispositions de cette législation.

2) Si l'application de l'article 22, § 5, 1), susdit a pour effet de décharger de toute obligation les institutions des deux pays, la période d'assurance qui a la plus longue durée détermine l'institution qui prendra à sa charge le montant minimum exprimant la valorisation des droits de l'assuré dans le cadre de la législation nationale appliquée par ladite institution. En cas d'égalité de durée des périodes d'assurance dans chacun des pays, cette charge incombe à l'institution du pays où a été accomplie la dernière période d'assurance.

SECTION 6

Paiement des pensions

ARTICLE 53

Les pensions de retraite sont payées directement par les institutions débitrices aux bénéficiaires, que ceux-ci résident au Portugal ou en Belgique.

Le paiement s'effectue par mandat postal international aux échéances prévues par les législations que ces institutions appliquent.

L'institution compétente pour le paiement des pensions est:

En Belgique: la Caisse nationale des pensions de retraite et de survie (C. N. P. R. S.);

Au Portugal: la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants.

ARTICLE 54

Les frais relatifs au paiement des pensions peuvent être récupérés sur les bénéficiaires par les institutions chargées du paiement, dans les conditions fixées par l'autorité administrative dont relèvent ces institutions.

ARTICLE 55

1) La Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants est chargée de veiller à ce que les bénéficiaires, qui ont obtenu, en vertu de la législation belge, tout ou partie d'une pension de retraite et qui résident au Portugal, cessent, dans les limites de cette législation, toute activité professionnelle.

Elle veille également à ce que cette condition soit remplie dans le chef de l'épouse des bénéficiaires d'une pension de retraite, dite de ménage.

Les institutions belges à charge desquelles les prestations sont accordées, font connaître à la Caisse centrale les noms et adresses de ces bénéficiaires.

2) Les bénéficiaires visés au paragraphe 1) sont tenus d'aviser au préalable la Caisse centrale de leur intention de reprendre une activité professionnelle autre qu'une activité autorisée par la législation belge.

Une obligation similaire incombe aux bénéficiaires d'une pension de retraite, dite de ménage, en cas de début ou de reprise par leur épouse d'une activité professionnelle non autorisée.

3) Lorsqu'il est constaté par la Caisse centrale que le titulaire de l'une des prestations visées au présent Arrangement et, le cas échéant, son épouse, est ou a été occupé(e) alors qu'il était au bénéfice de ces prestations, ou qu'il a des ressources excédant la limite prescrite, elle adresse un rapport à la C. N. P. R. S. Le rapport indique la nature du travail effectué, ainsi que le montant des gains ou ressources dont l'intéressé ou son épouse a bénéficié.

La Caisse centrale avise, sans délai, l'institution compétente belge de la reprise du travail par un bénéficiaire de prestations ou, dans le cas visé au dixième alinéa du paragraphe 2) du présent article, par son épouse.

SECTION 7

Pensions de survie

ARTICLE 56

Les dispositions du présent chapitre sont applicables aux pensions de survie.

CHAPITRE VI

Prestations familiales**Application de l'article 28, § 2, de la Convention**SECTION 1^{re}**Travailleurs portugais occupés en Belgique**

ARTICLE 57

Les travailleurs portugais qui sont occupés en Belgique et dont les enfants sont élevés au Portugal ont droit aux allocations familiales proprement dites, à l'exclusion de toute allocation spéciale ou majorée résultant de la législation belge.

Les catégories d'enfants bénéficiaires, les conditions d'octroi et les taux des allocations familiales, ainsi que les périodes pour lesquelles ces allocations sont accordées, sont indiqués à l'article 58.

ARTICLE 58

1) Les allocations sont accordées pour les propres enfants du travailleur, pour les enfants communs du travailleur et de son conjoint et pour les propres enfants de celui-ci; le nombre d'enfants bénéficiaires est toutefois limité à quatre enfants au plus, lorsqu'il s'agit des travailleurs visés au paragraphe 4), 4). Le nombre d'enfants peut être modifié d'un commun accord par les autorités administratives compétentes.

2) Les allocations sont accordées jusqu'à l'âge de 14 ans ou jusqu'à l'âge de 25 ans lorsqu'il s'agit d'enfants qui suivent des cours dans les conditions fixées par la législation belge.

3) Les allocations sont accordées pour les périodes d'occupation effective au travail et les périodes y assimilées en vertu de l'article 41 des lois coordonnées relatives aux allocations familiales pour travailleurs salariés; en cas d'incapacité de travail, les allocations familiales sont accordées au maximum pendant six mois d'incapacité; ce délai peut être modifié d'un commun accord par les autorités administratives compétentes. Les allocations ne sont plus accordées après le décès du travailleur ou après son départ de Belgique.

4) Les allocations familiales sont accordées aux taux suivants:

1.° Mineurs de fond dans l'industrie charbonnière belge; travailleurs occupés comme ouvriers de fond dans les mines autres que celles de l'industrie charbonnière et dans les carrières dont l'exploitation est souterraine et qui sont visées par la législation relative à la pension de retraite et de survie des ouvriers mineurs et assimilés:

Taux du barème général ordinaire, à l'exclusion de toute allocation spéciale ou majorée résultant de la législation belge;

2° Travailleurs visés au 1° qui sont occupés temporairement ou définitivement à un travail de surface dans lesdites mines ou carrières, à la condition qu'ils ne puissent, pour cause de maladie, de blessure ou d'inaptitude, continuer à assurer leur travail dans le fond:

Taux du barème général ordinaire, à l'exclusion de toute allocation spéciale ou majorée résultant de la législation belge;

3° Mineurs de surface occupés dans l'industrie charbonnière belge:

Taux du barème général ordinaire en vigueur au 1^{er} octobre 1959, tels qu'ils sont majorés par suite de leur liaison aux fluctuations de l'indice des prix de détail, à l'exclusion de toute allocation spéciale ou majorée résultant de la législation belge;

4° Travailleurs autres que ceux visés aux 1°, 2° et 3° et qui sont en possession d'un permis de travail valable, les allocations étant toutefois accordées à partir de la date de la mise au travail:

500 francs par enfant et par mois (20 francs par jour); ces montants peuvent être modifiés d'un commun accord par les autorités administratives compétentes;

5° Travailleurs visés aux 3° et 4°:

Taux du barème belge pour les six mois qui précèdent l'arrivée des enfants bénéficiaires en Belgique, si cette arrivée se situe dans les douze mois qui suivent le début de la mise au travail en Belgique.

ARTICLE 59

1) La scolarité requise pour le maintien, dans les limites de la législation belge, des allocations familiales en faveur d'adolescents qui poursuivent leurs études au-delà de 14 ans, est constatée par la production d'un certificat scolaire suivant le modèle établi d'un commun accord par les autorités administratives compétentes, transmis à l'institution chargée de payer les allocations familiales par l'intermédiaire de la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants, qui garantit que ces enfants suivent des cours d'enseignement général ou professionnel de plein exercice, donnés pendant le jour.

2) L'existence d'un contrat d'apprentissage pour le maintien dans les limites de la législation belge, des allocations familiales en faveur d'adolescents qui déclarent être engagés dans les liens d'un tel contrat est constatée par une déclaration émanant de la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants.

La déclaration est remise par l'intéressé à l'institution belge chargée de payer les allocations familiales.

La déclaration doit indiquer, le cas échéant, le montant de la rémunération mensuelle perçue, compte tenu des avantages en nature et en espèces.

3) Pour la détermination du droit aux allocations familiales dues en raison de l'état physique ou mental des enfants bénéficiaires, la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants a qualité pour constater si cet état rend l'enfant incapable d'exercer une profession quelconque ou le fait considérer comme handicapé.

Le constat de l'incapacité est établi d'après les exigences de la législation belge.

En vue de permettre l'instruction des demandes, l'Office national d'allocations familiales pour travailleurs salariés communique les formulaires en usage en Belgique que les médecins portugais remplissent conformément aux critères de la législation belge.

L'institution débitrice se réserve toutefois le droit de faire procéder à l'examen du bénéficiaire par un médecin de son choix.

SECTION 2

Travailleurs belges occupés au Portugal

ARTICLE 60

Les travailleurs belges qui sont occupés au Portugal et dont les enfants sont élevés en Belgique, ont droit aux allocations familiales prévues par la législation portugaise.

Les catégories d'enfants bénéficiaires, les conditions d'octroi et les taux des allocations familiales, ainsi que les périodes pour lesquelles ces allocations sont accordées, sont indiqués à l'article 61.

ARTICLE 61

1) Les allocations sont accordées pour les propres enfants du travailleur, pour les enfants communs du travailleur et de son conjoint et pour les propres enfants de celui-ci.

Ces enfants ont aussi droit, en cas de décès de l'assuré à la prestation complémentaire prévue dans la législation portugaise relative aux allocations familiales.

2) Les allocations familiales sont accordées jusqu'à l'âge de 14 ans ou jusqu'à l'âge de 24 ans lorsqu'il s'agit d'enfants qui suivent des cours dans les conditions fixées par la législation portugaise.

3) Les allocations familiales sont accordées pour les périodes d'occupation effective au travail et les périodes y assimilées en vertu de la législation portugaise relative au régime général des allocations familiales; en cas d'incapacité de travail, les allocations familiales sont accordées au maximum pendant six mois d'incapacité; ce délai peut être modifié d'un commun accord par les autorités administratives compétentes. Les allocations ne sont plus accordées après le décès du travailleur ou après son départ du Portugal.

4) Les allocations familiales sont accordées aux taux du barème général établi en vertu de la législation portugaise.

ARTICLE 62

1) La scolarité requise pour le maintien, dans les limites de la législation portugaise, des allocations familiales en faveur d'adolescents qui poursuivent leurs études au-delà de 14 ans, est constatée par la production d'un certificat scolaire suivant le modèle établi d'un commun accord par les autorités administratives compétentes, transmis à l'institution chargée de payer les allocations familiales par l'intermédiaire de l'Office national d'allocations familiales pour travailleurs salariés qui garantit que ces enfants suivent des cours d'enseignements général ou professionnel de plein exercice.

2) Pour la détermination du droit aux allocations familiales dues en raison de l'état physique ou mental des enfants bénéficiaires, l'Office national d'allocations familiales pour travailleurs salariés a qualité pour constater si cet état rend l'enfant incapable d'exercer une profession quelconque ou le fait considérer comme handicapé.

Le constat de l'incapacité est établi par l'Office national d'allocations familiales pour travailleurs salariés d'après les exigences de la législation portugaise.

En vue de permettre instruction des demandes, la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants communique les formulaires en usage au Portugal que les médecins belges remplissent conformément aux critères de la législation portugaise.

L'institution débitrice se réserve toutefois le droit de faire procéder à l'examen du bénéficiaire par un médecin de son choix.

CHAPITRE V

Accidents du travail et maladies professionnelles

ARTICLE 63

1) Les ressortissants belges et portugais résidant en Belgique, qui prétendent à des prestations, dues en cas d'accident du travail ou de maladie professionnelle au titre de la législation portugaise, visée à l'article 2 de la Convention, peuvent adresser leur demande au Ministère de la Prévoyance sociale à Bruxelles, qui la transmet à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants.

La décision est notifiée directement au requérant; lorsqu'il s'agit d'une décision en matière de maladies professionnelles, deux copies sont communiquées au Ministère de la Prévoyance sociale.

2) Les ressortissants portugais et belges résidant au Portugal, qui prétendent à des prestations au titre de la législation belge sur la réparation des dommages résultant des accidents du travail ou des maladies professionnelles,

visée à l'article 2 de la Convention, peuvent adresser leur demande à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants, qui la transmet au Ministère de la Prévoyance sociale à Bruxelles.

La décision est notifiée directement au requérant; lorsqu'il s'agit d'une décision en matière de maladies professionnelles, une copie est adressée à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants.

ARTICLE 64

1) Les ressortissants belges et portugais, résidant en Belgique, peuvent adresser le recours ou l'appel relatif aux prestations portugaises concernant les accidents du travail et les maladies professionnelles au Ministère de la Prévoyance sociale à Bruxelles.

Si le recours a été introduit ou l'appel interjeté par lettre recommandée, l'enveloppe qui a servi à l'expédition est transmise également; si tel n'est pas le cas, la date de la réception doit être mentionnée sur le mémoire du recours ou de l'appel.

Dans la huitaine de la réception du recours ou de l'appel, le Ministère de la Prévoyance sociale le transmet à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants, qui le fait parvenir aux juridictions compétentes.

2) Les ressortissants portugais et belges résidant au Portugal peuvent adresser le recours relatif aux prestations belges concernant les accidents du travail et les maladies professionnelles à la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants.

Si le recours a été introduit par lettre recommandée, l'enveloppe qui a servi à l'expédition est transmise également; si tel n'est pas le cas, la date de réception doit être mentionnée sur la demande.

Dans la huitaine de la réception du recours, la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants le transmet au Ministère de la Prévoyance sociale, qui le fait parvenir à l'institution compétente belge.

3) Les litiges concernant la réparation des dommages résultant des accidents du travail et des maladies professionnelles étant du ressort des tribunaux tant au Portugal qu'en Belgique, les recours intentés par les travailleurs ou par leurs ayants droit en vue de bénéficier de ladite réparation doivent être introduits conformément aux règles de procédure applicables devant la juridiction saisie.

La Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants et le Ministère de la Prévoyance sociale se communiquent les informations nécessaires à ce sujet.

ARTICLE 65

1) Le Ministère de la Prévoyance sociale à Bruxelles fait procéder, à la demande de la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants, aux enquêtes sur le territoire belge, en vue de déterminer les prestations au titre de la législation portugaise concernant la réparation des dommages résultant des accidents du travail et des maladies professionnelles.

2) La Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants fait procéder, à la demande du Ministère de la Prévoyance sociale à Bruxelles, aux enquêtes sur le territoire portugais en vue de déterminer les prestations au titre de la législation belge concernant la réparation des dommages résultant des accidents du travail et des maladies professionnelles.

3) L'institution qui requiert l'enquête rembourse, pour le compte de l'institution compétente, les frais à l'institution requise.

ARTICLE 66

Les indemnités, allocations ou rentes en matière d'accidents du travail et des maladies professionnelles sont payées aux échéances prévues par les législations respectives aux ressortissants belges ou portugais, résidant dans le pays autre que le pays débiteur (éventuellement par l'entremise de l'institution compétente du pays de résidence, selon des modalités arrêtées par les autorités administratives compétentes des deux pays).

ARTICLE 67

Pour bénéficier des prestations en nature en vertu de l'article 34 de la Convention, le travailleur est tenu de présenter, à l'institution du lieu de résidence, une attestation, dont le modèle est fixé d'un commun accord par les autorités administratives compétentes des deux pays, certifiant qu'il a droit auxdites prestations.

Cette attestation est délivrée par l'institution compétente et reste valable aussi longtemps que l'institution du lieu de résidence n'a pas reçu notification de son annulation.

Lors de toutes demandes de prestations en nature, le travailleur présente les pièces justificatives normalement requises en vertu de la législation du pays de résidence pour l'octroi des prestations en nature.

En cas d'hospitalisation, l'institution du lieu de résidence notifie à l'institution compétente, dans un délai de trois jours suivant la date à laquelle elle en a pris connaissance, la date d'entrée à l'établissement hospitalier et la durée probable de l'hospitalisation.

Le travailleur est tenu d'informer l'institution du lieu de résidence de tout changement dans sa situation, notamment tout transfert de résidence ou de séjour. L'institution compétente informe également l'institution du lieu de résidence de la fin du droit à prestation du travailleur.

L'institution du lieu de résidence peut demander en tout temps à l'institution compétente de lui fournir tout renseignement relatif au droit à prestations du travailleur.

Pour l'application du présent article les institutions du lieu de résidence sont:

En Belgique: en ce qui concerne les accidents du travail: l'I. N. A. M. I., par l'intermédiaire des organismes assureurs; en ce qui concerne les maladies professionnelles: le Fonds des maladies professionnelles.

Au Portugal: la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants, par l'intermédiaire des caisses de prévoyance des districts.

ARTICLE 68

Les prestations en nature servies en vertu des dispositions de l'article 34 de la Convention sont remboursées par les institutions compétentes aux institutions qui ont servi les prestations susvisées.

Les remboursements sont opérés semestriellement, sur la production, par l'institution qui a servi les prestations, d'un relevé individuel des dépenses effectivement supportées par cette institution.

Ne peuvent être pris en compte, aux fins de remboursement, des tarifs supérieurs à ceux applicables aux prestations en nature servies au travailleur soumis à la législation appliquée par l'institution ayant servi les prestations en cause.

ARTICLE 69

À la demande de l'institution compétente, l'institution du lieu de résidence de l'autre pays fait procéder aux examens médicaux concernant les bénéficiaires d'une

prestation d'accidents du travail ou de maladies professionnelles dans les conditions prévues par sa propre législation, notamment en vue de la révision de l'incapacité de travail.

L'institution compétente conserve le droit de faire procéder à l'examen des intéressés par un médecin de son choix et dans les conditions prévues par sa propre législation.

Les frais résultant des contrôles médicaux sont supportés par l'institution à la demande de laquelle ces contrôles médicaux ont eu lieu.

CHAPITRE VI

Indemnités ou allocations funéraires

ARTICLE 70

Le droit aux indemnités ou allocations funéraires dues en application de l'article 37 de la Convention aux assurés portugais domiciliés en Belgique et aux assurés belges domiciliés au Portugal peut être établi par l'intermédiaire de l'I. N. A. M. I., d'une part, et de la Caisse centrale de sécurité sociale des travailleurs migrants, d'autre part, sur présentation d'un dossier dont les éléments sont arrêtés, d'un commun accord, par les administrations compétentes portugaise et belge.

La date de la réception du dossier est prise en considération pour l'application de l'article 41 de la Convention.

Les institutions citées au premier alinéa du présent article se communiqueront mutuellement les formules nécessaires à l'introduction des demandes.

TITRE IV

Dispositions finales

ARTICLE 71

Le présent Arrangement entre en vigueur le jour de sa signature. Il produit ses effets à la même date que la Convention générale sur la sécurité sociale entre le Royaume de Belgique et la République du Portugal du 14 septembre 1970.

Fait en double exemplaire, en langues française, néerlandaise et portugaise, à Lisbonne, le 14 septembre 1970.

Pour la République Portugaise:

Baltasar Leite Rebelo de Sousa.

Pour le Royaume de Belgique:

Placide de Paepe.

Administratieve schikking betreffende de toepassingsmodaliteiten van het Algemeen Verdrag betreffende de sociale zekerheid tussen het Koninkrijk België en de Republiek Portugal, getekend te Lissabon op 14 september 1970.

Bij toepassing van het Algemeen Verdrag betreffende de sociale zekerheid tussen het Koninkrijk België en de Republiek Portugal, hebben de bevoegde Belgische en Portugese administratieve autoriteiten, vertegenwoordigd door:

Van Belgische zijde: Zijne Excellentie de Heer P. de Paepe, Minister van Sociale Voorzorg,

Van Portugese zijde: Zijne Excellentie h. Doctor B. Rebelo de Sousa, Minister van de Corporaties, Sociale Voorzorg, Gezondheid en Bijstand

in gemeen overleg, de navolgende schikkingen getroffen met betrekking tot de toepassingsmodaliteiten van dat Verdrag.

TITEL 1

Toepassing van de artikelen 6 en 7 van het verdrag

Toestand van de werknemers die tijdelijk van het ene naar het andere land worden gedetacheerd

ARTIKEL 1

1) Wanneer de werknemers in een ander land dan dat van hun gewone verblijfplaats door een onderneming worden tewerkgesteld, die in het land van die verblijfplaats een inrichting heeft waarvan de betrokkenen normaal afhangen en op wie de in het land van hun gewone tewerkstelling vigerende wetgeving toepasselijk blijft, overeenkomstig artikel 7, paragraaf 1, a), van het Verdrag, zijn de novalgende bepalingen van toepassing:

1° De werkgever en de betrokkenen regelen rechtstreeks elke kwestie betreffende hun sociale-zekerheidsbijdragen met de Portugese instelling bij dewelke de verzekerde is aangesloten om reden van de diensten in de onderneming die hem detacheert wanneer het land van de gewone tewerkstelling Portugal is, en met de Rijksdienst voor maatschappelijke zekerheid, wanneer dat land België is;

2° De bevoegde instellingen van het land van de gewone tewerkstelling bezorgen aan elke betrokkene een getuigschrift, waarvan het model in gemeen overleg werd opgemaakt, en waarbij bevestigd wordt dat de betrokkene voort onder de sociale-zekerheidsregeling van dit land valt. Dat getuigschrift dient door de aangestelde van de werkgever in het ander land, indien zulk een aangestelde bestaat, zoniet door de werknemer zelf, te worden voorgelegd.

Wanneer een aantal werknemers het land van gewone tewerkstelling terzelfdertijd verlaten om samen in het ander verdragsluitend land te gaan arbeiden en tegelijkertijd naar het eerstgenoemde land terug te keren, kan één enkel getuigschrift alle werknemers dekken;

3° Onder tewerkstelling van werknemers, zoals in artikel 7, paragraaf 1, a), van het Verdrag is beoogd, dient de vermoedelijke duur van de tewerkstelling van al deze werknemers te worden verstaan;

4° De omstandigheid dat de tewerkstelling van de werknemers enkel gedurende een bepaald seizoen zou plaats vinden, kan niet worden aangehouden om de toepassing van de regelen die bij 1°, 2° en 3° hierboven zijn bepaald, te beletten.

2) Onder bevoegde instelling in de zin van paragraaf 1), 2°, verstaat men, in België, de Rijksdienst voor maatschappelijke zekerheid en in Portugal, de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers.

Toestand van de werknemers van één van de beide landen die in diplomatieke of consulaire posten van het ene land in het andere zijn tewerkgesteld.

ARTIKEL 2

1) Het keuzerecht waarvan er sprake is in artikel 7, eerste lid, d), van het Verdrag kan worden uitgeoefend binnen zes maand na de datum waarop de werknemer in de diplomatieke of consulaire post dan wel in persoonlijke

dienst van agenten van deze post in dienst is getreden. Voor de werknemers die op de datum van het van kracht worden van deze Shikking in een diplomatieke of consulaire post of door een agent van deze post tewerkgesteld waren, gaat de termijn van zes maand in vanaf deze datum.

2) De keuze heeft uitwerking vanaf de eerste dag van de maand die volgt op die in de loop waarvan de keuze van de belanghebbende aan de sub paragraaf 3) aangewezen bevoegde instelling werd genotificeerd. Zolang de keuze geen uitwerking heeft, alsook indien er geen keuze werd uitgeoefend, is het bepaalde bij artikel 3 van het Verdrag van toepassing.

3) De werknemer oefent zijn keuzerecht uit door zijn keuze bij ter post aangetekende brief aan de Rijksdienst voor maatschappelijke zekerheid of aan de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers te notificeren, naargelang hij de toepassing van de Belgische dan wel van de Portugese wetgeving kiest. Hij stelt zijn werkgever dadelijk daarvan in kennis.

4) Ingeval de werknemer de wetgeving van zijn land van herkomst kiest, overhandigt de sub paragraaf 3) aangewezen instelling hem een getuigschrift luidens welk hij, gedurende zijn tewerkstelling in deze diplomatieke of consulaire post, dan wel bij een agent van deze post, onder de wetgeving valt die zij toepast.

TITEL II

Bepalingen gemeenschappelijk aan verschillende risico's

ARTIKEL 3

Voor het ingaan van het recht op de prestaties, worden de onder elke regeling vervulde verzekeringstijdvakken en de overeenkomstig deze regelingen met verzekeringstijdvakken gelijkgestelde perioden, met inachtneming van de navolgende regelen, samengegeld:

1° Bij de verzekeringstijdvakken en de overeenkomstig de wetgeving van één van de landen gelijkgestelde perioden, worden de overeenkomstig de wetgeving van het ander land vervulde perioden of gelijkgestelde perioden gevoegd, voor zover het nodig is ze in aanmerking te nemen om de verzekeringstijdvakken of gelijkgestelde perioden van het eerste land, zonder overlapping aan te vullen;

2° Wanneer een werknemer prestaties ten bezware van de instellingen van beide landen bekomt, wordt de onder 1° hierboven vastgestelde regel in elk land afzonderlijk toegepast.

De verzekeringstijdvakken en de gelijkgestelde perioden worden in aanmerking genomen zoals zij voortvloeden uit de wetgeving onder dewelke zij werden doorlopen.

Wanneer, volgens de wetgeving van een land, het in aanmerking nemen van bepaalde verzekeringstijdvakken of gelijkgestelde perioden afhankelijk is gesteld van de voorwaarde dat zij de loop van een bepaalde termijn werden doorlopen, dan is deze voorwaarde eveneens van toepassing op zulkdaden doorlopen, dan is deze voorwaarde eveneens van toepassing op zulkdanige perioden die overeenkomstig de wetgeving van het ander land werden voltooid.

ARTIKEL 4

Elke periode die zowel overeenkomstig de Portugese wetgeving als overeenkomstig de Belgische wetgeving als een met een verzekeringstijdvak gelijkgestelde periode wordt erkend, wordt voor de uitbetaling van de prestaties

in aanmerking genomen door de instellingen van het lande waar de betrokkene het laatst vóór de genoemde periode verzekerd was.

Wanneer de betrokkene vóór de genoemde periode niet verzekerd was, word deze door de instellingen van dat land waar hij voor het eerst gewerkt heeft, in aanmerking genomen.

Wanneer een verzekeringstijdvak, overeenkomstig de wetgeving van een land, met een periode samenvalt die bij toepassing van de wetgeving van het andere land als gelijkwaardig met een verzekeringstijdvak wordt erkend, komt enkel het verzekeringstijdvak in aanmerking.

ARTIKEL 5

Wanneer de verzekeringstijdvakken of gelijkgestelde perioden doorlopen overeenkomstig de wetgeving van een land worden uitgedrukt in dezelfde eenheden als degene die in de wetgeving van het andere land gangbaar zijn, of in andere eenheden dan deze van dit land geschiedt de voor de samentelling noodzakelijke omrekening volgens de navermelde regelen:

- a) Eén dag is gelijkwaardig met acht uren en andersom;
- b) Zes dagen zijn gelijkwaardig met één week en andersom;
- c) Zesentwintig dagen zijn gelijkwaardig met één maand en andersom;
- d) Drie maand of dertien weken of achtenzeventig dagen zijn gelijkwaardig met een kwartaal en andersom;
- e) Voor de omrekening van de weken in maanden en andersom, worden de weken en maanden in dagen omgerekend;
- f) De toepassing van de regelen bevat onder a), b), c), d) en e) mag niet ten gevolge hebben, dat voor de gezamenlijke perioden die in de loop van één kalenderjaar werden doorlopen, een hoger gezamenlijk aantal wordt aangehouden dan driehonderd en twaalf dagen of tweeënvijftig weken of twaalf maanden of vier kwartalen.

ARTIKEL 6

Wanneer overeenkomstig de wetgeving van één van de beide landen, de uitkering naar verhouding van het loon of van de gestorte bijdragen wordt berekend, wordt deze prestatie bepaald op grond van de in dat éne land ontvangen lonen of gestorte bijdragen.

Wanneer overeenkomstig de wetgeving van één der beide landen, het bedrag van de uitkeringen verschilt naargelang van het bestaan of het aantal van de leden van het gezin, houdt de bevoegde instelling, voor de berekening van de prestaties, eveneens rekening met de leden van het gezin die verblijven op het grondgebied van het ander land dan datgene waar deze instelling zicke bevindt.

De uitdrukking «leden van het gezin» doelt op de als zodanig bepaalde of aanvaarde personen, dan wel op de personen die door de wetgeving van het land waar zij verblijven als leden van het gezin worden aangeduid; indien deze wetgeving echter enkel de personen die onder hetzelfde dak leven als de werknemer als familie- of gezinsleden aanziet, wordt, in de gevallen dat men zich op dit artikel kan beroepen, geacht aan deze voorwaarde te zijn voldaan wanneer deze personen ten laste van deze werknemer zijn.

TITEL III

Bijzondere bepalingen

HOOFDSTUK I

Ziekte- en moederschapsverzekering

AFDELING 1

Samentelling van de verzekeringstijdvakken met het oog op de ingang van het recht op prestaties

ARTIKEL 7

1) Wanneer een werknemer, die zich van het ene naar het andere land begeeft, om prestaties te genieten zijn aanspraken op de toepassing van het Verdrag dient te doen gelden, is hij ertoe gehouden de bevoegde instelling van het land van zijn nieuwe tewerkstelling aan dewelke de prestaties worden gevraagd, een getuigschrift over te leggen ten blijke van de verzekeringstijdvakken die hij in het andere land heeft vervuld; dat getuigschrift, waarvan het model in gemeen overleg wordt vastgesteld, wordt uitgereikt door de verzekeringsinstelling waarbij de werknemer aangesloten is of was in het eerste land.

2) Indien de werknemer het getuigschrift niet overhandigt, dient de instelling van het land van nieuwe tewerkstelling, om de gevraagde inlichtingen in te winnen, zelf het formulier aan de instelling van het ander land toe te zenden. De toezending van de formulieren aan het bevoegde Portugese organisme geschiedt door bemiddeling van de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers.

AFDELING 2

Toepassing van artikelen 12 tot 15 van het Verdrag

Rechthebbenden

ARTIKEL 8

1) Onder «rechthebbenden» in de zin van artikel 12 van het Verdrag, dienen te worden verstaan, de leden van het gezin zoals zij in het derde lid van artikel 6 zijn bepaald.

2) Om verstrekkingen in het land van verblijf te genieten, zijn de bij artikel 12 van het Verdrag beoogde rechthebbers ertoe gehouden zich bij de instelling van het land van verblijf te doen inschrijven, op vertoon van de volgende bewijsstukken:

- 1) Een getuigschrift, waarvan het model in gemeen overleg wordt vastgesteld en door de bevoegde instelling van het land van aansluiting van de werknemer uitgereikt, waaruit blijkt dat zijn recht op verstrekkingen bestaat;
- 2) De andere bewijsstukken dan degene die op het ingaan van het recht betrekking hebben, en die normaal door de wetgeving van het land van verblijf voor de toekenning van de verstrekkingen wordt geëist.

3) Voor de in Portugal verblijvende rechthebbenden, wordt het sub paragraaf 2), 1), hierboven beoogde oorspronkelijk getuigschrift in vijfvoud opgemaakt door de Belgische verzekeringsinstelling waarbij de werknemer is aangesloten of ingeschreven.

Een exemplaar wordt de werknemer overhandig; drie exemplaren worden via het Rijksinstituut voor ziekte-

en invaliditeitsverzekering (R. I. Z. I. V.) aan de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers toegezonden, welke na deze te hebben aangevuld, er twee exemplaren van aan het R. I. Z. I. V. terugzendt; het laatste exemplaar wordt door de Belgische verzekeringsinstelling bewaard.

Het getuigschrift is geldig vanaf de erop vermelde datum.

De Belgische verzekeringsinstelling mag evenwel te allen tijde aan de geldigheid van het getuigschrift een einde maken; het recht op de prestaties vervalt slechts vanaf de dertigste dag van de toezending van de notificatie aan Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers, de datum van de poststempel komt daarbij in aanmerking.

4) Voor de in België verblijvende rechthebbenden, wordt het bij paragraaf 2), 1), hierboven beoogde getuigschrift in vijfvoud door de Voorzorgskas waarbij de werknemer is aangesloten, opgemaakt.

Een exemplaar wordt de werknemer overhandigd; drie exemplaren worden door toedoen van de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers aan het R. I. Z. I. V. toegezonden, hetwelk, na deze te hebben aangevuld, er een van terugzendt aan de genoemde Centrale kas.

Het getuigschrift is geldig vanaf de erop vermelde datum.

De Portugese verzekeringsinstelling mag te allen tijde aan de geldigheid van het getuigschrift een einde maken, het recht op de prestaties vervalt slechts vanaf de dertigste dag van de toezending van de notificatie aan het R. I. Z. I. V.; de datum van de poststempel komt daarbij in aanmerking.

5) De werknemer of de rechthebbenden zijn ertoe gehouden de instelling van de verblijfplaats van laatstgenoemden in kennis te stellen van elke wijziging in hun toestand die tot gevolg kan hebben het recht van de rechthebbenden op verstrekkingen te wijzigen.

In het geval dat de ingevoerde wijziging van aard is het recht van de rechthebbenden te doen ontstaan of op te heffen, is de instelling van het land van verblijf ertoe gehouden onmiddellijk de bevoegde instelling van het andere land ervan in kennis te stellen.

6) De instelling van een land kan te allen tijde de bevoegde instelling van het ander land vragen haar inlichtingen te verschaffen met betrekking tot de aansluiting of de rechten op verstrekkingen van de werknemer dan wel met betrekking tot de toestand van een rechthebbende.

7) Onder «bevoegde instelling» wordt, voor de toepassing van paragraaf 5) en 6) hierboven verstaan:

- a) In België: het R. I. Z. I. V. samen met de verzekeringsinstellingen;
- b) In Portugal: de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers samen met de instellingen waarbij de werknemers zijn aangesloten.

Toepassing van artikel 13 van het Verdrag

Verstrekkingen aan de werknemers en de rechthebbenden in geval van tijdelijk verblijf in het ander verdragsluitend land dan het land van aansluiting.

A) Tijdelijk verblijf in Portugal

ARTIKEL 9

Om de verstrekkingen van de ziekte- en moederschapsverzekering ingevolge de Portugese regeling over-

eenkomstig artikel 13 van het Verdrag te genieten tijdens een verblijf in Portugal dat niet langer dan vijfenveertig dagen duurt, overhandigen de Belgische of Portugese werknemers die onder de Belgische regeling voor sociale zekerheid vallen, aan de zetel van de Portugese Voorzorgskas, die bevoegd is voor de verblijfplaats, een getuigschrift waarvan het model in gemeen overleg door de bevoegd administratieve overheden van beide landen wordt bepaald.

Dat getuigschrift wordt uitgereikt door de Belgische verzekeringsinstelling waarbij de verzekerden zijn aangesloten, vóór het vertrek van de betrokkenen naar Portugal.

Dat document vermeldt de duur van de periode gedurende de welke deze verstrekkingen kunnen worden verleend.

Het toekennen van prothesen en andere verstrekkingen van groot belang wordt afhankelijk gesteld, behalve in geval van hoogdringendheid, van de voorafgaande toelating van de Belgische verzekeringsinstelling; de lijst van deze prestaties wordt in gemeen overleg tussen de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers en het R. I. Z. I. V. vastgesteld.

De gevallen van hoogdringendheid in de zin van het voorafgaand lid zijn diegenen waarin de verstrekkingen die opgenomen worden op de lijst, waarvan hiervoor sprake is, niet kunnen uitgesteld worden zonder het leven van de betrokkene in gevaar, of zijn gezondheid in het gedrang, te brengen. In het geval dat een prothese of een uitrusting accidenteel gebroken of vernietigd is, volstaat het, om de hoogdringendheid vast te stellen, het bewijs te leveren van de noodzaak van de herstelling of van de vernieuwing van de betrokken levering.

De aanvraag tot voorafgaande toelating en de notificatie van de toekenning van genoemde verstrekkingen in geval van hoogdringendheid moeten vergezeld zijn van een gedetailleerde uiteenzetting over de medische redenen die ze verantwoorden en een schatting van hun vermoedelijke kosten omvatten.

De bepalingen van dit artikel zijn van toepassing op de rechthebbenden van de in het eerste lid beoogde werknemers, tijdens een verblijf in Portugal dat niet langer dan vijfenveertig dagen duurt.

Met uitzondering van de bepalingen betreffende de duur van het verblijf, zijn de bepalingen van dit artikel eveneens van toepassing op de bij de artikelen 6, paragraaf 2 en 7, van het Verdrag beoogde werknemers, alsmede op hun rechthebbenden, wanneer deze werknemers op het Portugees grondgebied zijn tewerkgesteld en onderworpen zijn aan de Belgische wetgeving.

ARTIKEL 10

Op vertoon van het bij artikel 9 beoogde document, kent de Portugese Voorzorgskas aan de verzekerden ingevolge de Belgische regeling de verstrekkingen van de Portugese regeling toe.

B) Tijdelijk verblijf in België

ARTIKEL 11

Om de verstrekkingen van de ziekte- en moederschapsverzekering ingevolge de Belgische regeling overeenkomstig artikel 13 van het Verdrag te genieten tijdens een verblijf in België dat niet langer dan vijfenveertig dagen duurt, overhandigen de Portugese of Belgische werknemers die onder de Portugese regeling voor sociale zekerheid vallen, aan een Belgische verze-

keringsinstelling een getuigschrift, waarvan het model in gemeen overleg door de bevoegde administratieve overheden van de beide landen wordt bepaald.

Dat getuigschrift wordt uitgereikt door de Portugese Voorzorgskas waarbij de verzekerden zijn aangesloten, vóór het vertrek van de betrokkenen naar België.

Dat document vermeldt de duur van de periode gedurende dewelke deze verstrekkingen kunnen worden verleend.

Het toekennen van prothesen en andere verstrekkingen van groot belang wordt afhankelijk gesteld, behoudens in geval van hoogdringendheid, van de voorafgaande toelating van de Portugese Voorzorgskas; de lijst van deze prestaties wordt, in gemeen overleg tussen de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers en het R. I. Z. I. V. vastgesteld.

De gevallen van hoogdringendheid in de zin van het voorafgaand lid zijn diegenen waarin het verlenen van een der prestaties die opgenomen worden op de lijst, waarvan hiervoor sprake is, niet kunnen uitgesteld worden zonder het leven van de betrokkene in gevaar, of zijn gezondheid in het gedrang, te brengen. In het geval dat een prothese of een uitrusting accidenteel gebroken of vernietigd is, volstaat het, om de hoogdringendheid vast te stellen, het bewijs te leveren van de noodzaak van de herstelling of van de vernieuwing van de betrokken levering.

De aanvraag tot voorafgaande toelating en de notificatie van de toekenning van genoemde verstrekkingen in geval van hoogdringendheid moeten vergezeld zijn van een gedetailleerde uiteenzetting over de medische redenen die ze verantwoorden en een schatting van hun vermoedelijke kosten.

De bepalingen van dit artikel zijn van toepassing op de rechthebbenden van de in het eerste lid beoogde werknemers, tijdens een verblijf in België dat niet langer dan vijfenveertig dagen duurt.

Met uitzondering van de bepalingen betreffende de duur van het verblijf, zijn de bepalingen van dit artikel eveneens van toepassing op de bij de artikelen 6, paragraaf 2 en 7 van het Verdrag beoogde werknemers, alsmede op hun rechthebbenden, wanneer deze werknemers op het Belgische grondgebied zijn tewerkgesteld en onderworpen zijn aan de Portugese wetgeving.

ARTIKEL 12

Op vertoon van het bij artikel 11 beoogde document, kent de Belgische verzekeringsinstelling aan de verzekerden ingevolge de Portugese regeling de verstrekkingen van de Belgische regeling toe.

Toepassing van artikel 14 van het Verdrag

Werknemers en rechthebbenden die prestaties van de ziekteverzekering genieten en die de toelating bekomen hebben hun verblijfplaats over te brengen of zich op het grondgebied van het ander verdragsluitend land te laten verzorgen.

A) Werknemers en rechthebbenden die de toelating bekomen hebben hun verblijfplaats naar Portugal over te brengen of er zich te doen verzorgen.

ARTIKEL 13

1) Om het voordeel van de prestaties in Portugal te behouden, dienen de bij artikel 14 van het Verdrag beoogde werknemer of rechthebbenden aan de Voorzorgskas, die voor de verblijfplaats bevoegd is, een

getuigschrift te overhandigen, waarbij de Belgische verzekeringsinstelling hen de toelating verleent het voordeel van de prestaties, na het overbrengen van hun verblijfplaats, te behouden. Dat getuigschrift vermeldt de duur van de periode gedurende dewelke de verstrekkingen kunnen worden verleend.

De Belgische verzekeringsinstelling doet twee afschriften van dat getuigschrift aan de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers geworden.

De Belgische verzekeringsinstelling mag, na het overbrengen van de verblijfplaats van de werknemer of van de rechthebbenden, en op aanvraag van dezen, het getuigschrift afleveren, wanneer het om redenen van overmacht niet vroeger kon worden opgemaakt.

2) Op aanvraag van de Belgische verzekeringsinstelling, doet de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers haar binnen dertig dagen, onder vertrouwelijke omslag, een geneeskundig rapport geworden. Het voort ten laste nemen van de geneeskundige verzorging door de Belgische verzekeringsinstelling is van het vervullen van deze formaliteit afhankelijk gesteld.

3) Wanneer de Portugese Voorzorgskas beslist dat de werknemer in staat is de arbeid te hervatten, notificeert het hem de datum waarop deze hervatting van de arbeid dient te geschieden en doet het onmiddellijk, in tweevoud, een afschrift van deze notificatie aan de Belgische verzekeringsinstelling geworden. De uitkeringen worden niet meer gestort te rekenen van de datum die door de Voorzorgskas voor de hervatting van de arbeid is vastgesteld.

4) Wanneer de Belgische verzekeringsinstelling, op grond van de ontvangen inlichtingen, beslist dat de werknemer in staat is tot het hervatten van de arbeid, notificeert zij haar beslissing aan de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers die er onverwijld de werknemer van in kennis stelt. De uitkeringen zijn niet meer verschuldigd vanaf de twaalfde dag van de notificatie aan genoemde Centrale kas; deze termijn gaat in de dag die volgt op de postdatum van de verzending.

5) Wanneer, in één zelfde geval, twee verschillende datums voor het hervatten van de arbeid werden vastgesteld, respectievelijk door de Portugese Voorzorgskas en door de Belgische verzekeringsinstelling, geldt de door deze laatste instelling vastgestelde datum.

6) De Belgische verzekeringsinstelling stort de uitkeringen aan de werknemer bij middel van een postmandaat.

7) De bepalingen van dit artikel zijn, bij analogie, van toepassing:

- 1) Op de werknemer of op de rechthebbenden die toelating hebben bekomen zich in Portugal te laten verzorgen;
- 2) Op de werknemer of op de rechthebbenden die in Portugal ziek werden tijdens een verblijf als beoogd bij artikel 13 van het Verdrag, wanneer zij, ten gevolge van hun gezondheidstoestand, bij het verstrijken van de bij dat artikel bepaalde termijn, niet naar België kunnen terugkeren.

Deze ongeschiktheid om de terugreis naar België te ondernemen wordt vastgesteld door de geneeskundige diensten van de Portugese Voorzorgskas die, te dien einde, een omstandig verslag opmaakt; deze instelling doet dat verslag onverwijld aan de Belgische verzekeringsinstelling geworden.

Bovendien is de bij artikel 13 van het Verdrag beoogde werknemer ertoe gehouden, bij de aanvang van de arbeid

dsongeschiktheid, zich onverwijld tot de Portugese Voorzorgskas te richten en deze een getuigschrift van arbeidsongeschiktheid, afgeleverd door de behandelende geneesheer, over te leggen. Hij vermeldt zijn adres in Portugal, als ook de benaming en het adres van de Belgische verzekeringsinstelling. Zodra mogelijk en alleszins binnen de drie dagen die volgen op de datum waarop de werknemer zich tot genoemde Kas richt, laat laatstgenoemde overgaan tot een geneeskundige controle van de werknemer door een van zijn adviserend geneesheren. Het verslag van deze geneesheer dat de vermoedelijke duur van de arbeidsongeschiktheid vermeldt, wordt door de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers binnen de zes dagen die volgen op de datum van de controle, aan de Belgische verzekeringsinstelling toegezonden. Binnen de acht dagen van de ontvangst van dat verslag door de Belgische verzekeringsinstelling, laat deze haar beslissing aan de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers kennen, die deze de werknemer ter kennis brengt.

De bepalingen van het voorgaande lid zijn eveneens van toepassing op de bij artikel 9, achtste lid, beoogde werknemers.

B) Werknemers en rechthebbenden die toelating bekomen hebben hun verblijfplaats naar België over te brengen of er zich te laten verzorgen.

ARTIKEL 14

1) Om het voordeel van de prestaties in België te behouden, dienen de bij artikel 14 van het Verdrag beoogde werknemer of rechthebbenden aan de Belgische verzekeringsinstelling een getuigschrift te overhandigen, waarbij de Portugese Voorzorgskas hen de toelating verleent het voordeel van de prestaties, na het overbrengen van hun verblijfplaats, te behouden. Dat getuigschrift vermeldt de duur van de periode gedurende dewelke de verstrekkingen kunnen worden verleend.

De Portugese Voorzorgskas doet twee afschriften van dat getuigschrift aan het R. I. Z. I. V. worden.

De Portugese Voorzorgskas mag, na het overbrengen van de verblijfplaats van de werknemer of van de rechthebbenden, en op aanvraag van dezen, het getuigschrift afleveren, wanneer het om redenen van overmacht niet vroeger kon worden opgemaakt.

2) Op aanvraag van de Portugese Voorzorgskas, doet de Belgische verzekeringsinstelling hem, binnen dertig dagen, onder vertrouwelijke omslag, een geneeskundig rapport geworden. Het voort ten laste nemen van de geneeskundige verzorging door de Portugese instelling is van het vervullen van deze formaliteit afhankelijk gesteld.

3) Wanneer de Belgische verzekeringsinstelling beslist dat de werknemer in staat is de arbeid te hervatten, notificeert zij hem de datum waarop deze hervatting van de arbeid dient te geschieden en doet zij onmiddellijk, in tweevoud, een afschrift van deze notificatie aan de Portugese Voorzorgskas worden. De uitkeringen worden niet meer gestort, te rekenen van de datum die door de Belgische verzekeringsinstelling voor de hervatting van de arbeid is vastgesteld.

4) Wanneer de Portugese Voorzorgskas, op grond van de ontvangen inlichtingen beslist dat de werknemer in staat is tot het hervatten van de arbeid, notificeert het zijn beslissing aan de Belgische verzekeringsinstelling, die er onverwijld de werknemer van in kennis stelt. De uitkeringen zijn niet meer verschuldigd vanaf de twaalfde dag van de notificatie aan de Belgische verzekeringsinstelling; deze termijn gaat in de dag die volgt op de postdatum van de verzending.

5) Wanneer, in één zelfde geval, twee verschillende datums voor het hervatten van de arbeid werden vastgesteld, respectievelijk door de Belgische verzekeringsinstelling en door de Portugese Voorzorgskas, geldt de door deze laatste instelling vastgestelde datum.

6) De Portugese Voorzorgskas stort de uitkeringen aan de werknemer bij middel van een internationaal postmandaat

7) De bepalingen van dit artikel zijn, bij analogie, van toepassing:

- 1) Op de werknemer of op de rechthebbenden die de toelating hebben bekomen zich in België te laten verzorgen;
- 2) Op de werknemer of op de rechthebbenden, die in België ziek werden tijdens een verblijf als beoogd bij artikel 13 van het Verdrag, wanneer zij, ten gevolge van hun gezondheidstoestand, bij het verstrijken van de bij dat artikel bepaalde termijn, niet naar Portugal kunnen terugkeren.

Deze ongeschiktheid tot het ondernemen van de terugreis naar Portugal wordt vastgesteld door de adviserend geneesheer van de Belgische verzekeringsinstelling, die, te dien einde, een omstandig verslag opmaakt; deze instelling doet dit verslag onverwijld aan de Portugese instelling worden.

Bovendien is de bij artikel 13 van het Verdrag beoogde werknemer er toe gehouden, bij de aanvang van de arbeidsongeschiktheid, zich onverwijld tot een Belgische verzekeringsinstelling te richten en deze een getuigschrift van arbeidsongeschiktheid afgeleverd door de behandelende geneesheer over te leggen. Hij vermeldt zijn adres in België alsook de benaming en het adres van de Portugese Voorzorgskas. Zodra mogelijk en alleszins binnen de drie dagen die volgen op de datum waarop de werknemer zich tot de Belgische verzekeringsinstelling richt, laat deze overgaan tot een geneeskundige controle van de werknemer door een van haar adviserend geneesheren. Het verslag van deze geneesheer, dat de vermoedelijke duur van de arbeidsongeschiktheid vermeldt, wordt door de Belgische verzekeringsinstelling toegezonden aan de Portugese Voorzorgskas binnen de zes dagen die volgen op de datum van de controle. Binnen de acht dagen van de ontvangst van dit verslag door de Portugese Voorzorgskas, laat deze zijn beslissing aan de Belgische verzekeringsinstelling kennen, die deze aan de werknemer ter kennis brengt.

De bepalingen van het voorgaande lid zijn eveneens van toepassing op de bij artikel 11, achtste lid, beoogde werknemers.

Toepassing van artikel 15 van het Verdrag

A) In Portugal verblijvende rechthebbenden op een ouderdoms-, invaliditeits- of overlevingspensioen of op een Belgische rente wegens arbeidsongeval of beroepsziekte.

ARTIKEL 15

1) Om ingevolge artikel 15, paragraaf 2, lid 1) van het Verdrag, de verstrekkingen van de ziekte- en moederschapsverzekering te genieten, laten de rechthebbenden op een Belgisch invaliditeits-, ouderdoms- of overlevingspensioen of uitkering alsmede de rechthebbenden op een Belgische rente voor arbeidsongeval of beroepsziekte, die als invaliden zijn erkend in de zin van de ziekte- en invaliditeitsverzekering en die in Portugal verblijven, zich

inschrijven bij de Portugese Voorzorgskas die bevoegd is voor de verblijfplaats op vertoon van een getuigschrift, dat in tweevoud door het R. I. Z. I. V. wordt opgemaakt.

2) In geval van afschaffing of schorsing van het recht op verstrekkingen, notificeert het R. I. Z. I. V. zulks aan de bevoegde Voorzorgskas door middel van een in tweevoud gesteld formulier. De verstrekkingen worden niet meer verleend vanaf de dertigste dag na het opsturen van de notificatie, waarbij met de datum van de poststempel rekening wordt gehouden, of vanaf de datum van het overlijden.

B) In België verblijvende rechthebbenden op een Portugees ouderdoms-, invaliditeits- of overlevingspensioen of op een Portugees rente voor arbeidsongeval of beroepsziekte.

ARTIKEL 16

1) Om ingevolge artikel 15, paragraaf 2, lid 1), van het Verdrag de verstrekkingen van de ziekteverzekering te genieten, doen de rechthebbenden op een Portugees ouderdoms-, invaliditeits- of overlevingspensioen of -uitkering alsmede de rechthebbenden op een Portugees rente voor arbeidsongeval of beroepsziekte, die als invaliden zijn erkend in de zin van de ziekte- en invaliditeitsverzekering en die in België verblijven, zich inschrijven bij een Belgische verzekeringsinstelling, op vertoon van een getuigschrift, dat in twee vouden door de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers, wordt opgemaakt.

2) In geval van afschaffing of schorsing van het recht op verstrekkingen, notificeert de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers zulks aan het R. I. Z. I. V. De verstrekkingen worden niet meer verleend vanaf de dertigste dag na het opsturen van de notificatie, waarbij met de datum van de poststempel rekening wordt gehouden, of vanaf de datum van het overlijden.

AFDELING 3

Financiële bepalingen

ARTIKEL 17

1) Voor de toepassing van artikel 12, derde lid van het Verdrag, worden de uitgaven die betrekking hebben op de verstrekkingen aan de rechthebbenden, voor ieder kalenderjaar forfaitair geraamd.

2) Het forfaitair bedrag wordt bekomen door de jaarlijkse gemiddelde kost per gezin te vermenigvuldigen met het aantal in aanmerking komende gezinnen; de bestanddelen van de berekening worden op de navolgende wijze bepaald:

- a) De jaarlijkse gemiddelde kostprijs per gezin wordt voor elk land, vastgesteld door de jaarlijkse uitgaven voor het gezamenlijk aantal van de verstrekkingen die door de Portugese Voorzorgskas, enerzijds en door de Belgische verzekeringsinstelling, anderzijds, worden toegekend aan het gezamenlijk aantal rechthebbenden van hun verzekerden, die onder de wetgeving van dat land vallen, te delen door het jaarlijks gemiddelde aantal van de onder deze wetgeving vallende verzekerden, die rechthebbenden hebben die aanspraak kunnen maken op verstrekkingen;

- b) Het aantal gezinnen en maanden voor dewelke het forfaitair bedrag verschuldigd is, wordt in een samenvattende jaarlijkse staat opgetekend. Deze staat wordt, binnen de zes maand volgend op het dienstjaar waarop zij betrekking heeft, gestuurd aan het R. I. Z. I. V., eensdeels, en aan de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers, anderdeels.

ARTIKEL 18

De verstrekkingen die worden verleend aan de personen beoogd bij de artikelen 1, 2, 9 en 11, worden jaarlijks terugbetaald door de bevoegde instelling aan de instelling die deze heeft verleend, op vertoon van een individuele steekkaart van de uitgaven, waarvan het model in gemeen overleg wordt vastgesteld.

De desbetreffende rechtvaardigingsstukken worden bewaard ten zetel van de instellingen, die de prestaties hebben verleend; nochtans worden deze documenten, in individuele gevallen, in mededeling toegezonden aan de instelling van het andere land en dit op haar aanvraag.

ARTIKEL 19

1) Voor de toepassing van artikel 14, paragraaf 5 van het Verdrag, worden de uitgaven die betrekking hebben op de verstrekkingen aan de werknemers en aan de rechthebbenden, voor ieder kalenderjaar forfaitair geraamd, overeenkomstig de navolgende regelen:

- a) Voor de werknemers wordt het forfaitair bedrag bekomen door de jaarlijkse gemiddelde kost per werknemer te vermenigvuldigen met het aantal in aanmerking komende werknemers; deze jaarlijkse gemiddelde kostprijs per werknemer wordt, voor elk land, vastgesteld door de jaarlijkse uitgaven voor het gezamenlijk aantal van de verstrekkingen die worden toegekend, eensdeels, door de Portugese Voorzorgskas, en anderdeels, door de Belgische verzekeringsinstellingen, aan de gezamenlijke werknemers die bij deze instellingen zijn verzekerd, te delen door het jaarlijks gemiddeld aantal van deze werknemers; de aldus bekomen gemiddelde kost wordt voorzien van een correctiecoëfficiënt van 1,33;
- b) Voor de rechthebbenden, wordt het forfaitair bedrag vastgesteld overeenkomstig de grondslagen van artikel 17;
- c) De som der sub a) en b) voor de werknemers, en voor de rechthebbenden bekomen forfaitaire bedragen, geeft het bedrag van het bij artikel 14, paragraaf 5 van het Verdrag beoogde forfait.

2) Het aantal werknemers, gezinnen en maanden, voor dewelke het forfaitaire bedrag verschuldigd is, wordt in een samenvattende jaarlijkse staat opgetekend. Deze staat wordt, binnen de zes maand volgend op het dienstjaar waarop hij betrekking heeft, eensdeels aan het R. I. Z. I. V. en, anderdeels aan de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers toegezonden, samen met één van de twee afschriften van de overeenkomstig artikelen 13, paragraaf 1), en 14, paragraaf 1), opgemaakte getuigschriften, die op een beschouwd dienstjaar betrekking hebben.

3) Deze bepalingen zijn eveneens van toepassing voor de uitgaven voor prestaties die worden toegekend aan personen beoogd bij artikelen 13, paragraaf 7), eerste lid, en 14, paragraaf 7), eerste lid.

ARTIKEL 20

1) Voor de toepassing van artikel 15, paragraaf 3 van het Verdrag, worden de uitgaven voor verstrekkingen verleend aan de pensioengerechtigden en aan de rechthebbenden, voor ieder kalenderjaar forfaitair geraamd.

2) Het forfaitair bedrag wordt bekomen door de jaarlijkse gemiddelde kost per pensioengerechtigde te vermenigvuldigen met het aantal pensioengerechtigden dat in aanmerking komt; de bestanddelen van de berekening worden op de navolgende wijze bepaald:

- a) De jaarlijkse gemiddelde kostprijs per pensioengerechtigde wordt, voor elk verdragsluitend land, vastgesteld door de jaarlijkse uitgaven voor het gezamenlijk aantal van de verstrekkingen die door de Portugese Voorzorgskas, enerzijds, en door de Belgische verzekeringsinstellingen, anderzijds, worden toegekend aan het gezamenlijk aantal pensioengerechtigden die onder deze instellingen ressorteren, alsook aan de leden van hun gezin, te delen door het jaarlijks gemiddeld aantal van deze gerechtigden;
- b) Het aantal pensioengerechtigden en maanden voor dewelke het forfaitair bedrag verschuldigd is, wordt in een samenvattende jaarlijkse staat opgetekend. Deze staat wordt, binnen de zes maand volgend op het dienstjaar waarop hij betrekking heeft, gestuurd aan, eensdeels, het R. I. Z. I. V. en, anderdeels, aan de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers.

ARTIKEL 21

Voor de toepassing van de artikelen 17, 19 en 20 dienen, voor de berekening van het aantal in aanmerking te nemen maanden, de navolgende regelen te worden toegepast:

- 1) De datum die als uitgangspunt dient voor de verrekening van de forfaitaire bedragen is de datum van ingang van de rechten op de verstrekkingen;
- 2) Het aantal maanden wordt bekomen door als een eenheid de kalendermaand aan te rekenen waarbinnen de datum valt die als uitgangspunt dient voor de verrekening van de forfaitaire bedragen; de kalendermaand in de loop waarvan het recht een einde heeft genomen wordt niet medegerekend, behalve indien deze maand volledig is of indien het recht gedurende deze maand is ingegaan.

ARTIKEL 22

De bevoegde autoriteiten van beide landen kunnen, in gemeen overleg, in andere modaliteiten van raming van de te vergoeden bedragen voorzien.

HOOFDSTUK II

Invaliditeitsuitkeringen andere dan deze toegekend in geval van arbeidsongevallen of beroepsziekten

ARTIKEL 23

Het indienen van de aanvraag in een land, staat gelijk met het indienen in het andere. De instelling die de aanvraag in de eerste plaats heeft ontvangen, deelt deze aan de overeenstemmende instelling van het ander land mede, onder vermelding van de datum van indiening en van alle elementen dezer aanvraag.

ARTIKEL 24

Om de invaliditeitsgraad te beoordelen, houden de instellingen van elk land rekening met de geneeskundige vaststellingen, alsook met de administratieve informatie die door de instellingen van het ander land werden ingewonnen.

Deze instellingen behouden echter, het recht om tot het onderzoek van de betrokkene door een geneesheer van hun keuze te doen overgaan, hetzij in het land van verblijf, hetzij in het land van aansluiting. De reizen onderhoudshosten worden gedragen door de instelling die de prestatie verschuldigd is, ten belope van een forfaitair bedrag omtrent hetwelk tussen de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers en het R. I. Z. I. V. dient te worden overeengekomen.

In geval van ongeschiktheid om de verplaatsing te doen wordt deze ongeschiktheid vastgesteld door de instelling van de verblijfplaats die daartoe een omstandig medisch verslag opstelt en het onmiddellijk toestuurt aan de bevoegde instelling van het andere land.

ARTIKEL 25

De invaliditeitsuitkeringen of -pensioenen worden rechtstreeks door de instellingen die ze verschuldigd zijn aan de gerechtigden uitbetaald, ongeacht of deze in Portugal of in België verblijven.

De betaling geschiedt door middel van een internationale postwissel op de vervaldagen waarin voorzien bij de wetgevingen die deze instellingen toepassen.

Weliswaar, kan de betaling eveneens geschieden door toedoen van de instelling van het land van verblijf, op aanvraag van de instelling die de prestaties verschuldigd is.

ARTIKEL 26

De administratieve en geneeskundige controle op de in België verblijvende gerechtigden op Portugese invaliditeitsuitkeringen of -pensioenen wordt door het R. I. Z. I. V. uitgeoefend op verzoek van de bevoegde Portugese instelling.

De administratieve en geneeskundige controle op de in Portugal verblijvende gerechtigden op Belgische invaliditeitspensioenen of -uitkeringen wordt door de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers uitgeoefend op verzoek van de bevoegde Belgische verzekeringsinstelling.

ARTIKEL 27

Voor de toepassing van artikel 26 op de gerechtigden op een invaliditeitsuitkering of -pensioen doen de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers en het R. I. Z. I. V., overeenkomstig het bepaalde bij de wetgeving van het land dat de prestatie verschuldigd is, de eerste door de kas van de verblijfplaats in Portugal, het tweede, door de Geneeskundige Raad voor de invaliditeit, onderzoeken instellen met het doel de invaliditeitsgraad van de betrokkene te ramen, ten einde het invaliditeitspensioen of -uitkering te behouden, te herzien of af te schaffen of om het in een andere categorie in te delen.

Het advies dat door de bevoegde kas van de verblijfplaats in Portugal of door de Geneeskundige Raad voor de invaliditeit, naar gelang van het geval, wordt uitgebracht, wordt onverwijld door de bevoegde instelling van het land van verblijf, aan de instelling die de prestatie verschuldigd is, medegedeeld.

ARTIKEL 28

De administratieve verificaties, en inzonderheid die betreffende de arbeid van invaliden, worden verricht:

In Portugal: door de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers,
In België: door het R. I. Z. I. V.

ARTIKEL 29

De uitslagen van de geneeskundige onderzoeken en administratieve verificaties worden medegedeeld een-deels aan de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers, en, anderdeels aan het R. I. Z. I. V.

De instellingen die de prestaties zijn verschuldigt, zijn ertoe gehouden, na kennisneming van deze uitslagen de vereiste beslissingen te treffen.

ARTIKEL 30

In geval de gerechtigde op een Portugees pensioen de arbeid in België hervat, stuurt het R. I. Z. I. V. een verslag aan de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers die de aard van de verrichte arbeid weergeeft en het bedrag van de inkomsten van de betrokken werknemer evenals het medisch verslag opgesteld door de Geneeskundige Raad voor invaliditeit.

ARTIKEL 31

In geval de gerechtigde op een Belgisch pensioen of invaliditeitsuitkering de arbeid in Portugal hervat stuurt de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers een verslag aan het R. I. Z. I. V. dat de aard van de verrichte arbeid weergeeft en het bedrag van de inkomsten van de betrokken werknemer evenals het medisch verslag opgesteld door de Kas van de verblijfplaats in Portugal.

ARTIKEL 32

Indien de gerechtigde op een invaliditeitsuitkering of -pensioen ten laste van één van beide landen een of ander pensioen in het ander land geniet, deelt dit land zulks aan het land dat de invaliditeitsuitkering of -pensioen verschuldigt is mede, met opgave van de aard van het pensioen, het jaarlijks bedrag ervan alsook de benaming van de instelling die de prestaties verschuldigt is.

De beoogde mededelingen worden door de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers en het R. I. Z. I. V. verricht.

ARTIKEL 33

Wanneer een verzekerde na schorsing of afschaffing van het invaliditeitspensioen of van de invaliditeitsuitkering, overeenkomstig artikel 19 van het Verdrag zijn recht op het invaliditeitspensioen of de invaliditeitsuitkering opnieuw verkrijgt, terwijl hij steeds verblijft in het ander land dan datgene, dat de prestaties verschuldigt is, delen de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers en het R. I. Z. I. V. elkaar alle nuttige inlichtingen mede met het oog op het hervatten van de uitbetalingen. Deze inlichtingen worden verschaft op een formulier waarvan het model in gemeen overleg wordt bepaald.

ARTIKEL 34

De kosten voor geneeskundige onderzoeken, van de in observatieplaatsingen, van de verplaatsingen van de geneesheren en van de gerechtigden, van de administra-

tieve en geneeskundige enquêtes, alsook de kosten van algemeen beheer, welke noodzakelijk zijn voor de uitoefening van de controle, worden, voor de invaliden die in Portugal verblijven, door de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers en voor de invaliden die in België verblijven, door het R. I. Z. I. V. gedragen.

Deze kosten worden door de instelling die ze uitbetaalt, op grond van haar tarief vastgesteld en door de instelling die ze verschuldigt is vergoed, op vertoon van een omstandige nota betreffende de verrichte uitgaven.

Nochtans kan een latere Schikking voorzien in andere vereffeningsmodaliteiten en inzonderheid in forfaitaire terugbetalingen.

ARTIKEL 35

De bevoegde instellingen inzake invaliditeitspensioenen van de bijzondere regelingen voor mijnwerkers, zijn:

In België: het Nationaal Pensioenfonds voor mijnwerkers en

In Portugal: de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers samen met de instellingen bij dewelke de werknemers zijn aangesloten.

Deze instellingen passen de bij artikelen 36 tot 55 uiteengezette principes toe.

Voor de indiening en de behandeling van de aanvragen om invaliditeitspensioen voor mijnwerkers en voor de uitbetaling van deze pensioenen, worden de bepalingen van Hoofdstuk III hierna, betreffende de ouderdoms- en overlijdensverzekering (pensioenen), toegepast.

HOOFDSTUK III

Ouderdoms- en overlijdensverzekering (pensioenen)

AFDELING 1

Bevoegde instellingen

ARTIKEL 36

De bevoegde instelling om de aanvragen te ontvangen en te onderzoeken, om de verbindingsformulieren met betrekking tot het onderzoek van deze aanvragen door te zenden en te ontvangen en om de met betrekking tot deze aanvragen genomen beslissingen te notificeren, is:

In België: de Rijksdienst voor werknemerspensioenen (R. W. P.) te Brussel;

In Portugal: de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers samen met de instellingen bij dewelke de werknemers zijn aangesloten.

AFDELING 2

Indiening van de aanvragen

ARTIKEL 37

De in Portugal of in België verblijvende verzekerde, die een ouderdomspensioen aanvraagt ingevolge artikel 22 van het Verdrag, richt zijn aanvraag in de vorm en binnen de termijnen van de wetgeving van het land van verblijf, aan de instelling of autoriteit die overeenkomstig deze wetgeving bevoegd is.

De termijn voor de indiening van de aanvraag is deze die vastgesteld is bij de wetgeving van het ene of het andere land.

De verzekerde dient, in de mate van het mogelijke, in zijn aanvraag de ouderdomsverzekeringsinstelling of de ouderdomsverzekeringsinstellingen van de landen waar hij verzekerd was, aan te geven.

Als datum van uitwerking van de aanvraag om prestaties geldt die, waarin bij de toepasselijke wetgeving is voorzien.

ARTIKEL 38

De bepalingen van artikel 37 zijn van toepassing op de in België verblijvende verzekerde die een pensioen aanvraagt dat uitsluitend op grond van de Portugese wetgeving wordt berekend of op de in Portugal verblijvende verzekerde die een pensioen aanvraagt dat uitsluitend op grond van de Belgische wetgeving wordt berekend.

In dat geval moet de bevoegde instelling zonder verwijl de aanvragen overmaken aan de bevoegde instelling van het ander land; zij moet hierbij de datum mededelen waarop de aanvragen werden ingediend.

ARTIKEL 39

Voor het onderzoek van de pensioenaanvragen door samentelling van de verzekeringstijdvakken of van de ermede gelijkgestelde perioden, gebruiken de bevoegde Portugese en Belgische bevoegde instellingen een in gemeen overleg bepaald formulier.

Op dit formulier worden inzonderheid de vereiste inlichtingen betreffende de burgerlijke staat, de opgave en de samenvatting van de verzekeringstijdvakken en van de ermede gelijkgestelde periode goteerd.

Het doorzenden van dit formulier aan de instellingen van het andere land vervangt het doorzenden van de bewijsstukken.

AFDELING 3

Onderzoek van de aanvragen ingediend door in België verblijvende personen

ARTIKEL 40

De R. W. P. die de in België ingediende aanvraag onderzoekt, zendt de bevoegde Portugese instelling door bemiddeling van de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers, het formulier bepaald bij artikel 39, in tweevoud door.

De Portugese instelling bij dewelke de werknemer aangesloten is, stelt de verzekeringstijdvakken en de ermede gelijkgestelde perioden vast, die overeenkomstig de Portugese wetgeving geldig zijn.

Voor de tijdvakken die niet als geldig worden beschouwd overeenkomstig de Portugese wetgeving, houdt bovengenoemde bevoegde Portugese instelling rekening met de verzekeringstijdvakken en de ermede gelijkgestelde perioden die overeenkomstig de Belgische wetgeving geldig zijn.

Dezelfde instelling telt de volgens bovengenoemde regelen vastgestelde tijdvakken samen en bepaalt de rechten die ingevolge de Portugese wetgeving ingaan.

ARTIKEL 41

De Portugese instelling bij dewelke de werknemer is aangesloten bepaalt voor onder het bedrag van de prestatie waarop de betrokkene zou recht hebben indien al de in artikel 40, viende lid, aangegeven perioden uitsluitend overeenkomstig de Portugese wetgeving zouden zijn vervuld en bepaalt het bedrag van de verschuldigde

prestatie naar verhouding van de duur van de verzekeringstijdvakken en gelijkgestelde perioden die volgens de Portugese wetgeving geldig zijn.

ARTIKEL 42

De Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers zendt aan de R. W. P. een exemplaar van het bij artikel 39 voorgeschreven formulier terug, aangevuld met de opgave van de verzekeringstijdvakken of van de ermede gelijkgestelde perioden die ingevolge de Portugese wetgeving geldig zijn en stelt haar in kennis van de overeenkomstig artikel 41 vastgestelde pro-rata prestatie.

ARTIKEL 43

Voor de tijdvakken die overeenkomstig de Belgische wetgeving niet als geldig worden beschouwd, houdt de R. W. P. rekening met de verzekeringstijdvakken of de ermede gelijkgestelde perioden die overeenkomstig de Portugese wetgeving geldig zijn.

De R. W. P. telt de volgens voormelde regelen vastgestelde tijdvakken samen en bepaalt de rechten die ingevolge de Belgische wetgeving ingaan.

ARTIKEL 44

De R. W. P. bepaalt de overeenkomstig de Belgische wetgeving verschuldigde prestaties, door, naar gelang van het geval, de bepalingen van artikel 22 van het Verdrag toe te passen.

ARTIKEL 45

De R. W. P. notificeert de aanvrager, per aangetekende brief, alle beslissingen die genomen werden in verband met de prestaties berekend in uitvoering van de bepalingen van het Verdrag.

De notificatie brengt ter kennis van de aanvrager de beroepsmiddelen die bij elke van de wetgevingen zijn vastgesteld.

De R. W. P. bericht de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers de datum waarop de kennisgeving aan de aanvrager werd gericht.

AFDELING 4

Onderzoek van de aanvragen ingediend door in Portugal verblijvende personen

ARTIKEL 46

De Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers zendt aan de R. W. P. het formulier, bepaald bij artikel 39, in tweevoud door. De R. W. P. stelt de verzekeringstijdvakken en de ermede gelijkgestelde perioden vast, die overeenkomstig de Belgische wetgeving geldig zijn.

Voor de tijdvakken die niet als geldig worden beschouwd overeenkomstig de Belgische wetgeving, houdt de R. W. P. rekening met de verzekeringstijdvakken en de ermede gelijkgestelde perioden, die overeenkomstig de Portugese wetgeving geldig zijn.

De R. W. P. telt de volgens bovengenoemde regelen vastgestelde tijdvakken samen en bepaalt de rechten die ingevolge de Belgische wetgeving ingaan.

ARTIKEL 47

De R. W. P. bepaalt de overeenkomstig de Belgische wetgeving verschuldigde prestatie door, naar gelang van

het geval, de bepalingen van artikel 22 van het Verdrag toe te passen.

ARTIKEL 48

De R. W. P. zendt de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers een exemplaar van het bij artikel 39 voorgeschreven formulier terug, aangevuld met de opgave van de verzekeringstijdvakken of van de ermee gelijkgestelde perioden die ingevolge de Belgische wetgeving geldig zijn en stelt haar in kennis, van de overeenkomstig artikel 47 vastgestelde prestatie.

ARTIKEL 49

Voor de tijdvakken die overeenkomstig de Portugese wetgeving niet als geldig worden beschouwd, houdt de Portugese instelling waarbij de werknemer is aangesloten, rekening met de verzekeringstijdvakken of de ermee gelijkgestelde perioden die overeenkomstig de Belgische wetgeving geldig zijn.

Dezelfde instelling telt de volgens voormelde regelen vastgestelde tijdvakken samen en bepaalt de rechten die ingevolge de Portugese wetgeving ingaan.

ARTIKEL 50

De Portugese instelling waarbij de werknemer is aangesloten bepaalt voor order het bedrag van de prestatie waarop de betrokkene recht zou hebben indien al de in artikel 49, laatste lid, aangegeven perioden uitsluitend overeenkomstig de Portugese wetgeving zouden zijn vervuld en bepaalt het bedrag van de verschuldigde prestatie naar verhouding van de duur van de verzekeringstijdvakken en gelijkgestelde perioden die volgens de Portugese wetgeving geldig zijn.

ARTIKEL 51

De Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers notificeert de aanvrager, per aangezekende brief, alle beslissingen die genomen werden in verband met de prestaties berekend in uitvoering van de bepalingen van het Verdrag.

De notificatie brengt ter kennis van de aanvrager de beroepsmiddelen die bij elke van de wetgevingen zijn vastgesteld.

De genoemde Centrale kas bericht de R. W. P. de datum waarop de kennisgeving aan de aanvrager werd gericht.

AFDELING 5

Toepassing van de bepalingen van artikel 22, paragraaf 5 van het Verdrag

ARTIKEL 52

1) Voor de toepassing van artikel 22, paragraaf 5, 1) van het Verdrag worden, wat België betreft, de onder de wetgeving van een van beide landen vervulde verzekeringsperioden enkel in aanmerking genomen om vast te stellen of zij recht geven op de bij de bepalingen van de Belgische wetgeving voorziene uitkeringen, zo zij binnen het burgerlijk jaar liggen.

2) Zo de toepassing van artikel 22, paragraaf 5, 1) voormeld, tot gevolg zou hebben dat de instellingen van beide landen van iedere verplichting ontheven zouden zijn, is de langste verzekeringsperiode bepalend om de instelling aan te duiden die het minimumbedrag, dat de herwaarderung uitdrukt van de rechten van de verzekerde,

in het raam van de nationale wetgeving die door deze instelling wordt toegepast, ten laste zal nemen. Bij gelijke duur van de verzekeringsperioden in elk van beide landen, komt dit bedrag ten laste van de instelling van het land waar de laatste verzekeringsperiode werd volbracht.

AFDELING 6

Uitbetaling van de pensioenen

ARTIKEL 53

De rustpensioenen worden rechtstreeks door de instellingen die ze verschuldigd zijn, aan de betrokkenen uitbetaald, onverschillig of zij in Portugal dan wel in België verblijven.

De betaling wordt verricht per internationale postwissel, op de vervaldagen die zijn bepaald bij de wetgevingen die deze instellingen toepassen.

De voor de betaling van de pensioenen bevoegde instelling is:

In België: de Rijkskas voor rust- en overlevingspensioenen (R. R. O. P.);

In Portugal: de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers.

ARTIKEL 54

De kosten voor de uitbetaling van de pensioenen kunnen door de met uitbetalingen belaste instellingen van de gerechtigde worden ingevorderd in de voorwaarden die door de administratieve autoriteit waaronder deze instellingen ressorteren zijn vastgesteld.

ARTIKEL 55

1) De Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers is er mede belast te zorgen dat de gerechtigden die uit kracht van de Belgische wetgeving een volledig of een gedeeltelijk rustpensioen hebben verkregen en die in Portugal verblijven, binnen de perken van deze wetgevingen elke beroepsarbeid hebben gestaakt.

Zij waakt er eveneens over dat aan deze eis zou worden voldaan door de echtgenote van de gerechtigden op het zogenaamd rustpensioen aan gezinstarief.

De Belgische instellingen ten laste van wie de uitkeringen worden verleend, maken de Centrale kas de namen en adressen van deze gerechtigden bekend.

2) De sub paragraaf 1) beoogde gerechtigden zijn ertoe gehouden, vooraf de Centrale kas in kennis te stellen van hun inzicht een andere beroepsarbeid te hervatten dan een door de wetgeving toegelaten arbeid.

Eenzelfde verplichting geldt voor de gerechtigden op een zogenaamd rustpensioen aan gezinstarief, ingeval hun echtgenote een niet toegelaten beroepsactiviteit aanvat of hervat.

3) Wanneer door de Centrale kas wordt vastgesteld dat de gerechtigde op een van de uitkeringen als beoogd bij deze Schikking en, eventueel zijn echtgenote, werkzaam is of was, waar hij in het genot was van deze uitkeringen of dat hij inkomens heeft die de voorgeschreven grens overschrijden, zendt zij een rapport aan de R. R. O. P. Het rapport vermeldt de aard van de verrichte arbeid, alsmede het bedrag van de winsten of inkomsten die door de betrokkene of zijn echtgenote werden genoten.

De Centrale kas stelt de bevoegde Belgische instelling, onverwijld in kennis van het hervatten van de arbeid

door een gerechtigde op uitkeringen of, in het geval als beoogd bij het tweede lid van paragraaf 2) van dit artikel, door zijn echtgenote.

AFDELING 7

Overlevingspensioenen

ARTIKEL 56

De bepalingen van dit hoofdstuk zijn van toepassing op de overlevingspensioenen.

HOOFDSTUK IV

Familiale prestaties

Toepassing van artikel 28, paragraaf 2 van het Verdrag

AFDELING 1

Portugese werknemers werkzaam in België

ARTIKEL 57

De Portugese werknemers die in België werkzaam zijn en wier kinderen in Portugal worden opgevoed, hebben recht op de eigenlijke kinderbijslag, met uitsluiting van elke bijzondere of verhoogde kinderbijslag die uit de Belgische wetgeving voortvloeit.

De categorieën van rechtgevendende kinderen, de toekenningsvoorwaarden en de bedragen van de kinderbijslag, alsook de perioden voor dewelke deze bijslag wordt toegekend, zijn in artikel 58 vermeld.

ARTIKEL 58

1) De kinderbijslag wordt toegekend voor de eigen kinderen van de werknemers, voor de gemeenschappelijke kinderen van de werknemer en van zijn echtgenoot en voor de eigen kinderen van de echtgenote; het aantal rechtgevendende kinderen is nochtans op ten hoogste vier kinderen bepaald, wanneer het werknemers betreft die bij paragraaf 4), 4, zijn beoogd. Het aantal kinderen kan, in gemeen overleg tussen de bevoegde administratieve autoriteiten, worden gewijzigd.

2) De kinderbijslag wordt toegekend tot de leeftijd van 14 jaar of tot de leeftijd van 25 jaar, wanneer het kinderen betreft die cursussen volgen onder de voorwaarden die bij de Belgische wetgeving zijn vastgesteld.

3) De kinderbijslag wordt toegekend voor de perioden van werkelijke arbeid en voor de perioden die ermee zijn gelijkgesteld overeenkomstig artikel 41 van de gecoördineerde wetten betreffende de kinderbijslag voor werknemers; in geval van arbeidsongeschiktheid, wordt de kinderbijslag gedurende ten hoogste zes maand arbeidsongeschiktheid toegekend; deze termijn kan, in gemeen overleg tussen de bevoegde administratieve autoriteiten, worden gewijzigd. De kinderbijslag wordt niet meer toegekend na het overlijden van de werknemer of na diens vertrek uit België.

4) De kinderbijslag wordt ten belope van navolgende bedragen toegekend:

1) Ondergrondse arbeiders in de Belgische steenkolenmijnwereld; werknemers die werkzaam zijn als ondergrondse arbeiders in de mijnen andere dan deze van de steenkolenmijnwereld en in de groeven, waarvan de exploitatie ondergronds geschiedt en die bij de wetgeving betreffende het rust- en overlevingspensioen van de mijnwerkers en de ermee gelijkgestellten worden beoogd:

Bedrag van de gewone algemene schaal, met uitsluiting van elke bijzondere of verhoogde bijslag die uit de Belgische wetgeving voortvloeit;

2) Werknemers die bij 1) zijn beoogd en die tijdelijk of definitief bovengrondse arbeid in deze mijnen of groeven verrichten, op voorwaarde dat zij, ingevolge ziekte, kwetsuur of ongeschiktheid hun ondergrondse arbeid niet meer kunnen voortzetten:

Bedrag van de gewone algemene schaal, met uitsluiting van elke bijzondere of verhoogde bijslag die uit de Belgische wetgeving voortvloeit;

3) Bovengrondse arbeiders die in de Belgische steenkolenmijnwereld werkzaam zijn:

Bedrag van de gewone algemene schaal die per 1 oktober 1959 van toepassing was, zoals het werd verhoogd ingevolge zijn koppeling aan de schommelingen van het indexcijfer van de kleinhandelsprijzen, met uitsluiting van elke bijzondere of verhoogde bijslag die uit de Belgische wetgeving voortvloeit;

4) Werknemers andere dan deze beoogd bij 1), 2) en 3) en die in het bezit zijn van een geldige arbeidsvergunning, met dien verstande dat de bijslagen steeds worden toegekend met ingang van de datum de tewerkstelling:

500 frank per kind en per maand (20 frank per dag); deze bedragen kunnen, in gemeen overleg tussen de bevoegde administratieve autoriteiten worden gewijzigd;

5) Werknemers beoogd bij 3) en 4):

Bedrag van de Belgische schaal voor de zes maanden die de aankomst van de rechtgevendende kinderen in België voorafgaan, indien deze aankomst plaats heeft in de twaalf maanden die volgen op het begin van de tewerkstelling in België.

ARTIKEL 59

1) Het vereiste schoolbezoek om de kinderbijslag, binnen de perken van de Belgische wetgeving, te behouden ten gunste van de jonge lui die hun studie na de leeftijd van 14 jaar voortzetten, wordt vastgesteld op grond van een schoolgetuigschrift volgens het model dat, in gemeen overleg, door de bevoegde administratieve autoriteiten wordt vastgesteld, en dat aan de instelling die de kinderbijslag dient uit te betalen door bemiddeling van de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers wordt doorgezonden dat waarborgt dat deze kinderen cursussen van algemeen dag- of beroepsonderwijs met volledig leerplan, volgen.

2) Het bestaan van een leerovereenkomst voor het behoud, binnen de perken van de Belgische wetgeving, van de kinderbijslag ten gunste van de jonge lui die verklaren dat zij door een zulkdanige overeenkomst zijn verbonden, wordt vastgesteld bij middel van een verklaring die door de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers wordt afgeleverd.

De verklaring wordt door de betrokkene aan de Belgische instelling die de kinderbijslag dient te betalen, doorgegeven.

De verklaring dient, eventueel, het bedrag van het ontvangen maandloon te vermelden, rekening houdend met de voordelen in natura en in geld.

3) Voor de vaststelling van het recht op kinderbijslag die verschuldigd is wegens de lichamelijke of geestelijke toestand van de rechtgevendende kinderen, is de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers

bevoegd om vast te stellen of deze toestand het kind ongeschikt maakt om enig beroep uit te oefenen of hem onder de gehandicapten doet rangschikken.

De ongeschiktheid wordt vastgesteld overeenkomstig de vereisten van de Belgische wetgeving.

Ten einde de behandeling van de aanvragen mogelijk te maken, maakt de Rijksdienst voor kinderbijslag voor werknemers de in België gebruikelijke formulieren over, welke de Portugese geneesheren invullen overeenkomstig de criteria van de Belgische wetgeving.

De instelling die de kinderbijslag verschuldigd is behoudt zich nochtans het recht voor een onderzoek van de gerechtigde door een geneesheer van haar keuze te doen instellen.

AFDELING 2

Belgische werknemers die in Portugal werkzaam zijn

ARTIKEL 60

De Belgische werknemers die in Portugal werkzaam zijn, en wier kinderen in België worden opgevoed, hebben recht op de kinderbijslag bepaald bij de Portugese wetgeving.

De categorieën van rechtgevendende kinderen, de toekenningsvoorwaarden en de bedragen van de kinderbijslag, alsmede de perioden voor dewelke deze bijslag wordt verleend, zijn in artikel 61 vermeld.

ARTIKEL 61

1) De kinderbijslag wordt toegekend voor de eigen kinderen van de werknemer, voor de gemeenschappelijke kinderen van de werknemer en zijn echtgenote en voor de eigen kinderen van deze.

Deze kinderen hebben, bij overlijden van de verzekerde, ook recht op de aanvullende prestatie, bepaald in de Portugese wetgeving betreffende de kinderbijslag.

2) De kinderbijslag wordt toegekend tot de leeftijd van 14 jaar of tot de leeftijd van 24 jaar wanneer het kinderen geldt die cursussen volgen in de bij de Portugese wetgeving vastgestelde voorwaarden.

3) De kinderbijslag wordt toegekend voor de perioden van werkelijke arbeid en voor de perioden die daarmee zijn gelijkgesteld uit kracht van de Portugese wetgeving betreffende de algemene kinderbijslagregeling; ingeval van arbeidsongeschiktheid, wordt de kinderbijslag gedurende ten hoogste zes maanden arbeidsongeschiktheid toegekend; deze termijn kan, in gemeen overleg tussen de bevoegde administratieve autoriteiten worden gewijzigd. De bijslag wordt niet meer toegekend na het overlijden van de werknemer of na zijn vertrek uit Portugal.

4) De kinderbijslag wordt toegekend ten belope van het bedrag van de gewone algemene schaal, vastgesteld krachtens de Portugese wetgeving.

ARTIKEL 62

1) Het vereiste schoolbezoek om, binnen de grenzen van de Portugese wetgeving, de kinderbijslag te handhaven ten gunste van jonge lui die hun studiën na de leeftijd van veertien jaar voortzetten, wordt vastgesteld aan de hand van een schoolgetuigschrift, volgens het model dat in gemeen overleg door de bevoegde administratieve autoriteiten wordt vastgesteld; dat getuigschrift wordt aan de met de betaling van de kinderbijslag belaste instelling doorgezonden door toedoen van de Rijksdienst voor

kinderbijslag voor werknemers, die waarborgt dat deze kinderen cursussen van algemeen of beroepsonderwijs met volledig leerplan volgen.

2) Voor de vaststelling van het recht op kinderbijslag die verschuldigd is wegens de lichamelijke of geestelijke toestand van de rechtgevendende kinderen is de Rijksdienst voor kinderbijslag voor werknemers bevoegd om vast te stellen of deze toestand het kind ongeschikt maakt om enig beroep uit te oefenen of hem onder de gehandicapten doet rangschikken.

De ongeschiktheid wordt door de Rijksdienst voor kinderbijslag voor werknemers vastgesteld overeenkomstig de vereisten van de Portugese wetgeving.

Ten einde de behandeling van de aanvragen mogelijk te maken, maakt de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers de in Portugal gebruikelijke formulieren over, welke de Belgische geneesheren invullen overeenkomstig de criteria van de Portugese wetgeving.

De instelling die de kinderbijslag verschuldigd is behoudt zich nochtans het recht voor een onderzoek van de gerechtigde door een geneesheer van haar keuze te doen instellen.

HOOFDSTUK V

Arbeidsongevallen en beroepsziekten

ARTIKEL 63

1) De in België verblijvende Belgische en Portugese onderdanen die aanspraak hebben op prestaties die ingeval van een arbeidsongeval of van beroepsziekte, overeenkomstig de bij artikel 2 van het Verdrag beoogde Portugese wetgeving verschuldigd zijn, mogen hun aanvraag aan het Ministerie van Sociale Voorzorg te Brussel richten, dat ze aan de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers doorzendt.

De beslissing wordt rechtstreeks aan de aanvrager genotificeerd; indien het een beslissing op het gebied van de beroepsziekten betreft, dan worden er twee doorslagen van aan het Ministerie van Sociale Voorzorg medegedeeld.

2) De in Portugal verblijvende Portugese en Belgische onderdanen die aanspraak hebben op prestaties die op grond van de Belgische wetgeving betreffende de vergoeding van schade voortvloeiende uit arbeidsongevallen of beroepsziekten, beoogd bij artikel 2 van het Verdrag, mogen hun aanvraag aan de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers richten, die ze aan het Ministerie van Sociale Voorzorg te Brussel doorzendt.

De beslissing wordt rechtstreeks aan de aanvrager genotificeerd; indien het een beslissing op het gebied van de beroepsziekten geldt, dan wordt er een doorslag van de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers medegedeeld.

ARTIKEL 64

1) De Belgische en Portugese onderdanen, die in België verblijven, mogen hun bezwaar- of beroepsschriften in verband met de Portugese prestaties voor arbeidsongevallen en beroepsziekten aan het Ministerie van Sociale Voorzorg richten, te Brussel.

Indien het bezwaar- of beroepsschrift bij aangetekende brief werd ingediend, wordt de briefomslag waarmee de verzending is geschied even eens doorgezonden; indien zulks niet het geval is, dient de datum van de ontvangst op het bezwaar- of beroepsschrift te worden vermeld.

Binnen acht dagen na de ontvangst van het bezwaarschrift, zendt het Ministerie van Sociale Voorzorg het aan de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers, door, die het aan de bevoegde rechtscolleges doet geworden.

2) De Portugese en de Belgische onderdanen die in Portugal verblijven, mogen hun beroep in verband met de Belgische uitkeringen voor arbeidsongevallen en beroepsziekten, aan de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers richten.

Indien het bezwaarschrift: bij aangetekende brief werd ingediend, wordt de briefomslag waarmee de verzending is geschied eveneens doorgezonden; indien zulks niet het geval is, dient de datum van de ontvangst op het bezwaarschrift te worden vermeld.

Binnen acht dagen na de ontvangst van het bezwaarschrift, zendt de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers het aan het Ministerie van Sociale Voorzorg door, dat het de bevoegde Belgische instelling doet geworden.

3) Daar de geschillen betreffende de vergoedingen voor arbeidsongevallen en beroepsziekten zowel in Portugal als in België tot de kennisneming van de rechtbanken behoren, dienen de beroepschriften die door de werknemers of door hun rechthebbenden worden ingediend ten einde het voordeel van deze vergoeding te genieten, te worden aanhangig gemaakt overeenkomstig de procedureregelen die van toepassing zijn voor het daartoe bevoegde rechtscollege.

De Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers en het Ministerie van Sociale Voorzorg delen elkaar de nodige inlichtingen terzake mede.

ARTIKEL 65

1) Het Ministerie van Sociale Voorzorg te Brussel doet, op aanvraag van de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers de enquêtes op het Belgisch grondgebied instellen, ten einde de prestaties overeenkomstig de Portugese wetgeving betreffende de vergoeding voor arbeidsongevallen en beroepsziekten vast te stellen.

2) De Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers, doet op aanvraag van het Ministerie van Sociale Voorzorg te Brussel, de enquêtes op het Portugese grondgebied instellen, ten einde de prestaties overeenkomstig de Belgische wetgeving betreffende de vergoeding voor arbeidsongevallen en beroepsziekten vast te stellen.

3) De instelling die de enquête aanvraagt vergoedt, voor rekening van de bevoegde instelling, de kosten aan de instelling aan dewelke de enquête werd aangevraagd.

ARTIKEL 66

De uitkeringen, toelagen of renten inzake arbeidsongevallen en beroepsziekten worden op de in de respectieve wetgevingen vastgestelde vervaldagen aan de Belgische of Portugese onderdanen uitbetaald die in het andere land dan dat welke de prestatie verschuldigd is verblijven (eventueel door bemiddeling van de bevoegde instellingen van het land van de verblijfplaats, overeenkomstig modaliteiten die door de bevoegde administratieve autoriteiten van de beide landen worden vastgelegd).

ARTIKEL 67

Om aanspraak te hebben op de verstrekkingen overeenkomstig artikel 34 van het Verdrag, dient de werk-

nemer aan de instelling van de verblijfplaats een getuigschrift af te leveren, waarvan het model, in gemeen overleg, wordt vastgesteld door de bevoegde administratieve autoriteiten van beide landen, naar luid waarvan hij op deze prestatie is gerechtigd.

Dit getuigschrift wordt door de bevoegde instelling afgeleverd en blijft zolang geldig als de instelling van de verblijfplaats geen notificatie van zijn vernietiging heeft ontvangen.

Bij elke aanvraag om verstrekkingen legt de werknemer hun de bewijsstukken over, die normaal zijn vereist overeenkomstig de wetgeving van het land van verblijf voor de toekenning van de verstrekkingen.

In geval van opnemings ter verpleging in een ziekenhuis, notificeert de instelling van de verblijfplaats aan de bevoegde instelling, binnen een termijn van drie dagen die volgt op de datum waarop zij er kennis heeft van genomen, de datum van opnemings in de verzorgingsinrichting en de waarschijnlijke duur van de verpleging.

De werknemer dient de instelling van de verblijfplaats van elke verandering in zijn toestand en, inzonderheid van elke overdracht van woon- of verblijfplaats, in kennis te stellen. De bevoegde instelling brengt de instelling van de verblijfplaats eveneens op de hoogte van het verstrijken van het recht op prestaties van de werknemer.

De instelling van de woonplaats mag de bevoegde instelling steeds vragen haar elke inlichting betreffende het recht op prestaties van de werknemer te verschaffen.

Voor de toepassing van dit artikel zijn de instellingen van de woonplaats de navolgende:

- In België: betreffende de arbeidsongevallen: het Rijksinstituut voor ziekte- en invaliditeitsverzekering door tussenkomst van de verzekeringsorganismen; betreffende de beroepsziekten: het Fonds voor de beroepsziekten;
- In Portugal: de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers door tussenkomst van de Voorzorgskassen van de districten.

ARTIKEL 68

De verstrekkingen die overeenkomstig het bepaalde bij artikel 34, van het Verdrag worden verleend, worden door de bevoegde instellingen terugbetaald aan de instellingen die de beoogde prestaties hebben toegekend.

De terugbetalingen geschieden halfjaarlijks op voorlegging door de instelling die de prestaties heeft verleend, van een individuele staat van de uitgaven die deze instelling werkelijk heeft gedragen.

Komen voor terugbetaling niet in aanmerking, hogere tarieven dan die welke van toepassing zijn op de verstrekkingen welke aan de werknemer werden verleend die onder de wetgeving valt, zoals toegepast door de instelling die de betreffende prestaties heeft toegekend.

ARTIKEL 69

De instelling van de woonplaats van het ander land, doet op aanvraag van de bevoegde instelling, de geneeskundige onderzoeken instellen ten aanzien van de gerechtigden op een prestatie voor arbeidsongeval of beroepsziekte, onder de voorwaarden die bij haar eigen wetgeving zijn bepaald, inzonderheid ter herziening van de arbeidsongeschiktheid.

De bevoegde instelling behoudt het recht om de betrokkenen door een geneesheer van haar keuze en onder

de voorwaarden die bij haar eigen wetgeving zijn bepaald, te onderzoeken.

De kosten die uit de geneeskundige controles voortvloeien, zijn voor rekening van de instelling op wier aanvraag deze geneeskundige controles werden verricht.

HOOFDSTUK VI

Uitkeringen of vergoedingen voor begrafeniskosten

ARTIKEL 70

Het recht op uitkeringen of vergoedingen voor begrafeniskosten die bij toepassing van artikel 37 van het Verdrag zijn verschuldigd aan de in België verblijvende Portugese verzekerden, alsook aan de in Portugal verblijvende Belgische verzekerden, mag worden vastgesteld door toedoen van het R. I. Z. I. V. eensdeels, en de Centrale kas voor de sociale zekerheid van de migrerende werknemers anderdeels, op overlegging van een dossier waarvan de gegevens in gemeen overleg door de bevoegde Portugese en Belgische administraties worden bepaald.

De ontvangstdatum van het dossier komt voor de toepassing van artikel 41 van het Verdrag in aanmerking.

De bij het eerste lid van dit artikel genoemde instellingen zullen elkaar de formulieren mededelen die voor het indienen van de aanvragen zijn vereist.

TITEL IV

Slofbepaling

ARTIKEL 71

Deze Schikking wordt van kracht de dag waarop zij wordt ondertekend. Zij heeft uitwerking op dezelfde datum als het Algemeen Verdrag betreffende de sociale zekerheid afgesloten tussen het Koninkrijk België en de Republiek Portugal op 14 september 1970.

Gedaan in tweevoud, in de Franse, Nederlandse en Portugese taal, te Lissabon op 14 september 1970.

Voor de bevoegde Belgische autoriteit:

P. de Paepe.

Voor de bevoegde Portugese autoriteit:

Baltasar Leite Rebelo de Sousa.

